

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
3 de Setembro de 1992
Preço: 120\$00
(IVA Incluído)
N.º 976
Director:
Carlos Brito



4-5-6 Setembro
Atalaia - Amora
Seixal

Vamos todos à festa!

Chieftains, Rui Veloso, Resistência,
homenagem a Adriano Correia de
Oliveira, Sérgio Godinho, Sitiados,
Rádio Macau, Boogie Brothers,
Tubarões, Big Band do Hot, Jig
e muito, muito mais

Colóquios, exposições sobre as Áreas
Metropolitanas de Lisboa e Porto e sobre
as propostas do PCP, encontros, livros

Comício com Álvaro Cunhal - domingo
às 17 horas • Abertura da Festa - sexta
às 19 horas com Carlos Carvalhas

Maastricht mais força ao «NÃO»

Entre os temas incómodos a que Cavaco Silva manifestamente fugiu, no seu recente discurso de Faro, avulta o do Tratado de Maastricht e do seu processo de ratificação. A omissão é tanto mais significativa no plano político quanto a ratificação do Tratado implica para o nosso país, por qualquer ângulo que se observe, tanto aos olhos dos opositores como dos defensores, as mais graves consequências no plano económico, social, político e especialmente no domínio da soberania e independência nacionais.

A omissão é ainda mais estranha porque está previsto que se iniciem em breve, na segunda quinzena de Setembro, os trabalhos práticos do processo de ratificação com a entrada em funcionamento da Comissão Eventual de Revisão Constitucional. Se há, por tudo isto, uma questão nacional especialmente importante e candente que não podia passar em claro no discurso do Primeiro-Ministro da chamada «rentrée», essa questão é Maastricht.

O silêncio verificado confirmou que o Governo segue a linha de que «quanto menos se falar de Maastricht melhor», que presidiu ao acordo de Maio entre Cavaco Silva e António Guterres para uma ratificação, incluindo com a Revisão da Constituição, em surdina e nas costas do povo e que levou os dois maiores partidos parlamentares - PSD e PS - a recusar qualquer ideia de referendo ou de um debate nacional digno desse nome.

Por obra desta linha, da responsabilidade do Governo e do PS (insiste-se), o nosso país já está colocado na ridícula situação de ter tomado a decisão de adaptar a Constituição portuguesa - a nossa lei fundamental - ao texto de um Tratado cada vez mais contestado e de que verdadeiramente ainda não se sabe o destino.

Cabalmente ilustrativas desta situação são as palavras do Presidente da Comissão Eventual de Revisão da Constituição transmitidas à imprensa: «Vamos estar todos suspensos pelo que vai acontecer em França».

É lamentável que os que assim falam não queiram ficar também suspensos da vontade do povo português e do que realmente interessa a Portugal, o que poderia exprimir-se através de um amplo debate nacional culminando no referendo.

A evolução da opinião pública francesa a favor do «Não a Maastricht» mete medo aos defensores

do Tratado não só porque a eventualidade de um «Não» francês o inutilizaria irremediavelmente, mas pelo que induz sobre a possível evolução da opinião pública nos outros países da CE.

Na marcha da campanha do referendo francês impressiona a grande massa de informação produzida não só pelo trabalho de esclarecimento das forças políticas, especialmente pelas que fazem a campanha do «NÃO!», como a emitida pelas instâncias oficiais.

Seja qual for o resultado final e com todas as reservas que é preciso ter em relação às sondagens, torna-se incontestável que o caudal a favor do «Não» foi engrossando à medida que aumentou a informação e o esclarecimento sobre os meandros e as consequências do Tratado.

Isto explica muito bem porque é que os grandes defensores de Maas-

As condições são também especialmente favoráveis à intensificação da campanha pelo «Não a Maastricht», compreendendo muito mais trabalho de esclarecimento e iniciativas que assegurem uma concreta participação popular, nomeadamente sob a forma de abaixo-assinado.

tricht no nosso país - PSD e PS - têm recusado a informação, o esclarecimento e a participação do nosso povo.

Explica da mesma forma porque é que a comunicação social do nosso país favorável àqueles partidos e ao Tratado de Maastricht justifica a evolução da opinião pública francesa, fundamentalmente, por razões de política interna. Sem negar influência a essas razões, é necessário esclarecer que os grandes temas colocados no centro do debate pelas principais forças que fazem a campanha pelo «Não», com destaque para o Partido Comunista Francês, têm que ver com o próprio Tratado e o combate à sua natureza federalista dissimulada, o perigo da dissolução das nações, o esmagamento da soberania e da independência dos Estados, o hegemonismo alemão, a «Europa dos Bancos» e das transnacionais com a subalternização crescente das questões sociais, o défice democrático, a eurocracia sem controlo popular.

O que se passa em França tomou-se, sem dúvida, um quebra-cabeças para os defensores de Maastricht em Portugal. Até um destacado elemento do «Movimento pró-referendo» veio a público declarar-se preocupado com o crescimento do

«Não» e para o desvalorizar, numa atitude que compromete irremediavelmente as seus ardores referendários, proclama que o «Não» francês é de direita. Curiosamente, o «Le Monde» titulava na primeira página da sua edição do passado sábado: «A direita mobiliza-se a favor de Maastricht» e seguia informando das actividades de Jacques Chirac, de Giscard d'Estaing e de outras gradas personagens da direita francesa.

O «Não a Maastricht» assume, por tudo que está em causa, a maior importância na presente actualidade política nacional.

Apesar da enorme carência de informação e esclarecimento (o que há é, em larga medida, o que tem sido feito pelo PCP) também no nosso país se verificam crescentes reservas ao Tratado e uma sensível evolução da opinião pública a favor de um «Não» à sua ratificação.

O PCP, de acordo com as posições assumidas pelos seus órgãos de direcção, continua a exigir um debate nacional que culmine com um referendo em que o povo português intervenha soberanamente.

O alcance de uma tal iniciativa, longe de estar prejudicado, está fortalecido pela evolução da opinião pública nacional e comunitária em relação ao Tratado.

No plano institucional, o projecto de lei apresentado pelo PCP torna possível que a Assembleia da República tome a todo o momento uma deliberação a favor do referendo. Em qualquer circunstância esta terá que ser uma questão prévia nos trabalhos da Comissão Eventual da Revisão da Constituição.

As condições são também especialmente favoráveis à intensificação da campanha pelo «Não a Maastricht», compreendendo muito mais trabalho de esclarecimento e iniciativas que assegurem uma concreta participação popular, nomeadamente sob a forma de abaixo-assinado.

O PCP acaba de lançar mais um conjunto de iniciativas, como foi anunciado na conferência de imprensa da Comissão Política da passada quarta-feira, conduzida por Octávio Teixeira. Destacam-se um novo dossier intitulado «Maastricht, um mau caminho para Portugal e para a Europa» publicado na revista «Portugal e a CEE», um colóquio e muitas outras iniciativas realizadas no quadro da Festa do «Avante!».

Reflectindo o país na sua realidade, nas suas preocupações e esperanças, a Festa do «Avante!» está atenta e participa de maneira multiforme nesta causa maior da luta pelo nosso futuro - o «Não a Maastricht!»



O PCP denuncia o agravamento da situação económica e social no distrito do Porto

RESUMO

26

Quarta-feira

A Câmara Municipal de Lisboa aprova o projecto alterado da construção do Centro Comercial Colombo, no valor de 50 milhões de contos ■ No Brasil, a Comissão Parlamentar de Inquérito aprova um relatório exigindo a renúncia do Presidente Collor de Melo ■ François Mitterrand e Helmut Kohl, juntos na Alemanha, apelam à ratificação do Tratado de Maastricht ■ O furacão Andrew, que afectou o sudeste dos Estados Unidos, cessa a actividade, depois de grandes destruições na zona.

27

Quinta-feira

Números do Banco de Portugal revelam que as receitas fiscais foram em 1991 superiores em 23 por cento às do ano anterior, ultrapassando em 400 milhões de contos o valor registado no OE ■ Quatro membros da Concelhia do PS do Funchal recusam-se a fazer campanha por Jardim Fernandes nas eleições regionais ■ Aviões da «coligação» ocidental começam a vigiar o sul do Iraque ■ A subcomissão dos Direitos do Homem, da ONU, vota uma resolução sobre Timor-Leste, condenando, por 13 votos contra 6, e 4 abstenções, as violações indonésias no território ■ «Temos de contar com um Outono quente», afirma o director da polícia judiciária alemã numa conferência de imprensa sobre a violência neonazi em Rostock ■ Por proposta do Paquistão, é assinado um cessar-fogo de 3 dias entre o governo afegão e as forças do Hezb-i-Islami, mas prosseguem em Cabul os bombardeamentos.

28

Sexta-feira

A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses contesta o projecto de lei sobre alteração dos feriados, que se encontra em discussão pública ■ Trabalhadores do empreendimento turístico Vale Navio, em Albufeira, afirmam a sua disposição de prosseguir a greve até que lhes sejam pagos os salários em atraso ■ Começa em Paris uma reunião dos adjuntos dos ministros das Finanças dos sete países mais industrializados (G-7) para debater o curso do dólar e do marco e a dívida externa da Rússia ■ A UEO põe à disposição da ONU uma força de 5 mil homens para operações militares na Bósnia-Herzegovina ■ O primeiro-ministro japonês anuncia um programa de relançamento da economia do país.

29

Sábado

É publicada a lei que determina a extinção da Alta Autoridade contra a Corrupção no fim deste ano ■ Os bagageiros do Aeroporto de Lisboa cumprem 24 horas de greve ■ Começa em Angola a campanha eleitoral para as eleições legislativas e presidenciais de 29 e 30 de Setembro ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Rostock contra o racismo e a vio-

lência neonazi ■ A fábrica de automóveis FSM Tychy, empresa polaca da Fiat, anuncia o despedimento de 2500 trabalhadores que se recusaram a pôr termo a uma greve iniciada a 22 de Julho.

30

Domingo

Com a participação de representantes do PCP, PS, PSR, Fretilin e UDT tem lugar em Setúbal um debate sobre Timor-Leste ■ Populares manifestam-se em Cortes (Leiria) contra a criação de uma zona de caça associativa ■ Depois de Jacques Delors, também o primeiro-ministro francês alerta para os perigos da vitória do «não» no referendo de 20 de Setembro sobre o tratado de Maastricht ■ Collor de Melo recusa demitir-se de Presidente do Brasil e rejeita as acusações de corrupção da Comissão Parlamentar de Inquérito ■ Saddam Hussein, em mensagem lida na televisão, afirma que o Iraque vai responder à «conspiração internacional» ■ Frente à sede do governo mexicano têm lugar manifestações do PRD (na oposição) e de trabalhadores em greve.

31

Segunda-feira

A DORP do PCP dá uma conferência de imprensa sobre a situação económica e social no distrito, exigindo do Governo as medidas necessárias para enfrentar a crise na indústria ■ A CDU apresenta os seus candidatos às eleições regionais da Madeira ■ A Comissão Executiva da CGTP contesta a contenção salarial pretendida por Braga de Macedo, afirmando que os salários não são a causa das dificuldades de certas empresas e sectores ■ Os técnicos auxiliares sanitários prolongam a greve para Setembro, anuncia a FNSFP ■ No parlamento federal jugoslavo é apresentada uma moção de censura contra o primeiro-ministro Milan Panic ■ Prosseguem em várias cidades alemãs as acções violentas de neonazis.

1

Terça-feira

O Tribunal Constitucional decide não se pronunciar pela inconstitucionalidade das alterações à lei da greve; a CGTP afirma a sua disposição de continuar a luta em defesa do direito à greve; o PCP considera que a questão da inconstitucionalidade não foi derimida ■ Entrevistado pela TSF, o ministro das Finanças retoma a previsão de uma inflação «entre 5 e 7%» para 1993 ■ Inicia-se em Jacarta a 10ª Cimeira dos Países Não Alinhados; o líder da resistência timorense, Xanana Gusmão, envia uma mensagem apelando ao diálogo ■ É entregue ao Congresso brasileiro o pedido de impugnação de Collor de Melo, juntamente com os 20 mil documentos analisados pela Comissão Parlamentar de Inquérito ■ O dólar bate mais um recorde mínimo na sua cotação face ao marco ■ São profanadas 200 sepulturas num cemitério judeu no nordeste de França ■ Tem início o festival cinematográfico de Veneza.

Avante!

Profetários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 9968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.766\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

TRABALHADORES

Sindicato da Função Pública apela ao «estado de sítio»

Por se viver já um «clima de excepção» na Administração Pública, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte (STFPN) apelou a semana passada às restantes organizações sindicais do sector no sentido de se decretar «o estado de sítio laboral».

Miguel Vital, do STFPN, falando numa conferência de imprensa no Porto, acrescentou que, independentemente das centrais a que pertencem, os sindicatos da Função Pública deveriam unir-se

numa «frente eficaz de resistência e luta contra a política do Governo».

A direcção do STFPN, citada pela Lusa, apresentou em público várias situações laborais onde se detecta «a inflexibilidade e o autoritarismo do Primeiro-Ministro», que demonstra um profundo «desrespeito pelo diálogo e pelos parceiros sociais».

Entre essas situações, o sindicalista do STFPN destacou o problema da reforma dos serviços do Tesouro e a

anulação do concurso para tesoureiro ajudante principal, que envolveu 800 trabalhadores, bem como a ausência de perspectivas na Direcção-Geral das Alfândegas, onde é previsível uma reestruturação em virtude das exigências do Mercado Único. Essa reestruturação continua, porém, «desconhecida».

Ainda segundo a Lusa, Miguel Vital considerou também «inqualificável» a proposta de aumento salarial de 4,5 e 5,5 por cento para 1993, a qual tem em vista,

além de dividir os trabalhadores, a imposição de um «tecto salarial».

O dirigente sindical do STFPN criticou também a intenção do Governo de privatizar serviços públicos, «pois, na prática, a extinção ou a privatização só servem para despedir funcionários, abrindo-se no seu lugar institutos com as mesmas funções e disposições orgânicas, mas depauperados de parte dos trabalhadores, entretanto colocados no quadro de excedentes».



Os bagageiros pouco mais ganham que o salário mínimo

Bagageiros do aeroporto podem voltar à greve

Os bagageiros do aeroporto da Portela, em Lisboa, podem voltar à greve sábado e domingo, se entretanto não for resolvido o conflito que os levou a adoptar a mesma forma de luta em 30 do corrente, com uma adesão de 90 por cento, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (Sitava).

A dirigente sindical Rafaela Aurino, disse à Lusa que os efeitos da greve não foram muito visíveis, porque a empresa a que pertencem os cerca de 30 bagageiros do aeroporto à Jardins, Serviços e Representações, Lda (JSR) terá substituído os grevistas por outros trabalhadores, contra o que dispõe a lei da greve.

Rafaela Aurino acrescentou que os bagageiros «ganham mais 500 escudos

que o salário mínimo nacional à 46 contos e são sujeitos a escalas violentas, raramente folgando ao sábado e domingo, e só podem gozar as férias no Inverno».

Para o Sitava, a ANA, EP à empresa que administra o aeroporto é a principal responsável pela situação, e não a JSR, a companhia subcontratada que paga os ordenados aos bagageiros.

«É inadmissível que uma empresa pública satisfaça um serviço aos utentes do aeroporto utilizando a subcontratação, em que os trabalhadores são explorados de forma indigna», sublinha o Sindicato.

O serviço de bagageiros foi subcontratado pela ANA, EP (Aeroportos e Navegação Aérea) à JSR que, segundo a Lusa, é uma empresa de jardinagem.

Fecha a Base das Flores Portugueses serão despedidos até 30 de Junho de 1993

Um documento referido pela Lusa em 28 do corrente estabelece a data de 30 de Junho de 1993 como limite para a completa desactivação da Base das Flores, em Santa Cruz, nos Açores. Subscreeve a decisão, que implica a consequente dispensa dos trabalhadores, o comandante da Estação de Rastreo de Mís-

seis dos Açores, de nacionalidade francesa.

Fonte da Comissão de Trabalhadores da Base disse à Lusa que responsáveis da embaixada francesa em Portugal se avistariam esta semana com a mesma CT para tratar do despedimento dos 40 trabalhadores portu-

gueses que lá têm os seus empregos.

A intenção de fechar a Base já tinha sido manifestada, mas até agora não se sabia a data dos despedimentos.

O deputado independente Renato Mora (ex-PSD), em requerimento ao Parlamento

açoriano, acusa o Governo Regional de ter «escondido as intenções das autoridades francesas, com fins eleitorais».

Com o encerramento da Base das Flores, a Região Autónoma perde uma receita anual superior a meio milhão de contos.

Técnicos prolongam a greve

Águas sem vigilância sanitária durante todo o mês de Setembro

A greve iniciada em 17 de Agosto pelos técnicos auxiliares sanitários vai prolongar-se por todo o mês de Setembro, revelou segunda-feira a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

A FNSFP acrescenta que a paralisação tem origem na recusa do Governo em ultra-

passar os obstáculos da Secretaria de Estado do Orçamento à «publicação do diploma que reestrutura esta carreira».

Para a Federação, a greve já «inviabilizou a atribuição de bandeiras azuis» para o próximo ano em praias portuguesas.

As dificuldades criadas pela Secretaria de Estado do Orçamento mereceram da FNSFP algumas soluções apresentadas atempadamente.

Ainda segundo a Federação, a greve impedirá «a vigilância sanitária da água,

designadamente em estações balneares, sistemas de abastecimento, águas minero-medicinais, piscinas, termas, águas de utilização recreativa, piscícola, aquícola, agrícola e residuais, redes de saneamento e estações de tratamento».

Sindicato condena comportamento do patronato na hotelaria

Reunidos recentemente, os dirigentes do Sindicato da Hotelaria do Sul analisaram a situação social no sector e repudiaram «firmemente o comportamento do patronato e do Gover-

no». Depois de preverem «o agravamento de tensões muito graves», os sindicalistas acusam «o patronato da hotelaria de, a pretexto da crise no turismo, pretender oportunisticamente resolver problemas particulares nas suas unidades». Para isso, contariam com «a cumplicidade descarada do Governo Cavaco Silva».

Num apelo aos trabalhadores para «continuarem a luta, única forma de encontrar soluções para os seus graves problemas», um comunicado assinado por Rudolfo Caseiro saúda e apoia «a luta travada pelos trabalhadores do sector, nomeadamente dos trabalhadores da SAAL, pelo pagamento dos salários que não recebem desde Abril, dos trabalhadores do Sheraton na sua luta contra o despedimento colectivo, no Hotel Lutécia contra a intenção de despedimento colectivo e a repressão, na Torralta contra o desmantelamento da empresa e a perseguição aos trabalhadores».

Conflito resolvido em Sines após 120 horas de greve

O conflito laboral no Complexo Petroquímico de Sines foi resolvido com «um acordo muito positivo para os trabalhadores». Segundo a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (Fequifa), o conflito só se resolveu «ao cabo de uma dura e prolongada luta, que levou os trabalhadores a efectuarem, no total, de 120 horas de greve».

A Fequifa acrescenta que as reivindicações dos trabalhadores se basearam na revisão de «uma nova

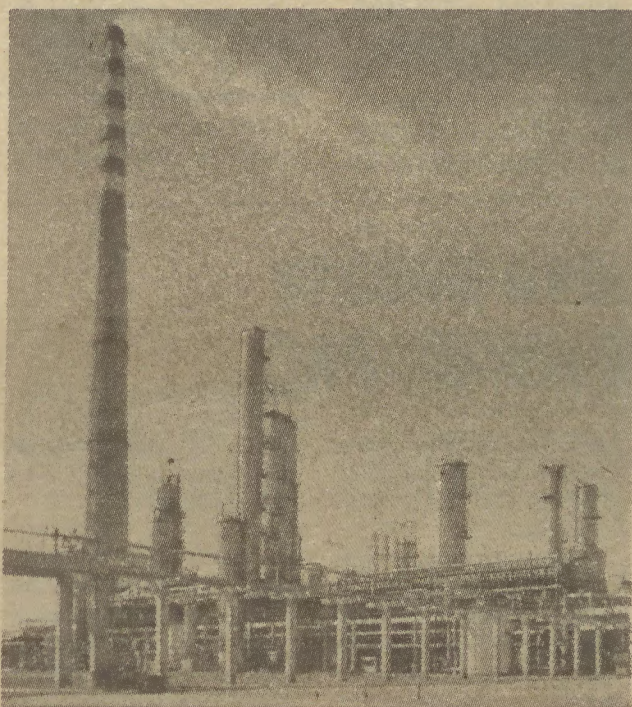
estrutura remuneratória e na melhoria de outras condições sociais». Mas foi «em face das extraordinárias adesões às greves realizadas e que originaram por diversas vezes a paralisação total do complexo petroquímico e do terminal portuário» que a administração do grupo finlandês Neste Oy «apresentou finalmente uma proposta que permitiu desbloquear o conflito».

A Federação da CGTP-IN, que se congratula com os resultados obtidos pelos trabalhadores, que «protagonizaram uma das lutas mais firmes e duras dos últimos tempos», segundo um comunicado emitido segunda-feira, sublinha que «o acordo negocial» se baseia no seguinte:

• Progressão do escalonamento salarial de todos os trabalhadores da área fabril;

• Criação de um subsídio mensal de 30 mil escudos;

• Acordo de compromisso para a negociação de um novo enquadramento salarial e de um plano de carreiras para todos os trabalhadores, a partir de Outubro próximo.



Em Sines, a luta resultou

Governo semeia caos na agricultura portuguesa

O Governo deve responder com urgência aos problemas dramáticos dos viticultores durienses e da agricultura portuguesa

As organizações regionais do PCP de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu promoveram, na passada sexta-feira, na cidade do Porto, uma conferência de imprensa sobre a situação dos viticultores e da agricultura portuguesa. O texto que publicamos foi apresentado aos jornalistas por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política:

«Em vésperas de vindimas no Douro, vivem-se momentos de incerteza e angústia. A juntar à situação agrícola calamitosa dos anos anteriores, os viticultores continuam a desconhecer as medidas necessárias para indemnizar a já conhecida redução do benefício e os preços que vão vigorar para os mostos a tratar (vinho do Porto) e para o vinho de pasto.

O PCP, ao mesmo tempo que protesta contra uma redução de benefício que atinge indiscriminadamente pequenos viticultores e multinacionais, os responsáveis pela situação e os que nada contribuem para este estado de crise, considera seu dever reclamar com toda a clareza:

O Governo deve assumir as dramáticas consequências da sua política agrícola no Douro e responder com urgência aos problemas que, com as vindimas à porta, atingem tão gravemente a generalidade dos viticultores da Região Demarcada do Douro.

Em particular, o Governo deve no imediato resolver três questões:

1ª - Tornar públicos na próxima semana, por intermédio dos organismos competentes, preços para os mostos a beneficiar e para o vinho de pasto, no mínimo ao nível da vindima de 1991, garantindo à Casa do Douro os créditos necessários a uma possível intervenção que sustente esses preços. O Governo não pode deixar os viticultores sujeitos à chantagem e aos preços das multinacionais / Casas Exportadoras.

2ª - Estabelecer, em diálogo com as organizações de viticultores da região, os valores das indemnizações a atribuir a todos os pequenos e médios viticultores que viram o seu quantitativo de benefício reduzido ou eliminado:

- Os viticultores com vinhas tradicionais, afectados pela atribuição do benefício a favor dos vinhos do PDRITM (Plano de Desenvolvimento Regional Integrado de Trás-os-Montes) ou pela alteração da distribuição do benefício do milheiro para o hectare.

- Os viticultores que tenham vinhas legalizadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 43/80.

O Governo deve disponibilizar as verbas de forma a que as indemnizações sejam pagas nas prestações e nos prazos estabelecidos, em que são pagos os mostos adquiridos pelas Casas Exportadoras e Casa do Douro.

3ª - Resolver com a presteza necessária, de quem se ufana do seu programa de combate à burocracia, os meandros técnicos e burocráticos do Ministério das Finanças, que impedem a disponibilização dos 4 milhões de contos do empréstimo do Banco Mundial, já negociado e concedido à Casa do Douro, para que esta possa regular o pagamento dos atrasados à lavoura duriense.

Outros problemas da agricultura exigem medidas urgentes.

Os problemas não são um exclusivo dos viticultores durienses. Todos os outros agricultores enfrentam grandes dificuldades, com particular gravidade em algumas regiões.

Problemas graves decorrentes de uma política económica que sacrifica a actividade produtiva à especulação e à economia de casino, que insiste numa convergên-

cia nominal e em marcha forçada às outras economias da Comunidade.

São resultado dessa política as dificuldades de milhares de agricultores no pagamento dos seus compromissos financeiros contraídos para realizar investimentos produtivos e a invasão do mercado nacional por excedentes agro-alimentares de outros países.

Problemas que afectam com gravidade um conjunto de importantes produções agrícolas.

Os viticultores de outras regiões demarcadas, a braços ainda com dificuldades no escoamento das colheitas passadas, atrasos nos pagamentos das suas cooperativas e armazenistas, enfrentam a nova vindima com os preços do vinho extremamente degradados.

E, contrariamente à "vitória" clamada no fim das negociações da 2ª etapa de transição pelo actual ministro, os viticultores portugueses vão enfrentar já para o vinho desta campanha entregas obrigatórias para queima a preços de ruína.

Os produtores de tomate do Ribatejo, Oeste e Vale do Sado, com redução de quotas de produção, continuam com dinheiros do ano passado por receber, quer subsídios governamentais (compromisso assumido em 1991 pelo ministro), quer subsídios comunitários, já liquidados pela Comunidade e estranhamente retidos pela Banca.

Os fruticultores, com particular realce para os de pêra e pêssego, vendidos ao desbarato, com espanto vêem uma intervenção do Governo no mercado a preços tais que não paga a mão-de-obra da apanha.

Uma escandalosa situação no mercado da batata de consumo afecta agricultores de muitas regiões, que são quase que aconselhados a darem-na aos animais.

Também de significativa gravidade continua a ser a



situação no mercado de carne bovina. A decisão, ontem, do Conselho de Ministros de privatização dos Matadouros da Rede Nacional de Abate, é um escandaloso frete às pressões dos grandes industriais e comerciantes de carne e só pode perspectivar um agravamento de forma desfavorável à lavoura no mercado dos produtos pecuários.

A este rol de problemas somaram-se e somam-se repetidos e trágicos incêndios florestais, já encarados em

cada Verão como uma fatalidade devoradora da floresta portuguesa.

Não satisfeito com os resultados da sua política, o Governo insiste na marginalização antidemocrática da CNA e outras organizações sociais. Ao excluir do CES (Conselho Económico e Social) a CNA, e ao atribuir à CAP o conjunto dos lugares disponíveis para representação do sector agrícola, duplicando a sua presença naquele órgão, o Governo viola as mais elementares

normas para uma representação plural, democrática e conforme a diversidade social da agricultura portuguesa. Mas percebe-se. O Governo não quer vozes incómodas na denúncia da gravidade da sua política agrícola.

O PCP procurará, pela sua intervenção partidária e pela sua acção institucional, em particular na Assembleia da República, alertar o País e reclamar do Governo respostas imediatas para os ingentes problemas da agricultura portuguesa».

Para preservar os recursos cinegéticos

Lei da caça deve ser alterada

A Direcção da Organização Regional de Évora do PCP exige a alteração da actual legislação que regula a caça no nosso país no sentido de «terminar com o crescimento desordenado das reservas, valorizar os recursos e defender os direitos de todos os caçadores».

Num comunicado divulgado à imprensa, esta estrutura comunista afirma que «os recursos da caça podem e devem ser uma fonte de receita para o distrito e que, por isso mesmo, devem ser defendidos e valorizados, mas o estabelecimento de zonas de caça deve ter em conta os direitos de todos os caçadores e das populações».

Os comunistas de Évora defendem a criação de corredores para a caça livre entre cada zona de caça especial; a limitação das áreas submetidas aos diferentes regimes cinegéticos especiais a um máximo de 50 por cento da área cinegética de cada concelho; a obrigatoriedade de criação de zonas de caça nacionais e sociais; a criação de zonas de caça associativas com um terço, no mínimo, de residentes no respectivo concelho ou concelhos limítrofes e com sede social aí instalada; a aplicação das receitas das zonas de caça a favor do desenvolvimento local e regional; a obrigatoriedade de garantir uma real preservação e ordenamento dos recursos cinegéticos.

Este conjunto de medidas será proposto pelo deputado comunista do distrito, na próxima sessão legislativa, ao seu grupo parlamentar, com vista à apresentação de uma iniciativa legislativa que altere a legislação actual.

Situação anárquica

À sombra da legislação existente, tem-se assistido nos últimos anos à proliferação anárquica e desordenada das zonas de caças submetidas ao regime cinegético especial.

Como afirma a DOREV, «actualmente mais de 300 mil hectares (40 por cento da área total do distrito), distribuídos por 277 zonas especiais, cobrem já quase totalmente as terras disponíveis para caça. Concelhos como Arraiolos, Mourão, Portel, Vendas Novas, Montemor, Vila Viçosa ou Alandroal têm percentagens de ocupação que chegam a atingir 60 por cento da área total do concelho». Aqui encontram-se 143 zonas de caça associativa e 131 zonas de caça turística, onde a grande maioria dos caçadores locais não conseguem associar-se ou entrar».

Contudo, não existe nenhuma zona de caça nacional que, na opinião do PCP, «o Estado deveria promover», havendo apenas uma única zona de caça social.

Os comunistas denunciam que «ao contrário das promessas eleitorais de Cavaco Silva, quando veio ao distrito de Évora, continua a não ser alterada a lei da caça, nem foram instituídos corredores para a caça livre», o que discrimina os caçadores de menores recursos.

A DOREV condena que existam povoações cercadas por reservas de caça e denuncia o abate de espécies fora de época e o desrespeito pelas normas mínimas de preservação e repovoamento cinegético. Por outro lado, é sintomático que «os serviços florestais e as forças de segurança» tenham mais preocupação «em perseguirem os caçadores não membros da zona de caça do que velar pelo cumprimento da legalidade nesta».

Por seu turno, as autarquias pouco ou nada beneficiam com a proliferação de zonas de caça, muitas das quais têm sede fora da região.

É perante esta situação que o PCP acusa «o Governo, e em particular o secretário de Estado da Agricultura», de «total irresponsabilidade face ao descontrolo a que estão a chegar as zonas de caça especiais e que têm vindo a provocar legítimos protestos dos caçadores e das populações».

DORP promove debate sobre reforma da PAC

Reunida na passada semana, a DORP do PCP anunciou que irá realizar no próximo dia 13 de Setembro um debate sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da CE. Esta iniciativa, que decorrerá em Penafiel, tem como objectivo debater a situação da agricultura no distrito, considerada

como especialmente grave, bem como as consequências da aplicação das normas comunitárias.

Na sua reunião, este organismo de direcção decidiu ainda promover, na segunda quinzena de Outubro, uma «ampla reunião de quadros do Partido», que deverá inserir-se no trabalho preparat-

rio do 14º Congresso do PCP, marcado para 4, 5 e 6 de Dezembro.

Também em Outubro, realizar-se-á uma iniciativa destinada a homenagear Adriano Correia de Oliveira, na ocasião do 10º aniversário do desaparecimento do artista.

Comunistas exigem medidas contra a crise no Porto

Os índices económico-sociais e as condições de vida são ainda piores que a média nacional, denuncia a DORP, reafirmando a necessidade de um plano integrado de desenvolvimento e da criação da região administrativa

A direcção regional do Porto do PCP, numa conferência de imprensa dada segunda-feira, alertou para os índices preocupantes de crise económica e para as suas consequências no desenvolvimento da região. Têm particular incidência no distrito os crescentes problemas da indústria (com destaque para a têxtil, vestuário, calçado e metalurgia, que, no seu conjunto, empregam cerca de dois terços dos trabalhadores por contra de outrem em toda a indústria transformadora).

Na conferência de imprensa, em que participaram os camaradas Avelino Gonçalves, Ilda Figueiredo, Jorge Pinto e Marques Lopes, a Direcção da Organização Regional do Porto apontou diversas situações concretas que justificam preocupações e medidas urgentes.

Na indústria têxtil, estão a reduzir drasticamente o número de trabalhadores grandes empresas como a Efanor, a Sociedade Industrial do Mindelo, a Narfil, a Flor do Campo, a Estamparia de Lavadores. Noutras, como a Ematêxtil, as Malhas Silves, a MA Silva e a Conde e Companhia, os trabalhadores foram já obriga-

dos a recorrer à lei dos salários em atraso. Na D. Ferreira arrasta-se a crise e os salários continuam por pagar. Na Fábrica de Tecidos Ponte da Pedra sente-se enorme pressão para o desmantelamento total da empresa e o despedimento de todos os trabalhadores.

Muitas pequenas empresas do vestuário têm encerrado, enquanto médias e grandes empresas estão a reduzir o pessoal (como sucede nas Confecções Europa, na Viconde e na Gianone). Também neste sector foi necessário recorrer à lei dos salários em atraso (casos da Mantex, Fabinter e Myre Salgado).

Pequenas empresas encerraram também na metalurgia. Na Jotocar houve um despedimento de 104 trabalhadores, e situação idêntica verificou-se na Fábrica das Antas. Na ex-Companhia Portuguesa do Cobre crescem as pressões para o despedimento de 100 pessoas, enquanto reduzem pessoal e ameaçam encerrar empresas como os Parafusos do Norte e a Américo Relvas.

No sector da química, a CNE/Camac continua com salários em atraso e a E. Brunner está a rescindir con-

tratos de trabalho. Nas indústrias eléctricas verificam-se grandes pressões sobre os trabalhadores da EDP e do Grupo Efacec para conseguir rescisões de contratos e redução do pessoal.

Na indústria do calçado, a DORP do PCP assinala o recente encerramento da SIC, fábrica de Felgueiras que tinha mais de 300 trabalhadores, e a sucessiva falência de pequenas empresas na zona.

Também na delegação do Banco de Portugal e no Banco Fonsecas e Burnay se iniciaram tentativas de despedimento.

A continuação da recessão na agricultura e a desaceleração acentuada no comércio e serviços, por outro lado, dificultam a absorção dos trabalhadores que estão a ser obrigados a abandonar a indústria. Dos 312 553 desempregados registados nos centros de emprego de todo o País em Abril passado, 107 mil registaram-se na Região Norte, que apresenta um aumento de 13,1% em relação a 1991 (a nível nacional, este aumento é de 4,9%).

Responsáveis e propostas

Os comunistas entendem

que para esta grave situação contribuíram de forma decisiva a falta de uma política industrial do Governo, a manutenção de elevadíssimas taxas de juro activas e de elevadas margens de intermediação da banca, o atraso na aprovação de um plano de modernização e reestruturação do sector têxtil e de vestuário, a falta de apoio ao investimento produtivo e à diversificação industrial, o esbanjamento de fundos comunitários e a sua incorrecta aplicação em muitos casos, a ausência de um plano nacional de formação profissional dos trabalhadores e de melhoria da qualidade de gestão dos empresários.



A DORP condena a persistência do Governo na política neoliberal e na progressiva desresponsabilização do

Estado face a sectores básicos da economia e a serviços sociais de importância fundamental para as populações, e denuncia a manutenção de enormes carências de infra-estruturas na região. Os comunistas reclamam do Governo que tenha em conta os problemas do Norte na preparação do Orçamento de Estado para 1993, salientando que o distrito do Porto é uma região particularmente vulnerável e ameaçada.

O PCP exige do Governo

as medidas indispensáveis para dinamizar o investimento e dotar a região do Porto das infra-estruturas essenciais à diversificação industrial, à criação de novos empregos (que impeçam o alastramento do desemprego) e à melhoria da qualidade de vida da população. Para a DORP é necessário um plano integrado de desenvolvimento regional, elaborado com a participação das diversas instituições da região, incluindo autarcas, organizações empresariais e sindicais, colectividades e outras organizações sociais, tal como é necessária a criação da respectiva região administrativa.

Património nacional em saldo no distrito de Braga

A retirada de verbas para recuperação do Convento de Santa Maria de Bouro, em Amares, a par com o anúncio de que empresas privadas, ligadas ao turismo, estariam interessadas na recuperação deste monumento, vem «desvendar uma vez mais a costela negociata do Governo», denuncia uma nota do Executivo da Direcção Regional de Braga do PCP, que condena a entrega «do património histórico nacional à gula dos que o transformam em produto comercial e fonte de compensadores lucros».

A DORB aponta ainda outros casos «que justificam a indignação e acção das populações e organizações atentas à defesa dos valores patrimoniais». É o caso da degradação da costa litoral de Esposende, cujas praias estão a ser dizimadas pela construção clandestina, lixeiras e avides especulativas. A destruição das dunas protectoras e do Pinhal de Ofir passa-se, segundo a DORB, «ante a inércia da APPLE (organismo estatal) e

da Câmara Municipal de Esposende.

A não atribuição de bandeiras azuis às praias do concelho é consequência da atitude da CM de Esposende e do Governo, que nada fazem «para construir parques de campismo e parques verdes», não travam a destruição do Pinhal de Ofir nem a contínua poluição dos cursos de água, que depois desaguardam no mar.

Os comunistas de Braga lamentam igualmente a degradação do Parque Nacional da Peneda-Gerez, resultante do «desinteresse oficial». A Câmara Municipal de Terras de Bouro e a direcção do Parque «parecem continuar irmanados na incompetência e falta de vontade», ignorando um conjunto de medidas reclamadas pelas populações como o «melhoramento de estrada, o reforço do corpo de guardas flores-

tais e a participação da população na gestão do Parque».

Também de costas para as reclamações populares continuam a Câmara de Vila Nova do Ave, nomeadamente em relação à construção de uma Estação de Tratamento do Lixo em Riba d'Ave. A DORB indica que a maioria dos ribadavenses não está disposta a ter uma lixeira na área, o que ficou demonstrado com a vitória eleitoral da CDU, que sempre lutou contra a instalação daquela unidade.

A DORB do PCP relembra, por fim, o desprezo a que o rico artesanato da região tem sido votado pelo Governo e outras entidades. Entre as medidas exigidas pelos artesãos, e apoiadas pelos deputados comunistas na Assembleia da República, destaca-se a necessidade de aprovar a lei-quadro e o estatuto do artesão, bem como de garantir a protecção e a segurança social.

Explosão de Coimbrões

Câmara de Gaia e Governo são responsáveis

A Comissão Concelhia de Gaia do PCP associou-se à «justa indignação que os moradores e demais população têm manifestado pelas condições de insegurança» em que funcionava a oficina de pirotecnia situada em Coimbrões e onde ocorreu uma brutal explosão na passada semana.

A fábrica está situada numa zona fortemente urbanizada da cidade e paredes meias com uma escola do ensino básico.

As consequências deste desastre traduziram-se em «elevados prejuízos materiais, alguns ainda por determinar, havendo a lamentar alguns feridos, felizmente sem gravidade», afirma uma nota da Comissão Concelhia.

O PCP recorda que Vila Nova de Gaia «é fértil em situações semelhantes de poluição e perigo para as populações, sem que a Câmara e o Governo manifestem qualquer preocupação pelo facto».

Para os comunistas, os maiores responsáveis pelo desastre - «cujas consequências poderiam ter sido bem

mais graves se estivéssemos em tempo lectivo e se a hora da explosão fosse mais tardia» - são de facto «a Câmara e o Governo».

A Câmara de Gaia é responsável, já que «o actual executivo nada fez para concretizar o acordo, anteriormente estabelecido com o proprietário da pirotecnia, para transferir as instalações

e construir de raiz uma nova unidade industrial».

Contudo, afirma o PCP, o Governo, «que se pressou a mandar abrir um inquérito, lavando as mãos como Pilatos, é igualmente responsável pois permitia a laboração desta perigosa indústria, concedendo e renovando a respectiva licença de funcionamento».

Municípios de Beja entregam plano de desenvolvimento

Uma delegação da Associação de Municípios do Distrito de Beja, constituída pelos presidente e vogal do conselho de administração, José Lopes Guerreiro e José Manuel Santana, foi recebida na passada semana pela secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, dr^a Isabel Mota, a quem fez a entrega do Plano Integrado

de Desenvolvimento Regional.

Na reunião, em que participaram também o director-geral do Desenvolvimento Regional e o presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, foram discutidos temas como o estado de crise em que se encontra o distrito de Beja, o projecto de Fins Múltiplos do Guadiana (Alque-

va), o futuro da Base Aérea de Beja e do Quadro Comunitário de Apoio.

Na reunião foi focada a necessidade de um tratamento de choque e de o Alentejo vir a constituir uma prioridade nacional em termos de desenvolvimento regional para romper o processo de desertificação regional em curso.

«Breve viagem pela História da Hungria»

No artigo «Breve viagem pela História da Hungria», do camarada Miguel Urbano Rodrigues, publicado na nossa última edição, foi omitido, por lapso de tipografia, um parágrafo relativo ao período da ocupação mongol na Hungria, que durou apenas dois anos mas que causou uma terrível mortandade. Pelo facto pedimos desculpa aos nossos leitores e ao autor do artigo.

CAMARADAS FALECIDOS

MANUEL SOBRAL (FRITAS)

Faleceu, no passado dia 24 de Agosto, Manuel Tomé Sobral (conhecido pelo Manuel Fritas). Este camarada, que tinha 69 anos, foi durante muitos anos membro do comité local de Canal Caveira, concelho de Grândola.

MARIA ALICE DOS SANTOS

Faleceu no passado dia 27 de Agosto, Maria Alice Botas dos Santos, que residia no concelho de Setúbal, onde desenvolvia intensa actividade partidária.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

CARVALHESA

Edição especial
de 150 exemplares em cofret numerado

À venda

A edição especial de 150 exemplares em cofret numerado está concluída. Os assinantes que fizeram a sua inscrição podem proceder ao levantamento dos respectivos exemplares junto da Redacção do «Avante!» (Rua Soeiro Pereira Gomes, 1 - Tels. 796 97 25 ou 796 97 22). Os exemplares ainda disponíveis estarão à venda na Festa do «Avante!» na Banca do Pavilhão Central.

- Pasta-coffret numerada de 1 a 150 manualmente por **Teresa Dias Coelho**

- CD incluindo as gravações integrais dos cinco arranjos da «Carvalhesa» (1985, António Vitorino de Almeida, José Eduardo Conceição Silva, Guilherme Scarpa Inez e José da Ponte), versão em piano da melodia original recolhida por Kurt Schindler executada por Bernardo Sasseti e todos os *jingles*, *cues* e *bridges* das versões anteriores gravadas para utilização audio e vídeo.

- Serigrafia de **Manuel Sam Payo** numerada e assinada.

- Reprodução serigráfica das folhas de rosto e última página da pauta de «Abertura Clássica sobre um Tema Popular Português» de António Vitorino de Almeida (versão clássica da «Carvalhesa») numeradas e assinadas pelo autor.

- Serigrafia com textos de José Eduardo Conceição Silva sobre as suas versões *fusion* e *big band* da «Carvalhesa» numerada e assinada pelo autor.

- Serigrafia numerada com o texto de apresentação dos arranjos da «Carvalhesa».

- Reprodução serigráfica numerada de foto de Michel Giacometti durante a recolha da versão da «Carvalhesa» em 1970 em Tuiselo (Vinhais-Bragança).

- Reprodução serigráfica numerada de foto de Kurt Schindler.

- Reprodução serigráfica numerada da pauta da versão original da «Carvalhesa» recolhida por Kurt Schindler em 1932, em Tuiselo (Vinhais-Bragança).

- Cópia autenticada do Relatório de Produção Dr. Schenk do fabrico da edição de CD (garantia de tiragem).

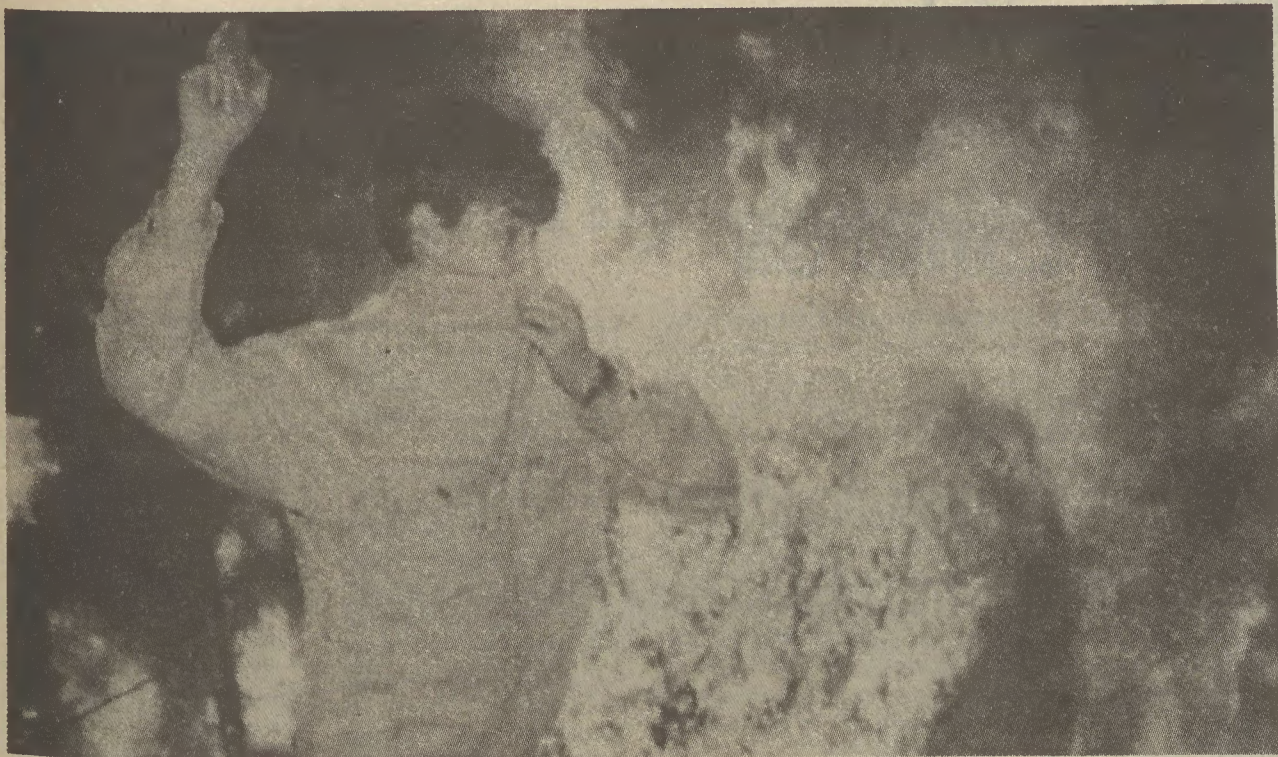
- Capa do CD com foto de **Álvaro Rosendo**, numerada e assinada pelo autor.

- 1 exemplar da cassette editada com as versões da «Carvalhesa» com texto narrativo sobre o tema e versões apresentadas por Cândido Mota.

Preço: 15 000\$00

- Além dos 150 exemplares numerados de 1 a 150, a edição compreende 20 exemplares numerados de I a XX destinada aos autores e editores e 10 exemplares do CD exclusivamente destinados a depósitos legais.

INTERNACIONAL



A última semana foi marcada pela violência nazi em várias localidades da Alemanha, em particular no Leste

Alemanha Violência neonazi em dezenas de localidades

A violência nazi-racista tem vindo a assumir uma brutal expressão em várias zonas da Alemanha, em particular a Leste, reflectindo nomeadamente os problemas socioeconómicos que afectam a ex-RDA, e de que é mais fácil lançar a responsabilidade sobre sectores indefesos e «diferentes», como é o caso dos emigrantes.

Os factos sucedem-se. No último dia de Agosto, uma bomba explodiu de madrugada atingindo um memorial judeu em Berlim, um monumento situado no bairro de Tiergarten, que recorda o encerramento e massacre de judeus nos campos de concentração nazis.

No passado fim-de-semana, os ataques de neonazis a centros de refugiados estrangeiros ocorreram em mais de 15 localidades alemãs, com relevo para Cottbus e Leipzig.

Em Cottbus, cerca de 150 «skinheads» lançaram cocktails Molotov e pedras sobre o centro de refugiados, durante três noites consecutivas.

Em Eisenhuettenstadt, a polícia conseguiu, na madrugada de 31 de Agosto, impedir o assalto de cerca de 60 jovens contra o centro de refugiados local, demovendo

os neonazis dos seus intentos, através do diálogo.

Em Leipzig, um grupo da extrema-direita incendiou as tendas de vários ciganos romenos que tinham acampado no parque desta cidade leste-alemã, destruindo os parques haveres de 50 pessoas, que conseguiram fugir.

Entretanto, em Rostock-Lichtenhagen, onde se viveram, na semana passada, os mais graves incidentes raciais desde a unificação alemã, em 1990, o fim-de-semana foi assinalado por uma manifestação anti-racista que reuniu mais de uma dezena de milhar de pessoas.

A actual onda de violência racista insere-se num quadro de crescentes manifestações de xenofobia, passando mesmo pela agressão física e o assassinato.

Segundo o semanário de Hamburgo «Der Spiegel», nos oito primeiros meses deste ano foram mortas 10 pessoas por militantes da

extrema-direita e, em regra, em cada três semanas pratica-se um crime contra estrangeiros.

Particularmente preocupantes são algumas manifestações de apoio das populações às acções criminosas dos bandos neonazis.

Neste quadro, poucos são os que, a nível oficial, tentam ir às raízes dos acontecimentos. O comentário da ministra alemã da Justiça, Sabine Leutheusser-Schnarrenberger, é um caso isolado.

A ministra, membro do Partido Liberal, afirmou em entrevista ao diário «Berliner Kurier» que o verdadeiro motivo da violência reside «nos problemas económicos e pessoas que as pessoas têm actualmente». E comentou que, face às condições de vida na ex-RDA, «devemos levar mais a sério os medos, as preocupações e as misérias» das pessoas do Leste, muitas das quais se sentem «encurraladas» na nova situação económica e social.

Sobem de tom, a nível oficial, exigências de restrições ao fluxo de refugiados estrangeiros, e mesmo de medidas repressivas lesivas dos direitos fundamentais.

Os partidos da coligação centro-direita exigiram em Bona, por intermédio do ministro da chancelaria, Friedrich Bohl, uma restrição do artigo constitucional que consagra o direito de asilo político «já nas próximas semanas».

Por sua vez, o secretário-geral dos sociais-democratas, Karlheinz Blessing, advertiu para «o perigo de se limitar os diversos problemas que provocam a migração para a Alemanha» à questão do direito de asilo.

As exigências, por parte de políticos no poder, no sentido de que sejam tomadas medidas mais repressivas, vão ao ponto de admitir um renascimento das leis de emergência, que corta alguns direitos fundamentais do indivíduo.

Métodos que são rejeitados por outros sectores mas que o simples facto de serem admitidos alerta para os perigos ligados, quer ao aumento da xenofobia e da actividade neonazi, quer aos métodos que, utilizados em nome do combate à extrema-direita, podem vir a afectar os direitos democráticos e políticos mais elementares.

Polónia Ambiente repressivo

Stanislaw B., morador na localidade de Pinczow, nos arredores de Varsóvia, foi o primeiro cidadão polaco a ser condenado pelos tribunais sob acusação de «ofensa pública» ao chefe do Estado, Lech Walesa.

O tribunal condenou Stanislaw a um ano de prisão e a pagar uma multa de 250 dólares (cerca de 30 contos) por ter proferido «palavras ofensivas» contra Walesa «numa paragem de autocar-

ros urbanos e, posteriormente, no interior do veículo».

Esta quase inacreditável notícia, que reflecte um ambiente repressivo a marcar o quotidiano da vida dos polacos, não é um facto isolado. Pelo contrário.

Nestes mesmos dias a direcção da fábrica de automóveis FSM Tychy (SUL) procedeu a um despedimento disciplinar de 2500 grevistas que se recusaram a cessar a paralisação iniciada a 22 de Julho passado.

A fábrica, com 7000 trabalhadores, propriedade a 90 por cento do grupo Fiat, tinha ameaçado os trabalhadores de despedimento, caso a greve não fosse suspensa.

A polícia interveio para evacuar as instalações da direcção, ocupadas na véspera pelos grevistas. Mas a greve prosseguiu.

Os trabalhadores da FSM exigem aumentos salariais correspondentes a 10 por cento do modelo «Cinque-

cento» da Fiat, por eles fabricado.

De referir que estão em curso negociações entre representantes do governo polaco e do grupo Fiat, em Varsóvia, para a assinatura de um contrato no valor de 2 mil milhões de dólares, ainda não firmado devido à greve.

Neste quadro, a posição do governo polaco à pelo patronato, contra os trabalhadores é bem clara.

ÁFRICA

A publicação semanal do Banco Mundial indica dez países do Sul do continente africano que consideram mais vulneráveis à fome, se persistir a seca iniciada em 1991.

Segundo a mesma fonte, perto de 18 milhões de pessoas arriscam-se a enfrentar a fome e doenças relacionadas com a escassez de alimentos se a seca, que destruiu as colheitas de 1992, não cessar antes das sementeiras para o próximo ano.

O artigo, da autoria de uma das responsáveis do departamento do Banco encarregado do Sul do continente africano, Judith Edstrom, refere que não há memória de uma seca tão prolongada na região.

Edstrom indica também que, mesmo que chova, os resultados das colheitas não estarão disponíveis antes de cinco meses.

Segundo o Banco Mundial, a produção de cereais na região quebrou 60 por cento em 1992. Os países mais afectados, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzania, Zâmbia e Zimbabwe, receberam 310 milhões de dólares em sementes de qualidade.

JORNALISTAS

Pelo menos 560 jornalistas foram assassinados nos últimos 10 anos na América Latina, nomeadamente na Colômbia, Peru e Guatemala, disse Jorge Rojas, membro da Comissão Colombiana dos Direitos do Homem.

Durante uma reunião realizada para debater a situação dos jornalistas nas zonas de conflito, Jorge Rojas sublinhou que os repórteres são alvo de ataques não reprimidos e que as autoridades pouco fazem para descobrir os responsáveis e determinar as causas.

Rojas referiu que, face ao risco que representa o trabalho dos jornalistas na Colômbia, Peru e Guatemala, os sindicatos declararam a profissão em estado de emergência.

Pelo menos 89 jornalistas foram assassinados a tiro nos últimos oito anos na Colômbia, acrescentou.

IRÃO

O governo do Irão foi condenado pela «prosecução das violações graves dos direitos do homem» no país.

A condenação consta de uma Resolução adoptada por 18 votos contra 3 e 2 abstenções na sede da ONU em Genebra por peritos independentes da Subcomissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Os peritos condenaram nomeadamente as execuções sumárias, a lapidação de mulheres em público e a perseguição das minorias religiosas, entre as quais os Baha'is.

A Subcomissão declarou-se «gravemente preocupada com o aumento do número de execuções sumárias na sequência das manifestações antigovernamentais registadas recentemente em cidades como Arak, Masahd e Chiraz, e com a detenção arbitrária de milhares de pessoas durante essas manifestações cuja organização as autoridades atribuem aos mujahedines», principal movimento da oposição armada ao regime islâmico.

Relativamente aos maus tratos infligidos a mulheres, a resolução refere a detenção, oficialmente reconhecida, de 113 000 por «propagação da corrupção moral e uso incorrecto do véu».

Já no princípio do ano, o Irão tinha sido condenado pela Comissão dos Direitos Humanos da ONU.

EUA

Prevedendo novas reduções orçamentais, o Pentágono vai diminuir os seus efectivos para além dos limites mínimos estabelecidos pelo presidente norte-americano, George Bush, refere o «New York Times».

Citando documentos confidenciais do Departamento de Defesa, o jornal refere que, apesar de ainda não ter sido tomada uma decisão, o Pentágono poderá reduzir os orçamentos dos programas militares «fundamentais» em 80 mil milhões de dólares para 1997.

As reduções previstas abrangeriam os efectivos, o abastecimento de armas e as bases militares.

O jornal adianta que altos funcionários do Pentágono consideram que muitos aspectos da programação militar norte-americana para a actual década estão ultrapassados.

Segundo as mesmas fontes, em Novembro, independentemente do resultado das eleições presidenciais, terá que haver modificações.

INTERNACIONAL

Jugoslávia À margem da Conferência de Londres

«Os que se encontram reunidos nesta sala detêm os meios para fazer parar a guerra e acabar com o banho de sangue» – afirmou o primeiro-ministro britânico John Major no discurso de abertura dos trabalhos da Conferência de Londres para a paz na Jugoslávia.

Um início possível de um processo de paz que ainda não levou a nenhuma alteração sensível no quadro da guerra.

Entretanto, nestes mesmos dias, também em Londres, à margem da Conferência oficial, apenas a algumas centenas de metros do «Queen Elizabeth Center», reuniram-se aqueles que sem dúvida querem verdadeiramente a paz, mas que de poucos meios dispõem para a concretizar – os pacifistas da ex-Jugoslávia.

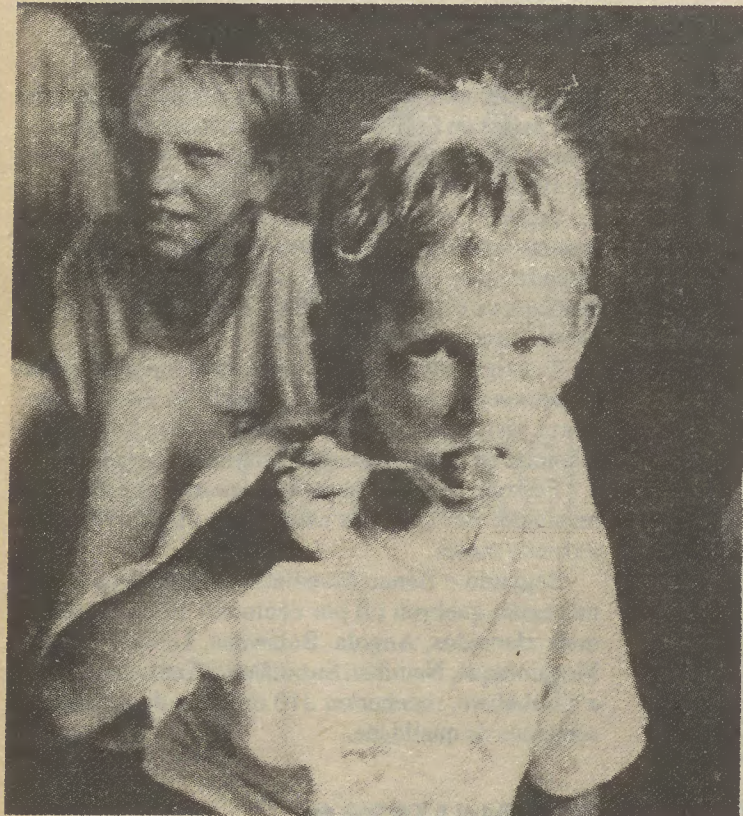
Presentes, representantes de partidos da oposição de todas as Repúblicas da ex-Jugoslávia, nomeadamente o Forum democrático sérvio, o Partido da reforma da Sérvia, o Partido social-democrata da

Voivodina, o Partido social-democrata croata, a Liga dos democratas da Macedónia, o Partido dos parlamentares do Kosovo.

Realçando a importância destes encontros, Milorad Tupovac, dirigente do Forum democrático sérvio, afirmou: «Viemos de todas as repúblicas e incluímos todas as minorias, numa base comum: recusamos a lógica nacionalista. Mas, de momento, a única questão importante é como acabar com a guerra. Os países ocidentais e a CEE cometeram um grosseiro erro ao reconhecer as novas repúblicas, saídas da ex-Jugoslávia, sem ter mais nada em conta. Porque a chave do conflito é o problema das minorias. Na minha opinião, se queremos parar a guerra, é certo que é

preciso reconhecer e garantir as fronteiras de seis repúblicas, mas, ao mesmo tempo, é preciso encontrar uma forma de consenso interno em cada república. É preciso que os direitos de cada minoria sejam garantidos por acordos e que as relações entre os Estados e as minorias sejam estritamente controladas».

Na opinião dos participantes desta reunião alternativa, as posições assumidas pela CEE e a ONU são profundamente criticáveis. Neste momento, a única coisa que essas organizações poderiam fazer, ainda nas palavras de Tupovac, «é manter uma espécie de equilíbrio de forças para acabar com a guerra. Mas sobretudo é preciso que não haja intervenção militar».



Crianças da Bósnia. Refugiadas, como muitos milhares de pessoas de todas as nações e etnias da ex-Jugoslávia

Palestina

Entre a partilha e a transferência do poder

Até ao fim desta semana, um pouco mais de 600 presos palestinianos deverão ser libertados, no quadro de medidas anunciadas pelo governo israelita, destinadas a contribuir para o processo de paz.

Ainda neste quadro foi anulada a ordem de deportação de 11 palestinianos e procedeu-se à reabertura das estradas e das casas muradas nos territórios ocupados.

Medidas positivas em si, mas que simultaneamente reflectem as mesmas ambiguidades e reservas presentes na mesa de negociações. No que às libertações se refere é de notar que, em números oficiais, há cerca de 12 500 palestinianos presos nas cadeias de Israel.

Entretanto, em Washington, iniciaram-se os trabalhos da sexta ronda de conversações bilaterais. As principais divergências entre as delegações árabes e a delegação israelita centram-se nas posições sobre um futuro governo palestiniano em Gaza e na Cisjordânia e sobre a retirada dos soldados israelitas do Sul do Líbano, que naturalmente teria de passar (conforme é defendido pelos libaneses) pelo estabelecimento de um calendário. No que se refere ao problema palestiniano, a diferença de fundo reside em que, enquanto os israelitas propõem um Conselho local com poderes meramente administrativos, os palestinianos querem a celebração de eleições para formar um Conselho com plenos poderes legislativos e executivos para os dois milhões de palestinianos dos territórios hoje ocupados.

Definindo, em termos claros, a diferença de posições, a porta-voz da delegação palestiniana, Hanane Ashra-

wi, disse que a ideia de Israel é partilhar o poder em vez de transferir a autoridade.

Nos primeiros comentários ao projecto israelita de autonomia para os territórios ocupados, apresentado no recomeço das negociações bilaterais, os palestinianos afirmaram que contradiz as bases do processo de paz e «representa um regresso ao ponto de partida».

Mamdouh Al-Aker, membro da delegação palestiniana, declarou que o plano israelita «contradiz os termos do convite feito para as negociações com Israel, através do qual israelitas e palestinianos deveriam dialogar sobre uma transferência de poder significativo».

Segundo Aker, o plano x – que não foi tornado público mas que, no fundamental, propõe a eleição de um Conselho Administrativo sem qualquer poder político e legislativo, por um período de cinco anos, e a manutenção da sua autoridade nos territórios ocupados – ignora a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, que reclama a retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967.

«Esta resolução é uma das bases do processo de paz», recordou Mamdouh Akber denunciando que o plano israelita «propõe uma simples atribuição de responsabilidades no âmbito de uma coordenação com a potência ocupante».

Por seu turno, a porta-voz palestiniana às negociações, Hanane Ashrawi, considerou também que o projecto israelita representa «um regresso ao ponto de partida», e disse que o governo de Yitzhak Rabin «tenta colher os frutos da política dura seguida pelo seu antecessor Shamir». Hanane Ashrawi sublinhou

ainda que o plano x «contradiz as posições dos partidos trabalhista e Meretz».

Particularmente incisivo foi o comentário de Yasser Abde Rabbo, membro do Comité Executivo da OLP, que lembrou que o projecto ignora questões de fundo como «os colonatos, os direitos do homem, os recursos naturais, etc.», afirmando que «a persistência de Israel nas suas posições, demonstra que Rabin não

pretende progressos negociados antes das eleições presidenciais norte-americanas».

O presidente da OLP, Yasser Arafat, em intervenção proferida numa reunião internacional das Organizações não-governamentais, realizada sob os auspícios da ONU, criticou o novo governo israelita e os Estados Unidos, mas declarou-se optimista. «Estou optimista, senão teria entrado no processo de paz, de negociações», disse.

PCP condena intervenção no Iraque

Em nota do Gabinete de Imprensa – que aqui reproduzimos –, o PCP denunciou a decisão de limitar o espaço aéreo do Iraque no seu próprio território como uma «ameaça à integridade territorial do Iraque e de outros povos e países da região».

A decisão dos EUA, Grã-Bretanha, França e Rússia de limitar o espaço aéreo do Iraque no seu próprio território e de derrubar aviões e helicópteros iraquianos no sul do país, sem sequer terem mandato da ONU, constitui uma arrogante violação do direito internacional em que as principais potências decidem como e quando intervêm militarmente noutros países para procurarem impor soluções para os seus próprios problemas internos.

São bem conhecidos os sacrifícios que, no Iraque, comunistas, patriotas, curdos, sunitas e chiitas e outros têm sofrido na luta pela liberdade, o progresso social, a democracia, os direitos nacionais, enquanto indiferentes à sua sorte, durante anos a fio, esses países realizavam com o Iraque grandes negócios, incluindo o fornecimento de sofisticada tecnologia militar.

O PCP, que sempre foi solidário com a luta do povo iraquiano, condena firmemente a decisão destes países, a qual constitui uma ameaça à integridade territorial do Iraque, e de outros povos e países da região, agravando toda a explosiva situação no Médio Oriente e no mundo.

Esta decisão, que comentadores relacionam abertamente com os magros resultados eleitorais de Bush previstos pelas sondagens, viola o princípio fundamental de ser cada povo a decidir do seu futuro, livre de quaisquer ameaças e ingerências e só pode merecer a mais enérgica condenação.

Economia em notícias

EUA aumentam défice comercial

O défice comercial norte-americano atingiu 24,4 mil milhões de dólares no segundo trimestre, o que corresponde a um aumento de 42 por cento, anunciou o Departamento do Comércio.

Este resultado é o pior do último ano e meio.

No primeiro trimestre, o défice fixou-se nos 17,2 mil milhões de dólares.

Perspectivas pessimistas para indústria europeia

Os empresários europeus estão pessimistas quanto às perspectivas da indústria e consideram que as encomendas decrescem em todos os países, excepto na Alemanha, revelam sondagens europeias mensais de conjuntura, para o mês de Julho.

Para os industriais, a diminuição das encomendas é mais acentuada nos sectores dos bens intermédios e de consumo, enquanto que no de equipamentos se nota uma certa estabilidade, excepto em Itália, precisa o Instituto Nacional Francês de Estatística (INSEE).

Segundo a nomenclatura de actividades utilizada (a da CEE), as perspectivas de produção estão em recuo em todos os países, salvo na Alemanha, onde voltam a subir em todos os sectores.

Os «stocks» são maiores na Alemanha e no Reino Unido, em todos os sectores e menores na Itália, Bélgica e Holanda.

Japão diminui produção industrial

A produção industrial do Japão diminuiu 6,2 por cento em Julho, relativamente a igual período do ano anterior, de acordo com previsões oficiais divulgadas.

Os «stocks» das empresas aumentaram 5,1 por cento no mesmo espaço de tempo, revelam as mesmas fontes.

Empresas públicas

As empresas públicas europeias pretendem ver mantidos depois de 1993 alguns dos monopólios de que usufruem, nomeadamente os do gás e da electricidade, como forma de reabilitar a noção de «serviço público» no grande espaço europeu sem fronteiras – afirma-se em relatório entregue à Comissão Europeia pelo Centro Europeu da Empresa Pública (CEEP).

Para o CEEP, as empresas públicas estão, na maioria, mais bem posicionadas para preencher a relação qualidade/preço, além de se apresentarem como instrumentos de eleição da coesão económica e social, princípio caro à Europa.

Angola

O perigo da fera ferida

A um mês das primeiras eleições pluripartidárias, Angola não sabe ainda se vai às urnas ou se, por obra e graça da Unita, o processo vai ser interrompido, reactivando-se o conflito armado.

Há pouco mais de um ano, a 31 de Maio de 1991, o Governo da RPA e a Unita assinaram um acordo de paz. Savimbi, o antigo colaborador da PIDE/DGS e íntimo aliado dos racistas sul-africanos, inchava o peito e apresentava-se como grande vencedor. Vencedor da guerra e *a priori* vencedor das eleições. À distância de 14 meses, são enormes as dúvidas sobre ambas as questões. Como pode um vencedor da guerra ficar-se pelos campos, sem entrar numa só capital de província? Como pode vencer as eleições um partido que não consegue fazer um comício durante mais de um mês? O MPLA e o Governo da RPA surgem hoje, perante os olhos dos angolanos e dos observadores com um mínimo de independência, como aqueles que cumprem os acordos, que se empenharam no processo de paz e de construção da democracia pluripartidária.

A Unita e o seu principal dirigente — que surge como o único, ou quase — aparecem aos olhos dos angolanos como uma força armada, fechada, incapaz de se adaptar a uma situação de liberdade.

Há mais de um mês que a Unita não faz qualquer comício. Savimbi falta a encontros — marcados e anunciados — com o Presidente da República, como fez no passado dia 24 de Agosto. Nesse encontro, a questão principal que deveria ser discutida era a da desmobilização das forças armadas de ambas as partes.

Essa é a questão central em Angola. Enquanto o Governo vai desmobilizando as FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), a Unita não desmobiliza ninguém das FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola). Como afirmou o ministro da Defesa, Pedro Maria Tonha «Pedalé», há poucos dias, as FALA vão para os acantonamentos, mas não desmobilizam. «Pedalé» deixou,



no passado mês de Julho, muito clara a disposição governamental de desmobilizar as FAPLA, extinguindo-se por completo, no dia 1 de Agosto. Isso seria feito, claro está, se as FALA fizessem outro tanto.

Do lado da Unita não há uma palavra sobre o assunto. Ou melhor, quando essa palavra surge é para «justificar» a não desmobilização das FALA.

A actividade visível da Unita resume-se, nestes dias cheios de instabilidade, a ataques constantes a postos da polícia e a pacíficos cidadãos que apoiam o MPLA e o Presidente José Eduardo dos Santos. Para além disso, a Unita apenas se queixa daquilo a que chama de «polícia antímotim».

Essa tal polícia, cujo nome é de *Emergência*, é agora o cavalo de batalha de Savimbi e seus súbditos. Atribui-se a essa força — necessária, segundo quase toda a gente, tendo em conta o aumento da criminalidade — uma série de intenções tenebrosas e procura-se justificar com a sua existência a necessidade de manter as FALA em prontidão. O mais preocupante é que as Nações Unidas, que têm um papel importantíssimo na fiscalização do cumprimento dos acordos

de Bicesse, não dizem uma palavra sobre os desmandos da Unita e tão-pouco insistem na necessidade de as FALA desmobilizarem. Pelo contrário, aquilo a que se assiste é a uma absoluta «neutralidade» quando as violações evidentes vêm da Unita (nessas alturas fala-se sempre nas «partes») e a uma pronta disposição para criticar qualquer coisa que se pareça com uma falta de atenção por parte das autoridades governamentais.

Todos os dias os homens da Unita atacam postos da polícia, prendem cidadãos nos seus «comités-piloto», guardam armas de todo o tipo nessas instalações que deveriam ser apenas políticas e nunca militares. Sobre isso a UNAVEM II (a força das Nações Unidas) e a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) não dizem uma palavra. Mas quando uma pequeníssima força policial passa diante da casa de Jonas

Savimbi no Huambo, à frente da qual a arrogância requeira do locatário mandara erguer uma barreira para ilegalmente cortar o trânsito, então logo se pode dizer que houve «procedimento incorrecto» da polícia.

O Departamento de Estado norte-americano saiu também a terreiro divulgando um comunicado no qual se atribui à polícia de emergência a culpa pelo agravar das tensões. Nem um só acto dessa polícia é mencionado.

Ninguém diz nada quanto ao facto de a extensão da administração do Estado a todo o território angolano — exigência dos acordos de Bicesse — não estar ainda completada. Mas a sr.^a Margaret Anstee, uma inglesa que aqui representa o Secretário-Geral das Nações Unidas, permite-se ir à Jamba confraternizar com os soldados das FALA, armados até aos dentes. Anstee sabe muito bem que a administração do Estado não chegou à Jamba, localidade nos confins do Cuando-Cubango onde a Unita continua a manter prisioneiros de guerra e de consciência.

Os grandes êxitos do Presidente José Eduardo dos Santos e do MPLA durante esta pré-campanha estão a assustar a Unita e os seus amigos. No Huambo, no Bailundo, no Lobo,

para não falar em mais, o Presidente do MPLA juntou muitíssimo mais gente do que Savimbi. Esse facto é confirmado por jornalistas estrangeiros que, em Angola, acompanham o processo. Aquelas cidades eram consideradas como «baluartes» da Unita. No Andulo, terra da naturalidade de Savimbi, o chefe da Unita só conseguiu fazer um pequeno comício à segunda tentativa e depois de obrigar pela força os sobas a trazerem algumas centenas de pessoas para aquela comuna.

Esta estado de coisas leva muitos observadores em Luanda a considerarem que a situação está a ficar muito perigosa. É que, dizem os que conhecem melhor a Unita, Savimbi não irá tolerar a derrota. Se assim é, como é que ele pode — a não ser pela força — impedir a derrota?

Simultaneamente, surgem, cada vez com maior insistência, rumores e notícias de que Savimbi está a encontrar grandes dificuldades no seio da direcção da Unita.

As dificuldades da Unita e de Savimbi são boas notícias, mas são também motivos para redobrar a atenção. A fera ferida é perigosa.



A unificação dos povos jugoslavos foi sempre combatida pelas grandes potências

■ Miguel Urbano Rodrigues

Uma campanha de desinformação de âmbito mundial tem apresentado a situação existente na Jugoslávia como o desfecho quase inelutável de antagonismos étnicos e históricos entre os povos de um país criado artificialmente.

Essa visão falseia grosseiramente a História.

1. Os eslavos do Sul, ou Jugoslavos, têm a mesma origem étnica.

2. Os povos do espaço jugoslavo foram sempre, até à proclamação da independência, solidários na luta contra os ocupantes, fossem eles austríacos, húngaros ou turcos. A vontade de unificação dos eslavos do Sul foi permanente desde que o Império dos Habsburgos impôs o seu Protectorado à Bósnia-Herzegovina, em 1878.

3. Foram as grandes potências que sempre, em manobras amorais, se opuseram à criação de um estado Jugoslavo unificado e tentaram dividir sérvios, croatas, eslovenos, bosníacos, macedónios e montenegrinos. Não cabe neste texto a análise das causas profundas da tragédia que neste final do século XX se abateu sobre a Jugoslávia. Mas com o rodar dos anos ficará transparente que os primeiros responsáveis pelos crimes cometidos no espaço daquilo que foi a Jugoslávia são mais uma vez as grandes potências. Antes, olhavam para a região como se fora um vasto parque zoológico habitado por seres inferiores. Não falavam então de direitos humanos. Hoje, criaram condições para o separatismo e a desagregação do país. Aliás, são suas as armas com que os jugoslavos se matam uns aos outros. Um novo império, os EUA, juntou-se às antigas potências, como cúmplice activo nessa política farisaica.

Foi a partir do século VI que tribos eslavas vindas da planura do Vístula chegaram ao Adriático. A época, caracterizada pelo recuo das fronteiras do Império Romano do Oriente, era de grande desordem. A diferenciação, no conjunto caótico dessas tribos, que provinham do mesmo ramo da grande família indo-europeia, processou-se lentamente em função das influências a que foram submetidas.

Os primeiros a criar um estado minimamente organizado foram os eslovenos. No século IX, o nível de desenvolvimento atingido pelos estados feudais croata e sérvio impressionou monges de Bizâncio que visitaram a Dalmácia e chegaram ao Danúbio. Entretanto, o povo croata caiu no início do século XII sob domínio da Hungria e somente recuperaria a independência transcorridos oito séculos. Diferente foi a evolução da Sérvia. Os estados medievais criados por sérvios e bosníacos sucumbiram quando os turcos irromperam irresistivelmente na Europa Central antes da tomada de Constantinopla. A ocupação otomana durou em certos casos mais de quatro séculos e deixou uma pesada herança.

Não foi pacífica a presença turca. A cadeia de rebeliões, brutalmente reprimidas, dos povos sérvio, bosniaco e montenegrino foi quase ininterrupta. Durante esses séculos de opressão — ao Norte austríaca e húngara, ao Sul turca — a solidariedade das nações eslavas do Sul foi também constante.

Somente no início do século XIX o movimento de resistência aos ocupantes assumiu, contudo, a organicidade que lhe faltava. As ideias da Revolução Francesa tiveram influências no comportamento dos patriotas sérvios. As novas ideias — sobretudo a Declaração dos Direitos do Homem — estimularam a combatividade das forças que defendiam a ruptura com o Império Otomano e a criação de um Estado Sérvio independente.

O início da insurreição sérvia em 1804 não surpreendeu, assim, a Europa. Não se esperava, porém, que a revolta do Pachalik de Belgrado alastrasse com tanta rapidez e fosse saudada com entusiasmo pelas populações eslavas do Império Austro-Húngaro. A recusa dos sérvios a participarem na guerra da Turquia contra a Rússia suscitou, inclusive, o respeito dos franceses cuja presença na Dalmácia (as Províncias Ilírias criadas por Napoleão) contribuiu para a difusão do espírito revolucionário. Quase dez anos durou a insurreição sérvia. O exército não foi, inicialmente, capaz de a dominar. O chefe dos rebeldes, o príncipe Karadjovic Petrovic, que defendia a integração de todos os eslavos do sul num único Estado, ganhou a dimensão de herói nacional.

Após o desastre de Napoleão na campanha da Rússia, as potências coligadas contra a França chegaram à conclusão de que a unidade dos eslavos do sul era incompatível com projectos que viriam a tomar forma com a Santa Aliança. Viena, Petersburgo e a corte prussiana registaram com apreensão o facto de muitos eslovenos e croatas terem lutado como voluntários ao lado dos sérvios.

As insurreições sérvias

Antes mesmo da invasão napoleónica, a Rússia entendeu-se com a Áustria para deixar o campo livre à Turquia no esmagamento da rebelião sérvia. O czar Alexandre I, rompendo os compromissos que o ligavam aos revolucionários de Belgrado, assinou, em Bucareste, um Tratado com o Sultão turco que regulamentava o futuro da Sérvia. De acordo com o art. 8.º, os sérvios eram intimados a depor as armas em troca da simples autonomia administrativa. Não se falava mais de independência. O Governo da Sublime Porta extraiu as suas conclusões da atitude de simpatia das cortes de Viena e Petersburgo. Três exércitos turcos avançaram sobre a Sérvia através da Bósnia, de Nis e Vidin. Em Outubro de 1913, entraram em Belgrado e deram início a uma feroz repressão.

As monarquias europeias, coligadas contra Napoleão, permaneceram passivas. Não se falou então de direitos humanos,

apesar de a repressão otomana ter ficado assinalada por grandes massacres.

Logo ficou, porém, claro que a tentativa turca para restabelecer o velho sistema feudal anterior à insurreição estava destinado ao fracasso. A sociedade sérvia mudara muito durante os anos da luta. A instrução fizera progressos e o desejo de independência fortalecera-se. A violência humana esbarrou com a resistência maciça das populações. Em 1815, quando as grandes potências estavam ocupadas no Congresso de Viena a esboçar o novo mapa da Europa, os sérvios, sem pedir licença ao czar Alexandre, a Metternich e a Londres, levantaram-se outra vez em armas, sob a direcção do príncipe Milos Obrenovic, expulsaram do seu território todas as guarnições turcas.

Transcorreram, contudo, dez anos antes que uma convenção Russo-Turca abrisse o caminho a um reconhecimento pelas grandes potências europeias da realidade que era a independência da Sérvia. Mais uma vez, o desprezo pelos direitos dos pequenos prevaleceu sobre os princípios éticos que as chancelarias diziam defender. O que se oficializou foi apenas uma semi-independência. A Sérvia permanecia como Estado vassalo da Sublime Porta. O Tratado de Paris não foi além da referência expressa à autonomia política, económica e cultural da Sérvia. Em 1856, o governo de Belgrado recebeu uma «garantia colectiva» das grandes potências (art.º 28 e 29), em novo gesto de hipocrisia, pois a reafirmação da soberania otomana dificultava as relações externas do Estado sérvio. A pressão da Áustria terá sido decisiva porque Viena olhava com muita apreensão e entusiasmo que as vitórias da Sérvia despertavam entre as populações eslavas do Império.

O jogo dos impérios

Inesperadamente, a guerra austro-prussiana produziu importantes alterações no desenvolvimento da conjuntura balcânica. Vencida pela Prússia, a Áustria optou pela criação da monarquia dual, elevando a Hungria à situação de parceiro com direitos (no papel) iguais. Os objectivos, como se sabe, não foram atingidos. A Hungria, cujo povo lutara tenazmente por uma independência efectiva, o que exigia a ruptura com os Habsburgos, assumiu uma postura cada vez mais imperial em relação às minorias romena, eslovaca, sérvia e croata existentes nos territórios da área sob sua administração.

No último quartel do século acentuaram-se as contradições de interesses que opunham os três impérios multinacionais que disputavam os Balcãs: o Austro-Húngaro, o Russo e o Otomano. Para qualquer deles, os direitos dos povos, da vasta região não pesavam na política traçada. Olhavam as nações balcánicas oprimidas como fonte de matérias-primas, força de trabalho e moeda de troca. Os direitos humanos

eram invocados em exercícios retóricos apenas quando isso lhes convinha. A Grã-Bretanha, então no auge do seu poderio imperial, intervinha constantemente como mediador e a sua atitude quase sempre era decisiva. Para o governo britânico, a vontade e o sentir dos povos balcánicos tinham significado mínimo. As suas escolhas políticas e o discurso que as expressava na Câmara dos Comuns eram exclusivamente determinadas pela busca do equilíbrio de poder no Continente e sobretudo pela segurança nos Estreitos e na rota de acesso à Índia pelo Mediterrâneo, após a abertura do Canal do Suez. A Alemanha, que sob o governo de Bismark emergia como a segunda potência mundial, sustentava as ambições imperiais da Áustria procurando não perder as simpatias da Turquia.

Os povos balcánicos tinham consciência de que eram simples peões num jogo cruel desenvolvido pelas grandes potências. Daí a tendência para reforçarem alianças entre eles, quando isso era possível.

A arbitragem de Bismark

Em 1866, a Aliança da Juventude Sérvia colocou com muita clareza o problema da união dos eslavos do Sul. O movimento, que se desenvolveu sob as palavras de ordem **Liberdade e Unificação**, recebeu a imediata adesão das populações da Bósnia-Herzegovina e do Montenegro e foi duramente criticado em Viena e Budapeste.

Pouco depois, em 1871, foi fundada em Belgrado a Sociedade Sérvia de Libertação e Unificação. Os primeiros socialistas jugoslavos desempenharam um importante papel no apoio ao movimento unificador. O Partido Revolucionário Sérvio, nomeadamente, teve uma acção significativa no aparecimento de uma mentalidade revolucionária nas regiões ainda ocupadas pelos turcos, como era o caso da Bósnia e Herzegovina. Pode-se afirmar que o movimento socialista e revolucionário cresceu simultaneamente como movimento nacional libertador.

Foi numa atmosfera de tensão patriótica que as populações da Herzegovina se levantaram em Julho de 1875. Logo a seguir, a insurreição generalizou-se na Bósnia e, em Agosto, estendeu-se ao Montenegro. Os turcos não foram capazes de a dominar. A Sérvia, solidária com os povos irmãos, declarou guerra ao Império Otomano em Junho de 1876. A solidariedade entre os eslavos do Sul funcionou. Estavam criadas as condições subjectivas e objectivas para a unificação do país. Mas ela não se fez.

Os êxitos militares alcançados levaram a Bósnia e a Herzegovina a proclamarem a sua união com a Sérvia em clima de entusiasmo popular.

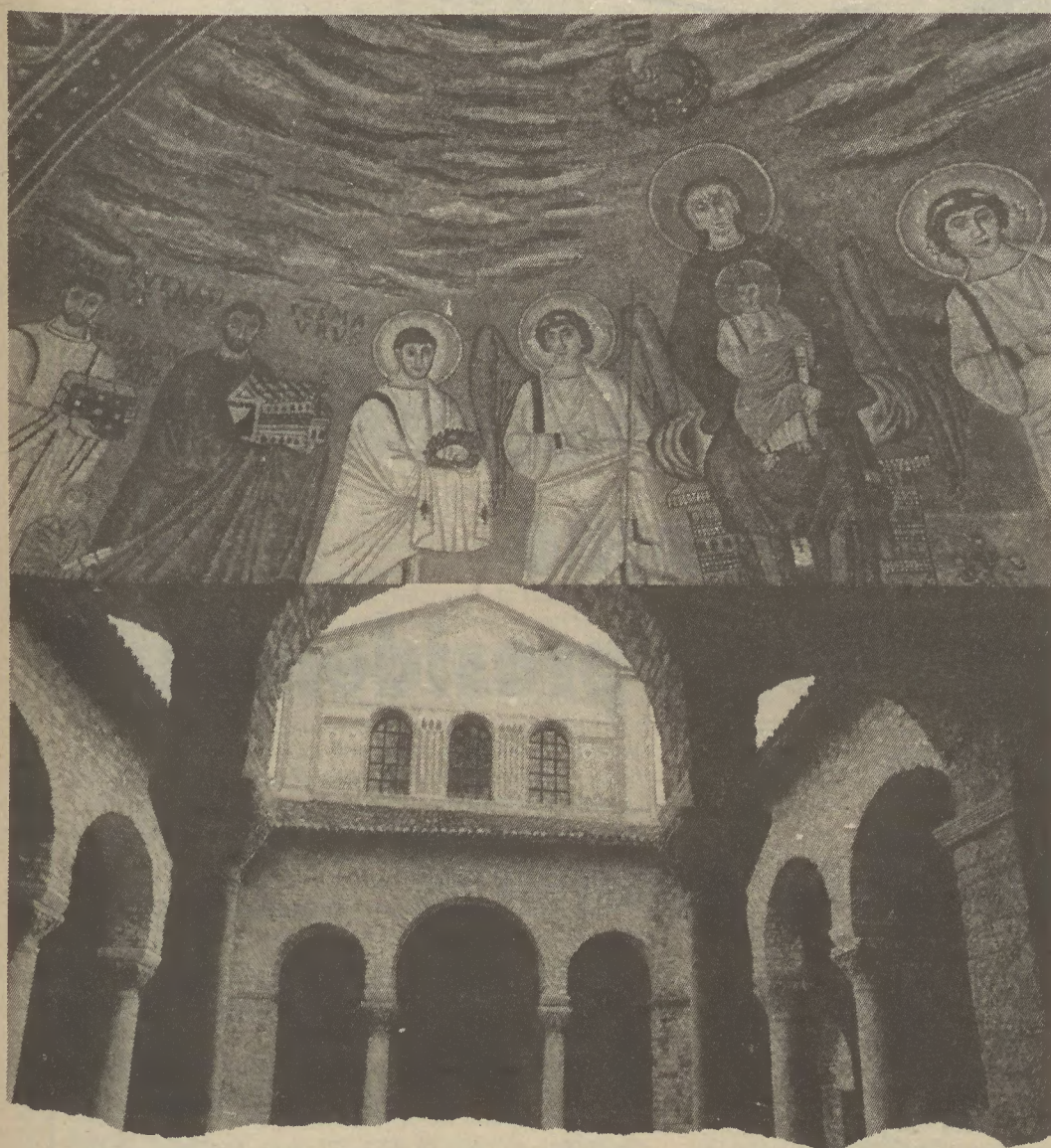
A Áustria assustou-se e as grandes potências ocidentais acharam que era chegado o momento de intervir.

O ministro do Império Austro-Húngaro em Belgrado, Ben Kalay, em documento enviado a Viena, salientava que a criação de um Estado unificado jugoslavo seria «um perigo permanente para a integridade da coroa de Santo Estêvão e para o conjunto da monarquia».

Bismark deu uma ajuda. Sugeriu que a Áustria e a Rússia se entendessem. A primeira seria «arredondada do lado da Bósnia»; a segunda receberia uma compensação do lado do Danúbio». Na opinião do chanceler alemão, «se tal arranjo fosse adiante não teríamos dificuldade em o subscrever. Penso que o mesmo ocorreria com a Inglaterra. Acredito que ele aceitará essas bagatelas se obtivesse garantias para os seus negócios relativos ao Suez».

Como se verifica, os direitos dos povos balcánicos eram definidos como bagatelas pelo chefe do governo alemão...

O acordo secreto de Reichstadt em 1876, e o acordo, também secreto, de Budapeste, em 1877, limaram pequenas divergências. A Áustria e a Rússia entenderam-se para se opor à criação de um Estado jugoslavo, unificado e independente. A Sérvia, enquanto o seu povo lutava contra os turcos, foi informada de que, «qualquer que fosse o resultado da guerra», as potências ocidentais não permitiriam a sua fusão com a Bósnia. Uma «solução provisória» para os Balcãs foi imposta na Conferência de Istambul. A Rússia anexou a Bessarábia (parte da actual República da Moldávia); a Áustria colocou sob a sua protecção a Bósnia e a Herzegovina. Os protectores foram autorizados a estabelecer guarnições e a Sérvia obrigada a concluir a paz com a Porta com a base no **statu quo ante bellum**. Os benefícios do seu combate generoso e da luta dos bosníacos foram colhidos pelos impérios dos Habsburgos e dos Romanov. O governo de Belgrado foi ainda intimado a dissolver todas as organizações empenhadas na unificação do país...



O protectorado sobre a Bósnia

Durou pouco o precário entendimento entre os grandes. Em 1878 a Rússia e a Roménia declararam guerra à Turquia, sustentando à aspiração a independência do povo búlgaro, colonizado há cinco séculos pelo Império Otomano. A Inglaterra alarmou-se quando as tropas do czar se aproximaram dos Estreitos. O final da guerra teve um desfecho marcado pela hipocrisia. A Áustria, a Alemanha e a Inglaterra não aceitaram as fronteiras estabelecidas para a Bulgária no Tratado de San Stefano. Foi tudo rediscutido em Berlim. Na capital alemã, a Áustria informou que se reservava o direito de anexar a Bósnia-Herzegovina quando chegasse o momento adequado. Quanto à Bulgária, perdeu a província da Rumélia Oriental.

Os Balcãs continuaram a ser olhados pelos grandes da Europa como um vasto parque zoológico onde, em vez de animais, havia povos inteiros.

Em 1906, a agressividade austríaca contra a Sérvia manifestou-se na «guerra das alfândegas». Uma influente publicação imperial, o «Pester Llyiod», escrevia em Abril de 1908: «é preciso cortar a cabeça da hidra sérvia. Essa tarefa não pode ser concretizada se em Zagreb, em Pest, em Sarajevo e Viena não for elaborado um plano conjunto para marchar contra o inimigo comum».

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, barão de Aehrenthal, para justificar o projecto de desmembramento da Sérvia, invocava a necessidade da «destruição do ninho revolucionário», falava de «cortar o mal pela raiz». Esse era o estilo.

Em 1908, quando a Bósnia foi anexada e o imperador Francisco José, em carta ao rei de Inglaterra e ao czar russo, informou que agira por «exigências imperiosas da situação», não houve protestos; nenhum dos governos pôs em causa o gesto brutal da Áustria. Na Bósnia, a repressão das tropas austríacas foi uma realidade e quem, mais uma vez, se colocou ao lado dos bosníacos foram os sérvios.

O imperador Guilherme II da Alemanha definiu a anexação como «uma encenação grandiosa, que havia demonstrado ao mundo a força vital que caracteriza a Tríplice Aliança».

As duas guerras balcânicas (1912 e 13) que envolveram todos os países da região desmascararam mais as grandes potências europeias. Um ano antes, a Itália havia atacado a Turquia. Ocupou Tripoli, parte da Cirenaica e algumas ilhas do Dodecaneso. Pouco depois, a Bulgária, instigada pela Áustria e pela Alemanha, declarou guerra à Turquia. Os Balcãs incendiaram-se porque a Sérvia e a Grécia intervieram. As vitórias alcançadas contra o Império Otomano — o «grande doente da Europa», como diziam os ingleses — provocaram mudanças substanciais nas fronteiras. A Turquia perdeu praticamente todos os territórios que lhe restavam na Europa, excepto Istanbul. Mas na partilha dos despojos (o Kosovo, a Macedónia, e parte da Trácia), as pretensões da Bulgária (sempre acicatada por Viena e Berlim) levaram a uma ruptura. Assistiu-se a uma reversão das alianças. A Roménia e a Turquia formaram com a Sérvia e a Grécia uma coligação ad hoc e a Bulgária foi rapidamente derrotada. O mapa foi redesenhado.

A divisão do bolo

Entretanto, a Albânia entrava em insurreição contra a Porta. A Áustria opôs-se, porém, a que a Sérvia chegasse ao Adriático através do Montenegro. A paz acabou, mais uma vez, por ser, no fundamental, ditada pelas grandes potências. A Grã-Bretanha apoiou Viena, privando os patriotas albaneses dos frutos do combate libertador. A palavra do governo britânico foi decisiva: a Albânia foi definida como «um estado independente» sob protectorado da Itália. Inventaram então um rei-fantochete, o príncipe De Wied, tão absurdo que esse reinado fez as malas decorridos dois meses e deixou o país.

É útil recordar que, durante a guerra de 1912-13,

milhares de voluntários da Bósnia e da Herzegovina lutaram ao lado do exército sérvio. Na Croácia, integrada no Império dos Habsburgos, houve numerosas manifestações de solidariedade com a Sérvia. Os feridos sérvios foram tratados nos hospitais de Dubrovnik e em Zagreb realizaram-se sessões em prol da unificação dos jugoslavos.

Os pactos secretos

São bem conhecidas as condições em que se iniciou a I Guerra Mundial. O assassinio em Sarajevo do herdeiro da coroa imperial serviu de pretexto para o ultimato da Áustria à Sérvia com exigências inaceitáveis. O objectivo, como mais tarde confessou o Kaiser alemão, era acabar com a Sérvia. Essa política esbarrou com o sentimento da maioria dos povos eslavos integrados no Império. Foi este, aliás, que se desintegrou no rescaldo do conflito mundial.

Na Croácia e na Eslovénia, o governo teve de implantar o estado de sítio. Os deputados croatas foram presos, apesar das suas imunidades, e os jornais de Zagreb suspensos. Uma vaga de terror policial alastrou pelas províncias eslavas quando a flotilha imperial do Danúbio bombardeou Belgrado, iniciando as hostilidades. Na Bósnia-Herzegovina a repressão foi ainda mais severa.

Os compromissos que as grandes potências assumiram nos bastidores da guerra são expressivos do amoralismo das suas políticas. Para que a Itália rompesse com a Alemanha e a Áustria, inicialmente suas aliadas, foram-lhe oferecidas compensações escandalosas. À custa de outros povos, claro. Prometeram-lhe parte da Eslovénia e territórios da Croácia e áreas turcas da Ásia Menor a serem definidos.

O pacto secreto de Londres (cujo conteúdo só foi conhecido anos depois) atribuiu praticamente à Itália o controlo de todo o Adriático. O czar Nicolau II, consultado, concordou porque os governos britânico e francês manifestaram a disposição de atender as suas reivindicações. A Turquia pagaria a factura principal, na Ásia e nos Estreitos.

Pelo seu lado, os Impérios Centrais foram igualmente generosos em promessas chocantes. À Bulgária ofereceram o que ela pediu, à custa da Grécia, da Sérvia e da Roménia.

A criação da Jugoslávia

Atacada simultaneamente pelas tropas austro-húngaras, alemãs e búlgaras, a Sérvia foi ocupada após um ano de resistência. Parte do seu exército, após uma retirada que então comoveu o mundo ocidental, chegou à ilha de Corfu.

Paradoxalmente, nesses dias, assinalados pelas vitórias alemãs, o movimento pela reunificação cresceu de maneira irresistível. A solidariedade alargou-se aos emigrantes. O Congresso Nacional dos Jugoslavos dos EUA, reunido em Chicago, a 10 de Maio de 1915, aprovou uma Declaração na qual afirmava que «os croatas, sérvios e eslovenos não vêem outra salvação que não seja a sua libertação da Áustria-Hungria. A nossa vida e o nosso progresso somente podem ser garantidos através da união de todos os países jugoslavos com a Sérvia num Estado único». Na América do Sul, os

jugoslavos, reunidos em Congresso na cidade chilena de Antofagasta, colocaram-se «à disposição do governo sérvio» e manifestaram a sua confiança no Comité de Londres que trabalhava pela unificação dos eslavos do Sul. Finalmente, em Corfu, o governo sérvio e representantes da emigração divulgaram em 20 de Julho de 1917 uma Declaração cujo item I estabelecia que «o Estado dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, que são conhecidos como eslavos do Sul ou jugoslavos, será um reino livre e independente, com um território indivisível e uma nacionalidade única».

O chamado Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, a sua estrutura institucional e a sua política não correspondem às aspirações mínimas pelas quais lutaram durante séculos aqueles que tornaram possível a unificação dos povos jugoslavos. Mas é oportuno salientar que para o mau começo da Jugoslávia contribuíram mais uma vez as grandes potências. O Reich nazi e a Itália fascista fizeram o que estava ao seu alcance para dividir os jugoslavos e fomentar conflitos entre as nacionalidades.

O país foi, aliás, riscado do mapa após a invasão alemã na Primavera de 1941. Hitler criou, de acordo com Mussolini, a República vassala da Croácia, colocando à sua frente Ante Pavelich, um títere cujos crimes monstruosos ficaram na memória dos povos da região. A Voivodina, o Banato e a Macedónia foram retalhadas e oferecidas em pedaços à Hungria e à Bulgária. A Itália anexou distritos inteiros da Eslovénia e da Croácia. A Alemanha tratou a Sérvia como se fora uma colónia medieval habitada por escravos.

Ocorreu o que o mundo não esperava. Foi nas trágicas condições da ocupação que as populações da Jugoslávia se agigantaram. Na guerra contra Hitler, travada primeiro pelos partisans e, depois, pelo exército popular revolucionário, não havia querelas religiosas e étnicas. Eram todos patriotas que se batiam pela libertação da Jugoslávia. Houve colaboradores e traidores? Obviamente. Não existe guerra que não gere tal gente. Mas o andamento da História não foi determinado por essa ínfima minoria.

Tito

A vida proporcionou-me a oportunidade de percorrer numa manhã ensolarada de Outono o campo de batalha de Naretva, onde Tito (esloveno e croata pelas origens familiares) alcançou a mais notável das vitórias contra os alemães, ao furar as tenazes do cerco que a Wehrmacht fechara em torno da principal força do exército revolucionário. Nesse lugar de beleza quase irreal, no coração da Bósnia-Herzegovina — junto a um rio verde no qual cada meandro aparece na memória popular ligado a epopeias lendárias na luta secular pela independência — sérvios, bosníacos, montenegrinos, croatas, eslovenos e macedónios sentiam-se parte da mesma comunidade multinacional.

Em artigo que então escrevi a evocar a batalha de Naretva («o diário», Outubro de 1981) como vitória da democracia sobre a barbárie fascista, destaquei o herói colectivo — o povo, então unido, da Jugoslávia — e a firmeza, coragem e lucidez do dirigente revolucionário, o marechal Tito.

A teoria e a prática da autogestão jugoslava nunca me convenceram. Essa discordância não afectou minimamente a minha admiração pessoal pela obra unificadora de Josip Bros Tito. É uma admiração que a tragédia do presente faz crescer. Ele soube captar na sua terra o sentido profundo da História numa situação em que as dificuldades se apresentavam como aparentemente inultrapassáveis.

Acredito que a Jugoslávia renascerá do caos. A vocação unificadora dos povos jugoslavos, permanente, vai prevalecer sobre as forças desagregadoras que levaram a conflitos fratricidas (estimulados de fora), irracionais e efémeros.

Bibliografia sumária

- «The Balkans», Charles Jelavich, New Jersey, Prentice Hall, 1965.
- «Les Etats Chrétiens des Balkans depuis 1815», Louis André, Paris, Félix Alcan, 1918.
- «La formation de la Yougoslavie», Emile Haumant, Paris, Bossard, 1930.
- «Les Grands Traités Politiques», Pierre Albin, Paris, Alcan, 1932.
- «Les frontières balcaniques tracées par le Traité de Berlin et leur sort jusqu'aujourd'hui», Henryk Batowski, Sofia, 1970.
- «La Question Yougoslave», la monarchie danubienne et l'Europe 1878-1918, Paris, Alcan, 1918.
- «La crise bosniaque - 1908/1909», Momtchilo Ninitchitch, Paris, Alfred Costes, 1937.
- «La politique économique d'Aehrenthal envers la Serbie», in Revue d'Histoire de la guerre mondiale, tomo XIII, Paris, 1935.
- «Twenty Five Years, 1892-1916», Viscount Grey of Fallodon, Londres, 1925, Hodder.
- «Correspondence secrète de Bellow et de Guillaume II, Paris, 1931.
- «De l'anexion de la Bosnie-Herzegovine et l'attentat de Sarajevo», A. Mousset, in «Le Monde Slave», Paris, 1930.
- «Les années fatales», Sazonov, Paris, Payot, 1927.
- «America, Italy and the birth of Yugoslavia», Dragan Zivojinovic, New York, Columbia University Press, 1972.
- «L'offre de paix séparée de l'Autriche», Sixte de Bourbon, Paris, 1920.
- «L'unité yougoslave et le roi Alexandre I», K. S. Chantúch-Chandan, Paris, 1931.
- «La Yougoslavie», Vioreca Moisuc, in «L'affirmation des Etats nationaux en dependents et unitaires du Centre et du Sud-est de l'Europe», Bucarest, 1980.

EX-URSS

À venda

Colecção
PROBLEMAS
DO MUNDO
CONTEMPORÂNEOedições
Avante!

GÉRARD STREIFF

EX-URSS

UM NOVO
TERCEIRO MUNDOPROBLEMAS DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

Gérard Streiff estava em Moscovo na altura dos trágicos acontecimentos do Verão de 1991, na qualidade de enviado especial do jornal do Partido Comunista Francês, *L'Humanité*. Foi correspondente deste jornal na URSS entre 1982 e 1986 e é autor do livro *La Dynamique Gorbatchev* (1986).

Trata-se, portanto, de uma testemunha particularmente atenta e informada que nos comunica aqui as suas reflexões, ainda «a quente», naturalmente discutíveis, sobre acontecimentos de profundas repercussões para o mundo inteiro.

Quais os obstáculos que se colocaram à *perestroika*? Será fatal passar de um «socialismo burocrático» a um «capitalismo selvagem»? O evoluir da situação, em profunda e diária mutação, poderá já ter desactualizado o texto em aspectos de pormenor. Nem por isso o livro de Gérard Streiff deixa de dar úteis pistas para a reflexão necessária sobre o sentido do que se passou e está a passar na ex-URSS.



Iraque Intervenção por uma vitória presidencial ao serviço da desordem mundial

■ Domingos Lopes

A decisão dos EUA, Grã-Bretanha e França, com o apoio da Rússia, de fecharem o espaço aéreo no Sul do Iraque aos iraquianos, sem sequer terem mandato da ONU, é um elemento importante na definição do que pode vir a ser a “nova ordem” mundial.

O regime de Saddam Hussein sempre se caracterizou pela repressão dos sectores democráticos da sociedade iraquiana. Afirmando-se anti-imperialista na sua política externa, o regime iraquiano, no plano interno, foi a pouco e pouco passando o poder do Partido Baas para as mãos de Saddam Hussein. Dentro do próprio Baas, significou purgas e repressões aos elementos mais progressistas. Na sociedade, a sua fúria virou-se com particular destaque para o PC Iraquiano.

É claro que o Iraque se foi tornando cada vez mais, pelas suas riquezas, pela sua população e o seu potencial militar, um país estrategicamente importante em toda a região.

E o Ocidente, que o ajudou a armar, também o sabia.

A RFA, a França, os EUA, a Grã-Bretanha, fizeram com o Iraque negócios monumentais, não se incomodando com o povo iraquiano, tal como agora fazem com a Indonésia e com Israel, e como fizeram com os racistas sul-africanos.

Mesmo durante a guerra com o Irão, o Ocidente esteve sempre pronto a vender tudo a Saddam Hussein, pois era e até foi em parte o modo de asfixiar a revolução popular iraniana, a qual também fez tremer o regime iraquiano.

Esta decisão tem muito pouco a ver com a solidariedade à população chiita do Sul do Iraque. Bush, aliás, afirma-o ao dizer que o que quer é mudar a direcção iraquiana. Trata-se de uma decisão de potências que entendem mostrar que dominam o mundo e quando querem até são capazes de, a pretexto dos direitos humanitários, impor a outro país o encerramento do espaço aéreo aos aviões e helicópteros desse próprio país. Há quem fale na **partilha do Iraque**. Há comentadores e analistas a reclamá-lo, como se esse fosse o modo de resolver os conflitos latentes e abertos no Médio Oriente.

O Iraque é um país essencial no xadrez árabe. É um país rico e com uma larga população. Tem uma história. E sofre hoje os desmandos de Saddam e a crueldade das sanções impostas pelas Nações Unidas, as quais atingem sobretudo as crianças e os velhos que, depois da morte debaixo dos bombardeamentos cirúrgicos, morrem agora de subnutrição ou por falta de medicamentos. O Iraque é uma chaga da nova ordem mundial.

O Iraque é um país como qualquer outro país do Médio Oriente e do mundo, que tem as suas fronteiras internacionalmente reconhecidas e como tal devem ser respeitadas.

Cabe ao povo iraquiano decidir o seu futuro, livre de ingerências, de agressões e de guerras.

E por muito que o povo iraquiano tenha sofrido e venha a sofrer, a nada nem a ninguém é permitido usar um mandato que aquele povo lhe não conferiu, para de novo atacar militarmente o espaço aéreo no Sul do Iraque.

Sabe-se que as rivalidades entre o Irão e o Iraque são de há muito e que as populações chiitas do Sul do

Iraque possam ser usadas para o Irão alargar a sua área de influência na região. São igualmente conhecidas rivalidades entre o Iraque e a Síria.

O problema nacional dos curdos não está de modo nenhum resolvido no Iraque, nem na Turquia, nem no Irão.

Esta decisão, que não conta com o apoio dos países árabes, vai certamente agravar a tensão em toda a região. Vai mostrar de novo ao mundo que há mesmo dois pesos e duas medidas, pois Israel, aliado dos EUA e do Ocidente, pode manter a ocupação militar na Palestina, matar em nome dessa ocupação, que nada sofre, antes é tratado com todas as honras.

A decisão mostra também que a nova ordem visa salvaguardar os interesses das principais potências e dos seus dirigentes.

Nos EUA, Bush, dizem os comentadores e as sondagens, está na mó de baixo.

Há quem defenda que só com uma guerra poderá de novo ser Presidente.

Na França, a popularidade de Mitterrand nunca foi tão baixa e nunca o “Não” a Maastricht foi tão alto, sendo, hoje, **nas sondagens, maioritário**.

Ora, neste quadro, uma guerra, uma demonstração de força bélica destes países, pode ajudar, segundo estes maquiavélicos raciocínios, a inverter a situação.

Mas talvez não. O grande espectáculo da guerra “limpa” já passou. O povo iraquiano sofreu terríveis bombardeamentos e mais de cem mil mortos e viu o país fortemente destruído, e hoje não tem água potável (não pode importar sequer cloro), nem medicamentos.

Os povos árabes vivem com tremendas dificuldades e sentem que os aliados do Ocidente, os Xeiques, os Sultões e alguns Reis e companhia, pegam nos seus trilhões e investem no Ocidente. O fosso cresce e o desespero leva massas árabes a abraçarem teses ultrademagógicas, pretensamente igualitárias à luz de conceitos corânicos que os seus promotores não respeitam e apenas manipulam.

As grandes democracias, como se costuma dizer quando se fala dos EUA, não têm sequer respeito para a míngua e a miséria em que vivem as comunidades negras e latino-americanas. E por isso parte das tropas que ocuparam o Iraque foram chamadas a ocupar Los Angeles.

É neste desespero que Bush **puxa pelo gatilho da guerra**. E hipocritamente vem anunciar ao mundo que quer “libertar” o Iraque de Saddam. **O que Bush teme é Clinton**. O que Bush quer é **manter-se a ele e à sua clique no comando dos EUA**. E por isso nada o faz recuar. **O que é triste é que haja gente com olhos de ver que não veja a brutalidade que é, um Presidente para o poder continuar a ser, desencadear operações militares contra um país, contando com a complacência, aquiescência e cumplicidade de tanta consciência “dorida”**.

Vale a pena dizer que ser solidário com o povo iraquiano, com a oposição democrática do Iraque, não dá o direito a fazer uma guerra contra o Iraque, mas antes o dever de apoiar as diversas organizações patrióticas e democráticas existentes no Iraque. Mas há quem não queira ver aquilo que está à vista. No fundo, como diz o provérbio: “O maior cego é o que não quer ver.”

Voto dos emigrantes para o PR - uma questão mal colocada -

Nos últimos meses, de cada vez que o Primeiro-Ministro discursa pode apostar-se, com confiança, que vai referir o voto dos emigrantes nas eleições presidenciais. Quanto mais graves forem os problemas do País, mais segura é a repetição da tentativa de os esconder por intermédio dessa tecla, que deixou de ser novidade para ser tocada com uma obsessão cansativa. Foi, mais uma vez, o que aconteceu no discurso de Faro de 22 de Agosto.

Os ingénuos poderiam acreditar que se trata de uma séria preocupação com os nossos compatriotas que buscam o pão, espalhados por esse mundo fora e que minoram, com as suas remessas, as mazelas da economia nacional.

Os mais cépticos vêm na posição do Primeiro-Ministro uma tentativa de buscar no exterior do País o apoio que lhe falta em Portugal para, finalmente, eleger um Presidente da República em perfeita consonância com o PSD e que esvazie de conteúdo os mecanismos de separação, fiscalização, controlo e interdependência que caracterizam o sistema misto parlamentar-presidencial. Quanto à oposição, só teria uma razão para cometer tão grave injustiça para com os emigrantes: eles votam maioritariamente no PSD!

A insistência com que o Primeiro-Ministro levanta o problema torna oportuno trazer algumas questões a este debate, recorrendo na sociedade portuguesa, no quadro do qual o PSD e a direita preferem, em geral, a demagogia à seriedade.

Uma primeira nota é que esta proposta do PSD não é um facto isolado: o PSD pretendeu, na última revisão constitucional, admitir todas as modalidades de voto por correspondência, pondo termo ao seu carácter pessoal, abrindo caminho a manipulações de caciques e outros agentes e generalizando o modo de votarem os emigrantes. É nesse quadro que se insere uma proposta do PSD, que não salvaguarda minimamente a igualdade de oportunidades e a seriedade do acto eleitoral.

Poderá perguntar-se que coerência há em garantir o voto dos emigrantes para a Assembleia da República e não garantir para o Presidente da República.

A resposta é simples: é diferente eleger uma Assembleia com 230 membros, em que o voto de emigrantes escolhe apenas quatro deputados; ou eleger um órgão unipessoal, em que esse voto é acompanhado de carências de controlo, de fiscalização e sem possibilidade de idênticas capacidades de intervenção dos candidatos, mas em que pode ser decisivo.

Para além das questões dos elevados custos financeiros, podemos lembrar as carências de liberdade ou limitações legais em vários países, que impossibilitariam a intervenção de alguns candidatos. Recorde-se, a título de curiosidade, que na última revisão constitucional, tal como o PCP, também o PS, através do Deputado Almeida Santos recordou «as dificuldades que teria um candidato do PCP (...) em

fazer propaganda nas comunidades dos Estados Unidos da América, e outros exemplos que tais» (Diário da Assembleia da República, II Série, nº 38-RC, p. 1193).

Repare-se que o que está em causa não é só o problema do voto dos emigrantes nas eleições presidenciais, mas o modo concreto que o PSD pretende impor: nunca admitiu a consideração de quaisquer formas de os emigrantes votarem que implicassem controlo e garantias mínimas que outros países têm procurado assegurar.

Pense-se em Itália, em que o direito de voto é exercido no território nacional. Ou na Alemanha e Reino Unido,

em que se exige que a permanência fora do território não tenha excedido um determinado número de anos. Em Espanha - que não tem que eleger o Rei - mesmo assim o voto para as Cortes exerce-se nos consulados espanhóis, com garantias de fiscalização.

Portugal é um país particularmente carecido de cuidados nesta matéria. Com efeito, enquanto noutros países, a nacionalidade adquire-se, em princípio, com o nascimento no território respectivo, em Portugal é adoptado o princípio de que a nacionalidade se adquire em função da nacionalidade dos pais. Daqui decorre a existência de portugueses de segunda, terceira ou quarta geração, casos de dupla nacionalidade, enfim, algo que leva a que não se possa dizer com rigor quantos portugueses há fora de Portugal. É necessário ter a consciência de que esta situação reclama particulares cuidados contra os abusos passíveis de ser cometidos no recenseamento e no voto. O PSD, porém, não só recusa cautelas como quereria aproveitar o princípio da aquisição da nacionalidade para tentar multiplicar o número de eleitores residentes no estrangeiro que actualmente existem, recorrendo mesmo aos que já não têm conexão relevante com Portugal. Recorde-se, designadamente, que não aceitou, na última revisão constitucional, considerar nem soluções semelhantes às que vigoram lá fora, nem quaisquer outras cautelas. Preferiu manter a questão em aberto e insistir na generalização do voto por correspondência. Assim, pode voltar constantemente ao mesmo tema. De cada vez que a oposição quer levantar e discutir os problemas nacionais e criticar o Governo, é acusada do «crime»: quer impedir o voto dos emigrantes!

De resto, este aparenta ser um problema importante para o PSD mas está muito longe de ser a preocupação essencial dos emigrantes, mesmo no plano eleitoral. Não se trata apenas de, havendo cerca de quatro milhões de portugueses - ninguém sabe exactamente quantos -, estarem inscritos no recenseamento eleitoral apenas 187 598 e terem votado apenas 61 128 (32,5%) para a Assembleia da República em 1991.

São muitos os emigrantes para quem o problema essencial não é o de votarem em eleições portuguesas mas sim o problema dos seus direitos e o das suas condições de vida nos países onde residem; é a sua vontade de serem tratados, numa expressão elucidativa, embora sem rigor jurídico, como «emigrantes e não como estrangeiros»; de verem combatidas e não serem abrangidos pelas vagas de racismo e xenofobia que pairam na Europa; é não serem remetidos para *ghetos* em que vivem estrangeiros e minorias étnicas por essas cidades, por esse mundo fora. É, enfim, ver realizado em toda a parte o princípio, proclamado e nunca cumprido pela lei de 28 de Setembro de 1791, aprovada no quadro da Revolução francesa: «Todo o Homem de qualquer cor, de qualquer origem, de qualquer país, será livre e gozará dos direitos dos cidadãos em França».

Ora, nesta matéria têm sido reclamadas múltiplas medidas para protecção das «comunidades portuguesas» e dos emigrantes. Entre elas conta-se o direito de voto nas eleições autárquicas nos países onde residem. Compreende-se: são os países e as autarquias onde decorre grande parte da sua vida e que podem influir em problemas como habitação, equipamentos, infra-estruturas, arranjos urbanísticos, combate à criação de *ghetos* para estrangeiros. A Constituição prevê a possibilidade de direito de voto de estrangeiros nas eleições autárquicas, sob condição de reciprocidade. Já nesta legislatura, o PSD inviabilizou a aprovação de legislação que o poderia permitir.

O pretexto foi o de que o Tratado de Maastricht continua uma tal previsão e que o direito de voto seria concretizado no chamado «quadro comunitário». Ora o Tratado não assegura a definitiva concretização do voto de estrangeiros nas eleições municipais: o direito depende das «modalidades» a estabelecer antes de 31 de Dezembro de 1994 pelo Conselho. Só que terá que o fazer por unanimidade; e podem ser estabelecidas «disposições derogatórias quando os problemas específicos de um Estado membro o justificarem». Daí que os países com vários milhões ou grande percentagem de estrangeiros possam vir a invocar «problemas específicos» para excluir o direito de voto de imigrantes nas eleições municipais.

Além disso, os próprios sucessos futuros do Tratado são dificilmente previsíveis, o que significa que não é dele que tem que resultar tal medida, que teria o alto apreço de ser acompanhada de muitas outras, que integram e constituem o Tratado, designadamente a transferência maciça de competências para a União Europeia a criar.

Mas o que é incontestável é que a internacionalização de mão-de-obra é crescente e que é necessário cuidar dos seus direitos, também ao nível do direito de voto.

Recorde-se que na Alemanha vivem 4,5 milhões de estrangeiros e em França 3,6 milhões; que na Bélgica 8,7% da população é estrangeira, na Alemanha 7,3%; em França 6,6%; no Luxemburgo 25,8%



LUÍS SÁ
Membro da Comissão
Política do PCP

O PSD nunca admitiu quaisquer formas de os emigrantes votarem que implicassem controlo e garantias mínimas que outros países procuram assegurar

(Comissão Europeia, Políticas de Imigração e Integração Social dos Imigrantes na Comunidade Europeia, Bruxelas, 1990).

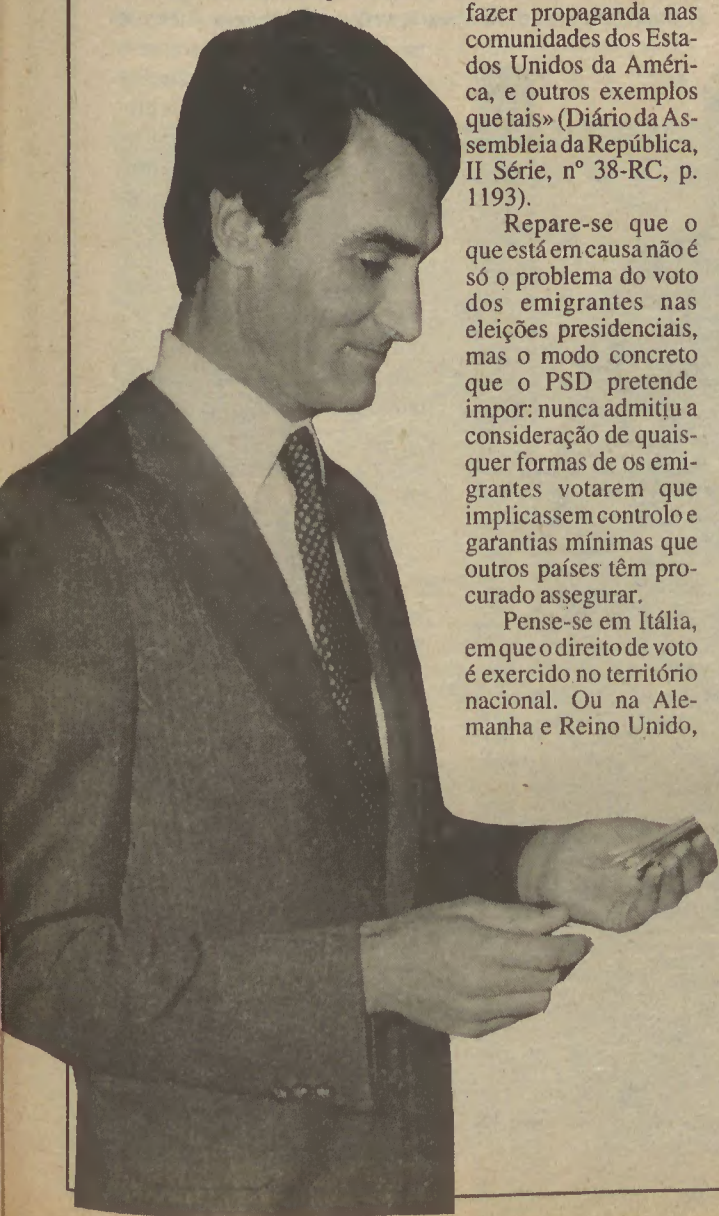
Poderão, por isso, ser previsíveis oposições e manobras dilatórias à consagração do direito de voto de estrangeiros que impõem que a sua conquista pelos emigrantes não seja colocada na dependência do que se passar a nível da CE. Neste quadro, Portugal deveria procurar acordos bilaterais para instituição do direito de voto dos portugueses nas eleições municipais dos países onde residem, tendo em conta, além do mais, que estão em causa não só os emigrantes que vivem em países comunitários, mas também os que vivem noutros países não comunitários. Por outro lado, há que dignificar e garantir esses direitos aos imigrantes caboverdianos, guineenses e outros, cerca de 100 mil, que trabalham e vivem em Portugal.

O PSD, porém, que tanto fala do voto dos emigrantes nas eleições para a Presidência da República, não só não permitiu considerar modalidades que o não transformem numa grande trapaça como omite as acções diplomáticas e o esforço para conquistar o direito de os emigrantes votarem nos municípios onde vivem, que seria para eles seguramente de maior alcance, sobretudo num quadro em que se desencadeiam vagas de racismo e xenofobia.

Num mundo em que a mão-de-obra se internacionalizou, em que há países europeus com milhões de trabalhadores estrangeiros, ou com percentagens que atingem mais de 25%, como é o caso do Luxemburgo, o problema da integração dos trabalhadores nos países onde residem é fundamental.

A «cidadania europeia» a que alude o Tratado de Maastricht não garante o problema; o Governo não se preocupa com ele, e omite-o constantemente, tal como omite ou é deficiente no tratamento de muitos outros problemas dos emigrantes, tais como a protecção e a rede de consulados, a burocracia no seu funcionamento, a falta de diálogo e de garantia de participação das suas associações. Por isso e por tudo o que foi dito, é legítimo afirmar: o voto dos emigrantes para o Presidente da República, na boca de Cavaco Silva, não é uma questão séria. Pretende antes ser solução para outro tipo de problemas: panaceia para crises de falta de imaginação do Primeiro-Ministro, para a falta de motivo para agredir verbalmente a oposição e, sobretudo, para a recusa de debater os reais problemas do País. E já agora, se a sua consagração sem cuidados nem controlo pudesse ajudar a transformar Cavaco Silva em Presidente da República, ou a ter um Presidente «corta-fitas», melhor ainda para o PSD.

A falta de ética e seriedade em todo este processo é que não favorece em nada nem o País, nem o regime democrático, nem os emigrantes portugueses.



EM FOCO

A doutrina católica da guerra e da paz

■ Jorge André

Nos noticiários das últimas semanas foi citado um «fait divers» que passaria despercebido não fosse envolver tomadas de posição do Vaticano com profundas implicações doutrinárias.

Foi o caso de um pseudo (?) incitamento à intervenção armada internacional no conflito da Jugoslávia, subscrito por João Paulo II e projectado na opinião pública mundial através de uma conferência de imprensa conduzida pelo próprio secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Ângelo Solano.

O eventual sentido belicista da declaração do estadista-purpurado foi prontamente desmentido pelo governo pontifício. Mas o próprio texto do desmentido é curiosamente ambíguo: nega-se que as declarações tenham tido a intensão de apelar à escalada das armas; mas não se altera, numa só vírgula, o texto que as agências noticiosas distribuíram após a realização da conferência de imprensa.

E chegam, essas palavras, para mergulhar qualquer católico em preocupante reflexão.

As questões de linguagem

Por entre este jogo polémico, estabelecido a partir das declarações do cardeal Solano e a sua contradição, vem a propósito fazer-se uma observação preliminar: a hierarquia católica continua a omitir dos seus comportamentos o princípio evangélico da simplicidade – «sim, sim; não, não!». Inversamente, os princípios da Igreja preferem o discurso político e escolhem, cuidadosamente, a hora e o auditório apropriados a cada declaração.

Neste caso, o secretário de Estado do Vaticano tinha perfeito conhecimento do contexto em que as suas palavras iriam ser entendidas. Ele é o condutor da política secular da Igreja e o mais íntimo cardeal do círculo do Papa. Conhecia, pois, bem melhor que qualquer de nós, como é intensa a expectativa de poderosos grupos transnacionais – políticos, económicos e militares – que aguardam impacientemente uma cobertura legal para a internacionalização do conflito jugoslavo, ainda que com os consequentes riscos de generalização da luta à maior parte dos povos da Europa e o imenso cortejo de horrores e sofrimentos que uma guerra civil à escala do Continente implicaria.

Nem assim o cardeal Solano evitou falar. Fê-lo, publicamente, invocando a figura tutelar de João Paulo II. «O Sumo Pontífice» – declarou – «encoraja todas as tentativas das Nações Unidas e dos países europeus para fazer parar esta horrível guerra que dilacera a Bósnia... Os países europeus e as Nações Unidas têm o direito-dever de ingerência para desarmar todo aquele que quer matar. Não se trata de encorajar uma guerra mas de a impedir... Apoiamos, pois, a iniciativa da ONU que visa levar auxílio humanitário... É preciso pôr a opinião pública a reflectir em que o facto de fazer parar a mão do agressor é um dever. Caso contrário, arriscamo-nos, de algum modo, a ser seus cúmplices».

Novo golpe no Concílio Vaticano II

Nos quadros gerais da Igreja, a mensagem, embora curta, reintroduz velhos conceitos em conteúdos vitais da doutrina social já impregnados pelas ideias conciliares de «aggiornamento».

Pela primeira vez nos tempos recentes, o Vaticano apontou a dedo «o agressor». Anteriormente passara, sem se comprometer, por cima de centenas de guerras e lutas sangrentas. A doutrina social da igreja condena a guerra e a violência, em si mesmas, e só

aceita a luta em última instância, quando se trata de inevitável defesa da pátria. Trata-se de uma conquista do moderno pensamento católico.

O cardeal Solano ameaça reconduzir a igreja a épocas arcaicas, quando a Santa Sé era a argamassa dos poderes dominantes e o decisor máximo das guerras senhoriais. Competia, então, aos papas definir quem deveria ser considerado agressor e quem era o agredido.

Depois, o secretário de Estado do Vaticano aludiu ao «direito-dever de ingerência dos países europeus e das Nações Unidas para desarmar todo aquele que quer matar».

Esta última parte da declaração pode bem ser esquecida e, possivelmente, só lá estará por questões de estética formal. Em qualquer guerra, uma vez desencadeada, a intenção de cada lado é matar o adversário e, não, desarmá-lo simplesmente.

Importante é a ideia-chave do «direito-dever de ingerência» de certas nações em relação a outras, posição que não é gratuita quando defendida pelo próprio Papa visto que, a manter-se, o princípio passará a fazer fé como parte integrante da doutrina social.

Nesta passagem, o apelo à violência e ao arbítrio são bem claros. **Ingerência** significa interferência, intromissão, intervenção prepotente sempre ligada ao uso de um determinado tipo de força. Em termos éticos, jamais a «ingerência» poderá ser considerada um dever e, muito menos, um direito. O cardeal Solano violou deliberadamente o pensamento que João XXIII exprimiu, deste modo, na encíclica «Pacem in Terris»: «Ninguém deve desconhecer que travar a corrida aos armamentos, reduzi-los e, o que ainda é mais, chegar a todos os espíritos, isto é, se nem todos se esforçarem, sincera e unanimemente, por eliminarem dos corações até mesmo o medo e o angustiante pesadelo da guerra» (PT, 113).

Finalmente, o cardeal Solano não hesitou em colocar em linha duas noções que são da maior importância para o povo católico: as de «pecado» e de «opinião da igreja».

A doutrina social considera que o «pecado», numa perspectiva histórica, deve ser partilhado pelo mundo e pela igreja, pelos crentes e pelos não-crentes. Ao longo das encíclicas mais recentes, os papas têm vindo a acentuar que a igreja deve aprender com o mundo, em espírito de paz e de humildade.

As duras palavras do cardeal Solano nada têm a ver com esta vontade expressa de reconciliação universal. São castrenses, repressivas, tipicamente medievais. Falam em guerra, em agressor, em cumplicidade, em necessidade de fazer parar o inimigo, custe o que custar. São palavras violentas.

Sinais dos tempos no Vaticano

Não é só agora que o Vaticano começa a dar sinais de saudosismo e do mais tradicionalista espírito de cruzada. A tendência conservadora tem vindo a ganhar poder, na Cúria Romana, de tal forma que quase poderiam precisar-se as grandes balizas da sua ascensão.

Em 1978, o cardeal Wojtyla é proclamado Papa: começam as substituições de jesuítas nos centros de decisão do Vaticano.

Em 1982, João Paulo II eleva a «Opus Dei» a Prelatura Pessoal. Nenhuma outra organização católica terá o privilégio de responder apenas perante o Papa.

No mesmo ano, rebenta o escândalo do Banco Ambrosiano/IOR. Através do cardeal Marcinkus, o Vaticano surge ligado à Maçonaria, à Mafia e a organizações terroristas em atentados, crimes de morte, desfalques, etc. Peritos financeiros declaram o Vaticano «tecnicamente falido».

Em 1989, as finanças da Santa Sé recompõem-se e a gestão dos dinheiros da Igreja é entregue a uma junta de banqueiros que representam os altos interesses do liberalismo económico, como a União dos Bancos Suíços, o Banco Bilbao-Viscaya, o Deutsch-Bank Essen, o Mediocredito Lombardo, etc.

Entretanto, todos os principais lugares eclesiais vão sendo ocupados por homens da maior confiança dos círculos católicos ultraconservadores, nomeadamente daqueles que dependem da «Opus Dei»: o cardeal Solano, com velhas provas dadas nas fileiras tradicionalistas; os, reconhecidamente «opudeistas» cardeais Doskur, conselheiro pessoal do Papa, Palazzini, Prefeito da Congregação da Causa dos Santos, Somalo, espanhol, Prefeito das Instituições da Vida Consagrada, o italiano Sebastiano Baggio, da Cúria Romana, o brasileiro Lucas Moreira Neves, secretário da Congregação dos Bipsos e arcebispos de S. Salvador, o espanhol Julian Herranz, secretário da Comissão Pontifícia para a interpretação dos Textos Litúrgicos, o «porta voz» da Santa Sé, também espanhol, Navarro Valls, outro espanhol ainda, o observador permanente do Vaticano junto das Nações Unidas, Mullor Garcia, e centenas de eclesiais que as forças conservadoras foram colocando nas áreas estratégicas da Igreja. Como simples exemplos, podiam citar-se os poderes excepcionais detidos por homens como o cardeal Ratzinger, na Alemanha; o cardeal Suquia, em Espanha; o arcebispo Hermann Groer, na Áustria; o cardeal de Nova Iorque, nos EUA; o cardeal Joseph Glemp, na Polónia, etc. A onda conservadora alastra, ordenadamente, em África e

na América Latina. Perante o seu avanço, as conferências nacionais dividem-se e os bispos balançam entre o benefício da dúvida que alguns ainda concedem à «Opus Dei» e o receio de lhe fazer frente.

Não há dúvida de que é ao mundo católico que cumpre pôr ordem na sua igreja e de que aí ninguém mais se deve tentar intrometer. Mas é preciso que os problemas eclesiais sejam estritamente domésticos.

Nenhuma igreja deve reclamar o direito de fazer e desfazer governos ou de impor às nações a guerra ou a paz. Foi esta compreensão uma das principais vitórias que o Concílio Vaticano II alcançou. Vitória que, mais tarde, foi deixando um travo na boca de muitos padres conciliares.

«Que é feito da Igreja dez anos após o final do Concílio?» – perguntava Paulo VI. «Acha-se ela radicada no meio do mundo e, não obstante, livre e independente para o interpelar?» («Evangelii Nuntiandi», 76.)

É esta a noção de dignidade cristã que o Vaticano parece ter perdido.



O referendo francês

1 — É grande e natural a expectativa em torno do resultado do referendo de 20/9 em França. Por razões várias: porque se trata de um dos grandes países envolvidos neste projecto de uma Europa dominada pelos grandes; porque o sobressalto provocado pelo “não” dinamarquês continua a pesar e a provocar suores frios aos partidários da Europa das transnacionais; porque, de acordo com as sondagens de opinião, o “não” tem vindo a crescer progressivamente e atingiu mesmo, na última semana, a maioria das opções de voto.

Uma vitória do “não” em França criaria um complicado problema aos defensores de Maastricht e não surpreenderá se, um dia destes, viermos a saber que, por exemplo, Jacques Dellors e os 45 maiores capitalistas da CEE (que são fiéis amigos de Dellors e ainda mais fiéis amigos de Maastricht) estão já a procurar as “soluções adequadas” a tal eventualidade. Fazer tantos referendos quantos os necessários para o “sim” triunfar, foi a “solução” que Dellors quis impor à Dinamarca logo a seguir à vitória do “não” naquele país. Tal ordem — reveladora do conceito de democracia do Presidente da Comissão Europeia e claramente indiciadora da Europa projectada pelo Tratado de Maastricht — recebeu dos dinamarqueses a resposta adequada e Dellors teve que meter a viola no saco, pedir desculpas pelo insulto ao povo dinamarquês e prometer que não repetiria a provocação.

Este acontecimento (tão insignificante que, salvo erro, nenhum órgão de comunicação social se lhe referiu ...), reveste-se contudo, de profundo significado: ele confirma que os defensores da Europa do capital contra a Europa dos trabalhadores e dos cidadãos vão deparar com fortes e sérios obstáculos à concretização do seu projecto; confirma que, apesar dos poderosos meios de que dispõem e que irão continuar a utilizar num total desrespeito por quem quer que seja que se lhes oponha, os arrogantes maastrichtistas encontrarão pela frente, opondo-se-lhes com determinação, um poderoso bloco de dignidade e de brío patriótico e democrático. Este é um dado de enorme importância e revelador das potencialidades de que dispõem todos os que rejeitam o super-Estado centralista prefigurado por Maastricht.

2 — Voltemos, entretanto, ao referendo francês e aos progressos do “não” anunciados pelas sondagens.

Sabe-se que é elevado o grau de falibilidade das sondagens. Sabe-se igualmente que muitas delas constituem eficazes operações de manipulação ao serviço dos interesses de quem tem o capital e os meios para as promover e divulgar. Pode até acontecer que, um dia destes, as sondagens informem que o “sim” voltou a subir. Por isso é cedo — muito, muito cedo — para tirar conclusões sobre o resultado final do referendo, para o qual, aliás, faltam

ainda cerca de três semanas. Três semanas no decorrer das quais iremos assistir a muita coisa digna de registo. Basta lembrarmo-nos do que foi o comportamento e a prática dos impositores do “sim” em situações anteriores; basta vermos o que, neste momento, já estão a fazer em França, para ficarmos com uma ideia do que espera o povo francês nas próximas semanas. Se nos casos da Dinamarca e da Irlanda valeu tudo, desta vez vai valer tudo e mais o que se verá.

Vimos como, perante a previsível vitória do “não” na Dinamarca, eles recorreram sem quaisquer peias aos argumentos catastrofistas, às ameaças, à chantagem. Vimos o mesmo na Irlanda onde Dellors — esse exemplo acabado de democrata-da-Europa-de-Maastricht — no seu estilo característico decretou: ou votam “sim” e têm sete mil milhões de libras, ou votam “não” e não só não vêem um chavo como vão ter milhares de desempregados. Estamos a ver, já, o que está a acontecer em França: os partidários do “não” são tratados abaixo de tudo; uma desenfreada operação de manipulação reduz o partidários do “não” à extrema direita “lepenista”; Mitterrand abusando das suas funções institucionais, intervém activamente na campanha e vai ao ponto de chamar a participar na defesa do “sim” chefes de Estado e dirigentes políticos de outros países. E assistimos à amoral e desavergonhada atitude de

personas como Filipe Gonzalez — que rejeita o referendo em Espanha, e António Guterres — que, em Portugal, tem idêntica posição, aprestando-se para ir “ensinar” ao povo francês que deve votar “sim” à Europa do grande capital; Dellors acaba de disparar sobre os partidários do “não” uma violenta rajada da sua “democracia”: “ou mudam de discurso ou abandonam a política. Não há lugar para um tal comportamento numa democracia evoluída”. (Por aqui se vê o que nos esperaria se este candidato a Big Brother de uma futura Oceania concretizasse o seu projecto de “democracia evoluída”).

3 — Uma coisa é certa, entretanto: os democratas-da-Europa-de-Maastricht estão preocupados. E irritados. Coisa perigosíssima na medida em que, diz-nos a experiência, quando democratas deste tipo se irritam e preocupam tendem sempre a impor-nos abundantes doses da sua “democracia”. Temos um exemplo actualíssimo dessa prática: é porque as sondagens o situam a grande distância do seu opositor à presidência dos EUA que, preocupado e irritado, Bush decidiu proceder à ocupação aérea de parte do território do Iraque — depois de, há ano e meio ter ordenado o massacre de mais de 300 mil iraquianos e de, a seguir, ter decretado contra o mesmo Iraque um bloqueio que já provocou a morte de muitos milhares de crianças. Tudo isto em nome da “democracia evoluída”, naturalmente.

Estejamos, então, atentos à França e às concludentes exibições “democráticas” que nas próximas semanas nos serão previsivelmente proporcionadas.



JOSÉ CASANOVA
Membro
da Comissão Política

Os defensores da Europa do capital contra a Europa dos trabalhadores e dos cidadãos vão deparar com fortes e sérios obstáculos à concretização do seu projecto

4 — A demonstração de uma crescente oposição aos caminhos desenhados em Maastricht é uma realidade incontestável. Com efeito, apesar da gigantesca operação mediática que nos últimos anos tem vindo a preparar o terreno para a construção de uns Estados Unidos da Europa dominados pelos grandes (com a Alemanha situada uns degraus acima de todos os grandes), aquilo a que se tem vindo a assistir é a uma tomada de consciência da situação por parte de crescentes sectores da opinião pública europeia.

A evolução da situação fez desabar a imagem, que pretenderam impingir, de 12 povos e países ansiosos pela Europa dos poderosos, num acordo que só não era unânime devido às vozes discordantes de “uns quantos comunistas”, “automarginalizados da sociedade”, “antiquados”, “antieuropéistas”, “incapazes de ver o futuro”.

Hoje apenas alguns extremistas continuam a insistir na tese unânime. É o caso, por exemplo, do espanhol Manuel Marin, comissário europeu, que comentando o referendo na França, opina assim: “um referendo em Espanha seria coisa de loucos porque aqui todos dizemos sim a Maastricht”. Comentários para quê? É um democrata-da-Europa-de-Maastricht ...

A cada vez mais ampla recusa a Maastricht atesta o fracasso da organizada operação manipuladora: deita por terra toda a propaganda produzida e ajuda a desarmar a ratoeira cuidadosamente armada aos povos e aos cidadãos da Europa.

5 — O resultado do referendo na Dinamarca; os 30% de “nãos” irlandeses; a força já evidente do “não” em França; as vozes que, todos os dias, em cada um dos 12 países, se erguem contestando a Europa de Maastricht e contrapondo-lhe uma Europa de facto democrática, constituem um precioso estímulo à luta que é necessário continuar e intensificar e que, em Portugal, tende a assumir expressão assinalável.



Os Jogos Olímpicos de Barcelona terminaram

A campanha contra Cuba continua

■ José Palota

Durante duas semanas, de 25 de Julho a 9 de Agosto, os Jogos da XXV Olimpíada prenderam as atenções de milhões de espectadores de todo o mundo, despertaram sentimentos de orgulhos nacionais, originaram tristezas e alegrias, proporcionaram momentos de rara beleza desportiva pelo elevado nível dos atletas em competição.

Através da televisão fui assistindo a todas as provas que o tempo disponível me permitiu. Pelos jornais fui tentando informar-me dia a dia, acerca deste fenómeno desportivo a que poucos seres humanos se conseguem furtar. Folheando um matutino nacional na segunda-feira, 10 de Agosto, encontrei não só referências e dados estatísticos dos vitoriosos e dos derrotados, como também depoimentos, apreciações e análises sobre a participação dos vários países.

O que nos é vendido para ler no tal matutino do nosso tão «objectivo» e «independente» jornalismo, na linha aliás do que foi impingindo aos leitores nas duas semanas que duraram os Jogos Olímpicos, choca por ser um atentado à inteligência de cada um de nós. Da deturpação e da mentira, até à bem mais perigosa **mentira por omissão**, tudo lhes serve para atingirem os seus objectivos. O seguidismo pró-americano e a difusão dos valores de ideais do sistema capitalista servindo-se do desporto, em contraste com a desvalorização e, porque não dizê-lo, do ódio contra Cuba, ultrapassa todas as marcas do bom senso e do realismo.

Passemos a alguns factos:

- estiveram nos Jogos Olímpicos de Barcelona representantes de 171 nações dos cinco continentes da Terra;

- o total das 815 medalhas foram conquistadas por atletas de 64 países;

- Cuba, com um total de 31 medalhas (14 de ouro, 6 de prata e 11 de bronze) coloca-se como a 5.ª nação a nível do desporto mundial, tendo apenas na sua frente a CEI em 1.º lugar, os EUA em 2.º, a Alemanha em 3.º e a China em 4.º;

- como se verifica, a pequena ilha de Cuba, com cerca de 10 milhões de habitantes, fica na frente de grandes potências desportivas mundiais, como a Inglaterra, o Japão, França, a Itália, a Coreia do Sul, a Espanha, etc., etc.

Costuma dizer-se que contra factos não há argumentos!

Assim não pensam os escribas da nossa e de outras praças tão ao gosto do tio Sam!

Vejamos.

A Espanha, que obteve o 6.º lugar em número de medalhas conquistadas (logo a seguir a Cuba), merece um artigo no dito matutino, intitulado «O Milagre Espanhol».

Diga-se em abono da verdade que os resultados espanhóis são altamente positivos. Descontando o «milagre», parece-me normal a valorização dos seus resultados. Mas, como reagir, senão com uma enorme indignação quando, na página ao lado do «milagre espanhol» e junto de outras páginas com fotografias e feitos gloriosos dos atletas dos EUA, num exclusivo do «The Washington Post», pode ler-se sobre Cuba:

«Para Cuba e a República Popular da China, no entanto, os Jogos Olímpicos assumiram uma importância maior que no passado. Como os dois maiores sobreviventes da velha aliança doutrinária comunista, investiram mais esforços que antes na busca da excelência olímpica, na esperança de convencer os seus próprios povos e o Mundo das qualidades dos seus sistemas planificados.

«Baseada na força dos seus *boxeurs* e jogadores de baseball, Cuba ganhou 31 medalhas. Foi a primeira aparição olímpica de Cuba nos últimos 12 anos a merecer a presença de Fidel Castro na cerimónia de abertura, numa das suas raras deslocções ao estrangeiro, a demonstrar a importância política dos Jogos para o seu país».

Detenhamo-nos nesta preciosidade de análise político-desportiva:

1) Ficamos a saber que 169 nações se viram ultrapassadas pela China e por Cuba no que respeita aos esforços na busca da excelência olímpica.

O que poderia até parecer um elogio, mais não é do que a tentativa (mal conseguida) de desvalorização dos resultados alcançados por estes dois países.

2) «Baseada na força dos seus *boxeurs* e jogadores de baseball, Cuba ganhou 31 medalhas». Manda a verdade dizer que Cuba ganhou nestas duas modalidades 10 medalhas (9 no boxe e 1 no baseball). Propositadamente, o sr. articulista omite que Cuba conquistou 7 das suas 31 medalhas no atletismo, sendo também aqui a 5.ª nação do Mundo. Omite ainda que Cuba ganhou medalhas no judo, no voleibol, na luta.

3) Ficamos ainda a saber que, apenas para Cuba e China e o presidente cubano Fidel Castro, os Jogos tinham importância política. O sr. articulista «esquece-se» de nos informar das centenas de dirigentes políticos dos outros países que estiveram nos Jogos. E, se Fidel Castro esteve na abertura, o rei de Espanha, Juan Carlos esteve lá todos os dias. E quando se tratava de provas em que competiam atletas espanhóis, jamais faltou uma câmara de televisão para no-lo mostrar em companhia da real família, apoiando e aplaudindo os seus conterrâneos. Mas, claro, isso não era política, porque, como o sr. articulista decretou, os Jogos só tinham importância para Cuba e China.

Não diz o «objectivo» e «independente» articulista, nem nenhum outro do citado matutino, mas demonstram os resultados, que a **esperança se concretizou** e ficou mostrado aos povos e ao mundo as qualidades dos sistemas planificados de Cuba e da China. Ficou demonstrado (digo eu) que esses resultados são o fruto do apoio desses Estados aos seus atletas e à sua juventude, bem como a forte e orgulhosa motivação desses atletas. Enquanto isso, a Alemanha (agora dita unificada), com um total de 82 medalhas ficou muito aquém das 102 conquistadas em 1988 pela então RDA.

O bloqueio económico a Cuba decretado pelos EUA, pretendendo vergar pela fome o povo cubano, vai ao ridículo de proibir o fornecimento de aspirinas a Cuba. A filosofia deste articulista e de muitos escribas da nossa praça vai ao ponto de pretender fazer crer que é um crime os dirigentes do Estado cubano se identificarem com as vitórias e a glória dos seus atletas. E isto quando a esmagadora maioria dos dirigentes de todas as nações, muitos deles sem nada fazerem pelos atletas, se aproveitam dos seus êxitos.

O êxito de Cuba nestes Jogos Olímpicos é um facto indesmentível, alicerçado na conquista de 31 medalhas. Não há análises por mais veneno anticomunista que carreguem, nem jornalistas pseudo-objectivos e independentes, por mais que se esforcem, que apaguem este feito heróico dos atletas cubanos. Tem razão de sobra o povo cubano para festejar a sua vitória e orgulhar-se dos seus atletas.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

«os pontos» do Pontal

I

Cale-se a voz de Olimpo, reunião dos deuses que o Eterno já perfilha. Cale-se a Expô em multidimensão de ouro e de castanholas, em Sevilha. Cale-se a Festa do «Avante!», chão da árvore em constante maravilha. Cale tudo de grande e magistral que eu canto o mirabólico Pontal!

II

Juntaram-se ali todos numa tenda que para Circo serve à mesma altura. Há lobos e lobinhos na vivenda camaleões e aranhas, à mistura. Os ursos amestrados estão na agenda. Outros bichos de grande dentadura. E muitos, muitos (amendoinos, cifrões...) macacos, macaquinhos, macacões...

III

Ninguém se viu da popular maralha. Cavaco não os quer na sua empresa. Ele conhece bem p'ra quem trabalha e esses, sorrindo, esses já estão à mesa lauta mesa da qual nem cai migalha. Comem tudo da entrada à sobremesa. E tanto nas barrigas entoesoiram que um dia destes - catapurum! - estoiram.

IV

Esperavam todos ansiosamente o discurso do chefe bem amado que, ardendo em mil escândalos, doente dentro de si vivia encurralado. Decerto falaria - e finalmente com o seu verbo ardente, iluminado traria a paz aos medos mais confusos usando velhos, sábios parafusos.

V

Veio o tempo do brande e do café. Há um sopro evangélico no ar. Já o chefe se compõe, se põe de pé, evoé, evoé, já vai falar. Cobre os murmúrios todos, a maré. Há quem se esqueça até de respirar olhos em alvo, pela noite calma: ó chefe, ó chefe, acalma a minha alma!

VI

Mas do que se esperava, nada disse. Palmas, para a TV ver. E no entanto havia ali um cheiro de imundície havia ali um travo a desencanto havia ali um freio à superfcie havia um dedo em riste a cada canto. O que se ouviu não foi do que falou ouviu-se muito mais o que calou.

VII

Foi um grande discurso, sim senhor! O próprio José Estêvão o assinaria. O Português castiço, o esplendor, uma vontade de chamar pela tia. Mas que! Mas que! Mas que! Mas que orador! Vibra o grande Pontal, na euforia. Este o meu canto. Em circo de bestuntos jamais se viu tantos palhaços juntos!

■ IGNOTUS SUM

As dívidas do Governo

As dívidas do Estado às firmas filiadas na Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA), no que se refere a pagamentos a mais de 90 dias, ascenderam, só no mês de Julho, a 10,5 milhões de contos, com a agravante de haver mais sete milhões de contos cujo prazo de (não...) pagamento está a expirar, o que atira a dívida do Estado à APIFARMA para uns volumosos 17,5 milhões de contos, só nos últimos tempos.

Compreende-se agora o súbito frenesim que levou há dias o Governo a anunciar um corte na participação dos medicamentos: por trás duma pretensa "justiça social" na reformulação das participações estatais, o que o executivo de Cavaco Silva pretende é, afinal e simplesmente, regularizar a sua política de não gastar um tostão com os medicamentos que os portugueses já antecipadamente pagaram... nos impostos.

Os milhões

O grande circo em que se transformaram as eleições presidenciais norte-americanas aparece com "números" cada vez mais mirabolantes, conforme se aproxima a data do escrutínio. Há dias, o candidato democrata, Bill Clinton, prometeu durante um anúncio televisivo que, se for eleito, criará oito milhões de empregos nos próximos quatro anos, enquanto o partido republicano do actual presidente George Bush

ripostava que "Clinton conseguirá destruir mais postos de trabalho do que aqueles que está a prometer criar".

Pelo menos neste aspecto, há que dar atenção aos homens de Bush: é que eles demonstraram ser peritos em destruir postos de trabalho...

Jardinadas

"Dum lado estamos nós, o progresso, a autonomia, a mudança que temos feito aqui na Madeira", enquanto do outro está "a gente reaccionária", garganteou, sem se rir, Alberto João Jardim em mais uma das suas inaugurações. Acochado pelas denúncias generalizadas do já célebre "défice democrático" imposto pelo PSD à Região, o impagável Jardim não encontrou melhores argumentos que invocar a "perturbação" que ele sentiu em 1974-75 (e que não quer ver de regresso...), asseverando que "não é fácil governar quando existem outras forças a tentar incutir na população perturbações que põem em causa a democracia e a autonomia". Claro que não. É sabido que para João Jardim só é fácil governar com toda a gente submetida aos seus bailinhos.

O rigoroso

O ministro das Finanças, Braga de Macedo, regressou tostadinho de férias e desatou logo a dizer coisas, nomeadamente que a inflação em 1993 vai ser de 5 a 7 por cento e que o Orçamento do Estado para o próximo ano será de "rigor" mas não de austeridade, o que o conduz à conclusão de que os portugueses "não

terão de apertar o cinto" em 1993. Só se for pelo facto de todos passarem a usar suspensórios, por manifesta magreza de quadris.

Pelo telefone

A confirmar os bons augúrios anunciados pelo ministro das Finanças, Braga de Macedo, para 1993, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro revelou ter sido alertado para o facto de haver trabalhadores de escolas cujos contratos estão a ser suspensos por telefone. A agência Lusa procurou ouvir a Directora Regional de Educação do Centro, Manuela Fonseca, que se escusou a prestar declarações por "falta de tempo", dado ter de "partir urgentemente para Lisboa". Aliás, este organismo governamental também não teve ainda tempo para responder a dois pedidos de esclarecimento formulados pelo Sindicato sobre esta matéria. Cá estão os primeiros sinais do "Orçamento de rigor" anunciado por Braga de Macedo.

Os rigores

Entretanto, e para não variar, enquanto o Governo repete que tudo vai bem, o novo ano escolar apresenta-se sombrio, como denuncia a generalidade dos sindicatos: precariedade e degradação das instalações, superlotação, falta de material didáctico, grave escassez de pessoal auxiliar, atraso na colocação de docentes, etc., etc. Mais rigores duma política "rigorosa".

frases da Semana

"O que se passar naquele país (resultados do referendo em França) influenciará, seguramente, a execução do Tratado de Maastricht, a um nível global."

☛ (Rui Machete, PSD, presidente da Comissão Eventual de Revisão Constitucional — «Diário de Notícias», 1.09.92)

"Maastricht morre se a França disser 'não'."

☛ (Pierre Berégovoy, primeiro-ministro francês, título — «Diário de Notícias», 31.08.92)

"Final, os pés da moeda portuguesa eram de barro, como de barro eram as teses de um 'Portugal-Califórnia da Europa'."

☛ (Helena Garrido, «Perspectivas» — «Diário de Notícias - Economia», 31.08.92)

"Creio que o ministro das Finanças é uma pessoa com uma ética irrepreensível, uma pessoa que nenhum ganho teve na causa. Vamos ser bem claros: trocar um ordenado vultoso, como Braga de Macedo tinha em Bruxelas, por um lugar governativo, com um vencimento muito menor e riscos muito maiores, como o caso presente evidencia, mostra uma pessoa honrada e pouco preocupada com ganhos pessoais."

☛ (José António Barreiros, advogado de Braga de Macedo — «Expresso», 29.08.92)

"Um veículo que, em faixas paralelas, se deslocasse na da esquerda sem ultrapassar ninguém, rigorosamente, estaria em transgressão. Veículos que, em faixas paralelas, se deslocassem mais depressa pela direita do que os da esquerda, rigorosamente, estariam em transgressão, pois estariam a ultrapassar pela direita. Na alteração que fizemos (no Código da Estrada) mudámos isto. São pequenas coisas, fruto da mudança de vida desde 1954 a esta parte."

☛ (Carlos Loureiro, secretário de Estado da Administração Interna — «O Diabo», 1.09.92)

"Se os nossos empresários patrocinam Cassutos e as trampolitanas da nossa terra, o que é que quer que eu lhe faça? Os nossos governantes, passados e futuros, não têm a mínima noção do que é cultura. E o Cassuto é um elo em toda esta cadeia de ignorância."

☛ (António Oliveira Silva, maestro — «O Jornal», 28.08.92)

"O músico toca e o resto são cantigas."

☛ (Álvaro Cassuto, maestro — «O Jornal», 28.08.92)

"Juran, às vezes só com açoites."

☛ (Ivic — «O Jornal», 28.08.92)



Televisão

Quinta, 3

Canal 1

07.40 Ciência, que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Écran Clássico
11.05 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Azimutes
14.00 Brinca Brincando
14.35 Batatas e Baraqueiros
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Terra Sem Fim
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.20 Futuros Médicos
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Alô, Alô
23.50 Notícias
24.00 Remate
00.15 Estrada para Três
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.25 Curso de Francês
12.40 Animais de África
13.30 Agora, Escolha!
15.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.30 Em Busca de...
18.20 O Bem e o Mal
18.50 A Ilha das Bruxas
19.40 O Mundo dos Anos 30
20.10 Música no Dois
21.00 Jornal das Nove
21.35 Tears four Fears
22.30 A Noite tem Mil Olhos
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 4

Canal 1

07.40 Ciência, Que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Écran Clássico
10.30 Filhos do Sol
11.05 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Tristan da Cunha
14.00 Brinca Brincando
14.45 O que Pertence a Richard
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Terra sem Fim
17.00 Brinca Brincando

18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.20 Futuros Médicos
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Alô, Alô
23.50 Notícias
24.00 Remate
00.15 Estrada para Três
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.25 Curso de Inglês
12.45 Animais de África
13.05 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
15.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.00 Burlescos
17.30 Grandes Desastres
17.55 O Santo
19.30 O Mundo dos Anos 30
20.00 Mike Oldfield
21.00 Jornal das Nove
21.40 Verdade Oculta
22.25 O Canto das Sereias
23.15 Rotações
00.10 Tudo Vai Bem

Sábado, 5

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Luta Livre Americana
14.00 A Flecha Negra
14.30 Marés Vivas
15.20 Rick Wakeman Live
16.15 Don Camillo Monsenhor
(ver «Filmes na TV»)
18.20 O Trilho dos Deuses
18.55 O Regresso do Irlandês
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.15 Araponga
22.55 Alien - O Oitavo Passageiro
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

10.30 Universidade Aberta
13.00 Agarra o Dois
14.30 Dois Homens em Manhattan
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Um Lar Desconhecido

20.05 À Mercê de Capricórnio
21.00 Estádio (II)
23.30 O Canto das Sereias
00.15 As Teias da Lei

Domingo, 6

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Amigos e Irmãos
13.40 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.30 Top +
15.25 Verão Quente
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Hooperman
18.05 Tuareg, um Povo em Extinção
19.00 A Estrada da Lei
20.00 Jornal de Domingo
20.50 Araponga
22.10 Domingo Desportivo
23.20 A Romana

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 O Desafio do Mar
11.00 Regiões Magazine
12.00 Agarra o Dois
13.00 Anarquistas Graças a Deus
13.45 Pai de Filhas
15.00 Troféu
20.30 5ª Dimensão
21.00 Nós Dois
21.35 Artes e Letras - «John Updike»
22.25 Mona e Eu
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Tauromaquia

Segunda, 7

Canal 1

07.30 Ciência, que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.15 Écran Clássico
10.35 Filhos do Sol
11.15 Pássaros da Austrália
11.40 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.35 A Murmuração dos Homens
14.00 Brinca Brincando
14.35 Ninguém Foge para Sempre
(ver «Filmes na TV»)

16.10 Terra sem Fim
17.00 Brinca Brincando
17.30 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.25 Jogos sem Fronteiras
23.05 O Sedutor
00.50 Notícias
01.05 Remate
01.20 Duplo Assassinato
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.30 Curso de Alemão
12.45 Animais de África
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha! (I)
15.05 Sarilhos com Elas
15.30 Recreio do 2
17.00 Destino América
17.55 O Santo
19.30 Dramazine
20.00 Festivais do Mundo
21.00 Jornal das Nove
21.40 A Geração de 60
22.35 Dança Americana desde o Pós-Modernismo

Terça, 8

Canal 1

07.30 Ciência, que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.10 Écran Clássico
10.30 Filhos do Sol
11.05 Grandes Experiências
11.40 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Brinca Brincando
14.35 Contrato em Sherry Street
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Terra sem Fim
17.25 Brinca Brincando
18.20 Riviera
18.55 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Jogo Limpo
22.15 Primeira Página
23.15 Uma Vida dos Diabos
23.40 Notícias
00.05 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa

12.30 Curso de Francês
12.45 Animais de África
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
15.00 Sarilhos com Elas
15.20 Recreio do 2
17.00 Estrelas
17.30 Tribunal de Júri
18.00 O Santo
19.30 Cinemazine
20.00 A Rota do Sol Nascente
21.00 Jornal das Nove
21.40 Terror
22.30 Bem-vindo à Alemanha
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Pop Off

Quarta, 9

Canal 1

07.30 Ciência, que Loucura
08.10 O As da Polícia
09.35 Rua Sésamo
10.05 Écran Clássico
10.30 Derrick
11.40 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.30 Clarence
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Terra sem Fim
17.00 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.30 As Quatro Estações
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Notícias
23.25 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Inglês
12.40 Animais de África
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
15.00 Sarilhos com Elas
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas
17.20 Design
18.00 O Santo
19.30 O Mundo dos Anos 30
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
21.30 Futebol - Porto-Benfica
23.15 Sinais do Tempo
00.10 Amores Difíceis

Filmes na TV

«Batatas» e Baraqueiros
«Go For a Take / Double Take», (Gr.Br./1972). Realização de Harry Booth. Interpretação de Reg Varney, Norman Rossington, Sue Lloyd, Dennis Price. Cor, 86 minutos.

As referências são parcas acerca desta comédia britânica que conta a história de dois amigos em fuga a uma quadrilha de gangsters. De assinalar, apenas, a presença de um consagrado veterano do teatro e cinema britânicos, Reg Varney.

Quinta, 14.35, Canal 1

A Noite Tem Mil Olhos
«Night Has a Thousand Eyes», (EUA/1948). Realização de John Farrow. Interpretação de Edward G. Robinson, Gail Russell, Virginia Bruce, William Demarest, Jerome Cowan. P/B, 77 minutos.

Um artista de variedades, John Triton, apresenta em palco um famoso número de transmissão de pensamento, mas um dia descobre que é capaz de prever o futuro. É o caso de uma criança, esmagada por um veículo, é o caso de um desastre de avião, é o caso... da tentativa de assassinio da filha da mulher que amava e o da sua própria morte ao procurar salvá-la! Razoavelmente adaptado de um conto de um mestre do *thriller* e do *suspense*, William Irish, este filme, com contornos de melodrama, é um interessante e sólido produto do cinema norte-americano, com um grande actor no principal papel.

Quinta, 22.30, Canal 2

O Que Pertence a Richard
«Richard's Things», (Gr.Br./1980). Realização de Anthony Harvey. Interpretação de Liv Ullmann, Amanda Redman, Tim Pigott-Smith, Elizabeth Sprigs, David Markham, Gwen Taylor. Cor, 100 minutos.

Liv Ullmann destaca-se por uma presença sublime e poderosa neste filme com argumento escrito por Frederic Raphael a partir do seu próprio romance. Uma mulher viúva é seduzida pela jovem amante do seu próprio marido, numa original história dramática, inicialmente filmada para a televi-



a talhe de FOICE

Sinais do Tempo

Num trabalho - aliás, excelente - há dias transmitido pela RTP no programa "Sinais do Tempo", fomos confrontados com o que se passa na Jugoslávia através de uma abordagem que, fundamentalmente, demonstrou a complexidade do horrível drama que ali se desenrola. Começando por enquadrar historicamente os conflitos que estão a dilacerar o país, o documentário recordou com clareza as ingerências externas - quando não agressões directas - que sempre acossaram os povos jugoslavos, forjando acicates, sobretudo entre sérvios e croatas, para servir objectivos expansionistas de terceiros, nomeadamente a Alemanha e a Áustria. Seria com a unificação liderada por Tito e construída pelo socialismo que a Jugoslávia encontraria a sua identidade nacional e a pacificação interna, muitas vezes, como igualmente se mostrava no programa, à custa de cedências sérvias mas, sobretudo, conseguindo o objectivo central de miscigenar etnias e desenvolver culturas. O terrível conflito que outra vez dilacera o país continua a ser soprado do exterior, como abundantemente foi demonstrado. A campanha anti-sérvia alimentada desde a primeira hora do conflito pelas potências ocidentais, com relevo para a Alemanha, foi o primeiro sinal de que se gizava uma operação de desmantelamento da Jugoslávia através de novo acicate interétnico e tendo como pano de fundo uma estratégia anticomunista. Ora este programa transmitido pelo "Sinais do Tempo" veio desmentir, duma penada, a campanha orquestrada nos últimos tempos por abundantes "notícias" que davam por certa a maldade da Sérvia, centrando naquela República e no seu presidente eleito - o perigoso "comunista" Milosevic - a responsabilidade e o odioso da guerra. E a "demonstração" chegava-nos em catadupas de imagens, aqui um "campo de concentração" sérvio, ali os efeitos dum bombardeamento sérvio com gente morta pelo chão, além cadáveres mutilados pelos sérvios, por todo lado a morte, o crime, a brutalidade, o horror perpetrados pelos sérvios, vendo-se em contraponto as crianças croatas abandonadas ou abatidas em cemitérios, os velhinhos e as velhinhas croatas a mendigar pão ou encafuados em caves, os resistentes croatas a lutar abnegadamente contra a falta de medicamentos ou de agasalho. Afinal - e como, sem tergiversações, o comentário mostrou - campos de detenção há-os em todos os grupos beligerantes, os cadáveres mutilados afinal não eram croatas mas sérvios, as crianças são abatidas por homicidas anónimos, o sofrimento é de todos os velhos, sejam croatas, sérvios ou muçulmanos. Além de que outro horror foi mostrado: o de amigos, vizinhos, familiares, que ao longo de gerações se habituaram a viver juntos, casando uns com os outros e construindo uma vida comum, onde o facto de se ser sérvio, croata ou muçulmano não tinha a mínima importância, são agora forçados a tomar partido em função da raça e a lutarem uns contra os outros. Repondo uma verdade difícil, este programa demonstrou como o próprio Conselho de Segurança da ONU, depois de ter tomado a decisão do uso da força contra a Sérvia, foi obrigado a recuar após ter vindo a lume um relatório, certamente esquecido numa gaveta, que demonstrava a responsabilidade de croatas e muçulmanos nas manobras provocatórias da guerra. Anote-se, entretanto, o seguinte pormenor: uma grande parte deste trabalho de "Sinais do Tempo" sobre a Jugoslávia assentou sobre imagens do conflito mostradas nos últimos tempos nos noticiários das RTP, mas cujos textos se empenharam em dizer exactamente o contrário do que elas, realmente, mostravam... Aliás, não foi, certamente, por acaso que este programa passou depois da meia-noite e sem merecer os habituais anúncios com que a RTP acarinha alguns dos seus programas.

■ HC

Candidatos CDU apresentados na Madeira

O padre Mário Tavares Figueira é o cabeça de lista da Coligação Democrática Unitária (CDU) pelo Funchal, segundo foi anunciado numa conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira, para apresentar os candidatos CDU às próximas eleições regionais da Madeira.

A Coordenadora da Coligação explicou que «a CDU regista a adesão de várias personalidades que pela sua estatura moral, pelo seu apego aos ideais democráticos, mesmo antes do 25 de Abril, pela sua constante defesa dos mais desprotegidos, nos merecem um respeito que justifica a sua colocação em lugar de excepção». É nesta sequência que foi decidido «alterar a decisão anterior e indicar como cabeça de lista pelo círculo do Funchal, o Padre Mário Tavares Figueira, pároco das Corticeiras».

Como foi salientado, «a candidatura da CDU à Assembleia Legislativa Regional é, pela sua composição, a mais abrangente e mais ampla até hoje apresentada. Das listas da CDU para estas eleições fazem parte militantes dos dois partidos que compõem a coligação (PCP e PEV) e ainda um elevado número de independentes, muitos deles saídos da UDP. Também na qualidade de independentes participam

nas listas da CDU personalidades com reconhecida dinâmica e intervenção a nível das preocupações sociais e de reflexão no âmbito da Igreja Católica».

O texto de apresentação dos candidatos refere ainda que se «materializa assim a unidade possível pela qual nos temos batido, apesar das injustificadas recusas de outros partidos da área democrática. Na actual situação política e social e tendo em conta os sintomas evi-

dentés de desagregação dos restantes partidos à esquerda do PSD, podemos afirmar que as listas da CDU, nomeadamente no círculo do Funchal, constituem a única alternativa séria e politicamente honesta para todos os madeirenses que desejam uma oposição combativa e que tenha como única motivação a defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações em geral».

Sobre a campanha, a Coordenadora da CDU fri-

sou que «será feita afirmando a esperança num caminho de dignidade, com mais liberdade e mais progresso a que os madeirenses e portosantenses têm direito. Iremos afirmar e responsabilizar cada um e todos os cidadãos pela mudança necessária que urge e que cada homem e mulher desta terra pode ajudar nessa mudança, elegendo deputados da candidatura CDU para a Assembleia Legislativa Regional».

Listas da CDU

As listas tornadas públicas pela Coordenadora da CDU são compostas pelos seguintes candidatos:

Círculo do Funchal - Mário Tavares Figueira (padre), independente; Leonel Nunes (receptionista), PCP; Nicolas Fernandes (jornalista), independente; Artur Andrade (técnico sindical), independente; Rui Nepumoceno - PCP; Maria Judite Silva (operária de bordados); José Luís Gonçalves (bancário), PCP; Marco Pita Santos (estudante), JCP; Eduardo Luís Gomes Vieira (fotógrafo), independente; Maria Margarida Teixeira A. Vasconcelos (Caixeira).

Círculo de Câmara de Lobos - Diamantino Alturas (operário), PCP; Carlos Abrantes (médico), PEV; Gilberto Fernandes (operador de máquinas), independente; Agostinha de Sousa Vivente (empregada de comércio), independente; João Tomé de Freitas (motorista) independente; João Manuel Abreu (pescador), independente;

Círculo de Calheta - João Eduardo Baptista Abreu dos Santos (professor), PCP; José João Rodrigues Coito (canalizador), PCP; Domingos Graciano Borges (agricultor), PCP.

Círculo de Machico - José António Jardim (profissional da indústria hoteleira), PCP; Carlos Viveiros (estivador), PCP; Silvério Neves

Alvês (operário) PCP; José Vieira Mata Coelho (empresário) PCP; Bernardino Sardinha (motorista), PCP.

Círculo de Ponta do Sol - Agostinho da Câmara Rosário (electricista), PCP; José Clemente Meneses João (técnico de cozinha), PCP.

Círculo de Porto Moniz - Carlos Alberto Carvalho Freitas Pinto (funcionário público), independente.

Círculo de Porto Santo - Victor Manuel Martins (operário), PCP.

Círculo de Ribeira Brava - João Bruno Gonçalves de Faria (empregado de comércio), independente; Conceição de Jesus (reformada), PCP; Hermínia dos Santos Pestana (bordadeira), independente.

Círculo de Santana - João Ernesto de Silva Branco (alfaiate), PCP; Maria Cesário Martins da Costa Abreu (doméstica), PCP.

Círculo de Santa Cruz - José Pestana Correia (motorista) independente; Américo Rodrigues (operário), PCP; Carlos Moniz Vaz, PCP; Francisco José Gonçalves da Silva (operário) independente; Américo Tomaz Relva Correia (operário), independente.

Círculo de S. Vicente - Inês Márcia Gomes Fonseca (agricultora), PCP; José Clemente Meneses João (agricultor), independente.

O TC e a lei da greve

Sem prejuízo de uma posterior apreciação na base do conhecimento dos termos exactos da decisão do Tribunal Constitucional e dos respectivos fundamentos, o PCP considera necessário salientar desde já:

1. De acordo com a declaração do Presidente do Tribunal Constitucional ao «Telejornal» de hoje, aquele Tribunal não apreciou as irregularidades que se verificaram durante a votação da Lei pelo facto de não ter à sua disposição o elemento probatório dessas irregularidades, dado que a acta da reunião plenária da AR, embora já publicada, não foi ainda objecto de aprovação formal pelo plenário. Fica assim claro que a questão da inconstitucionalidade decorrente da inexistência de votação na especialidade de algumas normas do diploma não foi derimida pelo Tribunal Constitucional.

2. Independentemente destas questões, é essencial não perder de vista duas realidades objectivas, incontornáveis e indiscutíveis:

- a primeira é que é inequívoco que há normas constantes da lei de alterações à Lei da Greve que não foram objecto de votação na especialidade pela Assembleia da República, tal

como o exigem o Regimento a a Constituição da República; - a segunda é que é indiscutível que o poder discricionário concedido ao Governo para a definição dos serviços mínimos corresponde a um real obstáculo e a uma séria limitação ao pleno exercício do direito à greve pelos trabalhadores.

3. No comentário tornado público em 12 de Agosto, sobre a decisão do Presidente da República de requerer a apreciação preventiva da constitucionalidade do diploma de alterações à Lei da Greve, o PCP considerou oportuno e necessário manifestar «a sua profunda convicção de que, para além da decisão que o Tribunal Constitucional venha a tomar, os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, com o prosseguimento activo e confiante da sua luta, têm plenas condições para assegurar a derrota desta perigosa ofensiva governamental contra um dos seus direitos fundamentais.»

Conhecida a decisão do Tribunal Constitucional, de que legitimamente discorda, o PCP reafirma hoje essa mesma convicção.

1.9.92

O Gabinete de Imprensa do PCP

O Governo não construiu escolas nos Açores

As escolas estão superlotadas nos Açores. Segundo o Sindicato dos Professores, citado pela Lusa em Ponta Delgada na segunda-feira, «o Governo não construiu os estabelecimentos de ensino que havia prometido».

O presidente do Sindicato, citado pela agência, disse que «a falta de escolas é preocupante em toda a Região, mas assume proporções mais graves na Horta». A situação agrava-se ainda mais no Secundário devido ao alargamento da escolaridade obrigatória.

Embora em 1988 o Governo se tenha comprometido a construir escolas secundárias na Praia da Vitória, Madalena do Pico e Lagoa, e ainda uma preparatória na Maia, só iniciou a da Praia da Vitória, que mesmo assim não estará pronta no início do ano lectivo.

«O Governo limitou-se a ampliar as escolas preparatórias de Capelas e Santa Cruz das Flores, o que é claramente insuficiente».

Outro dos problemas que referiu é a falta de professores qualificados na Região Autónoma. Segundo o presidente do Sindicato, Francisco Sousa, esse problema obrigou mesmo algumas escolas a optar, no ano passado, por não leccionarem algumas disciplinas, como foi o caso da Escola Secundária de Angra do Heroísmo, na qual 800 alunos ficaram sem aulas de Matemática e Físico-Química.

Cerca de 50 por cento dos professores dos níveis preparatório e secundário são admitidos através de «mini-concursos», o que equivale a dizer que não têm habilitações próprias, ou mesmo insuficientes para leccionarem, disse ainda o mesmo dirigente sindical.

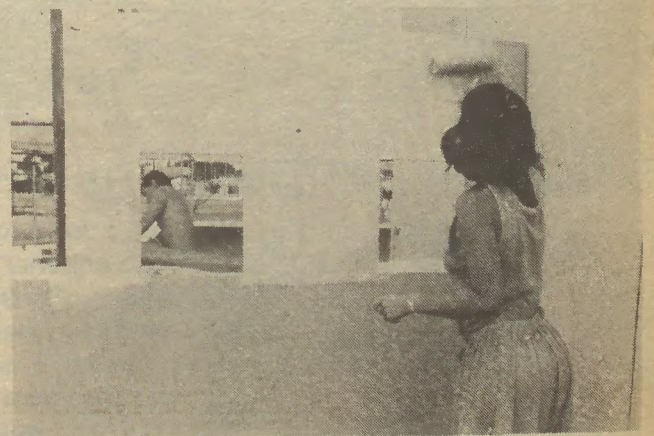
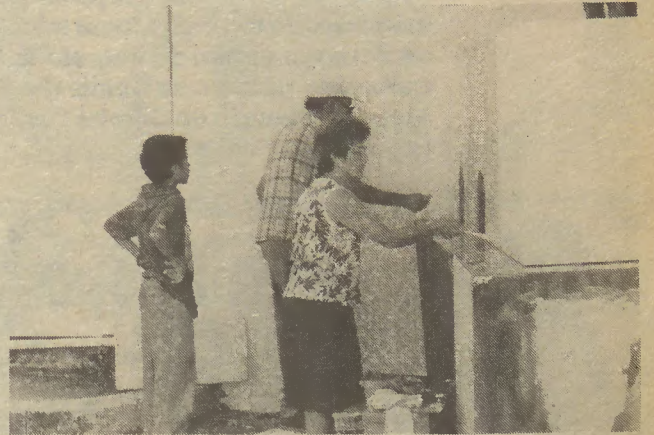
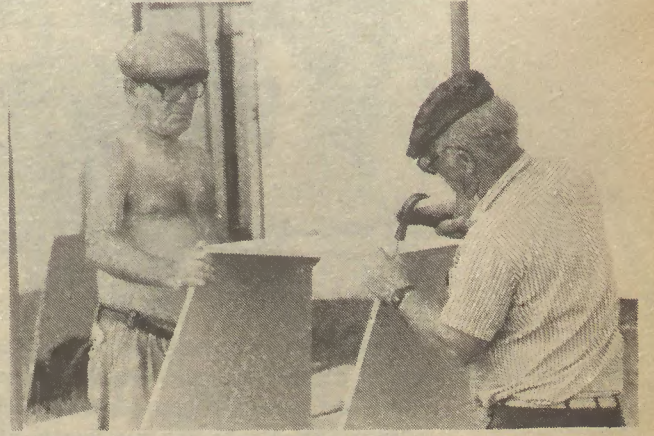
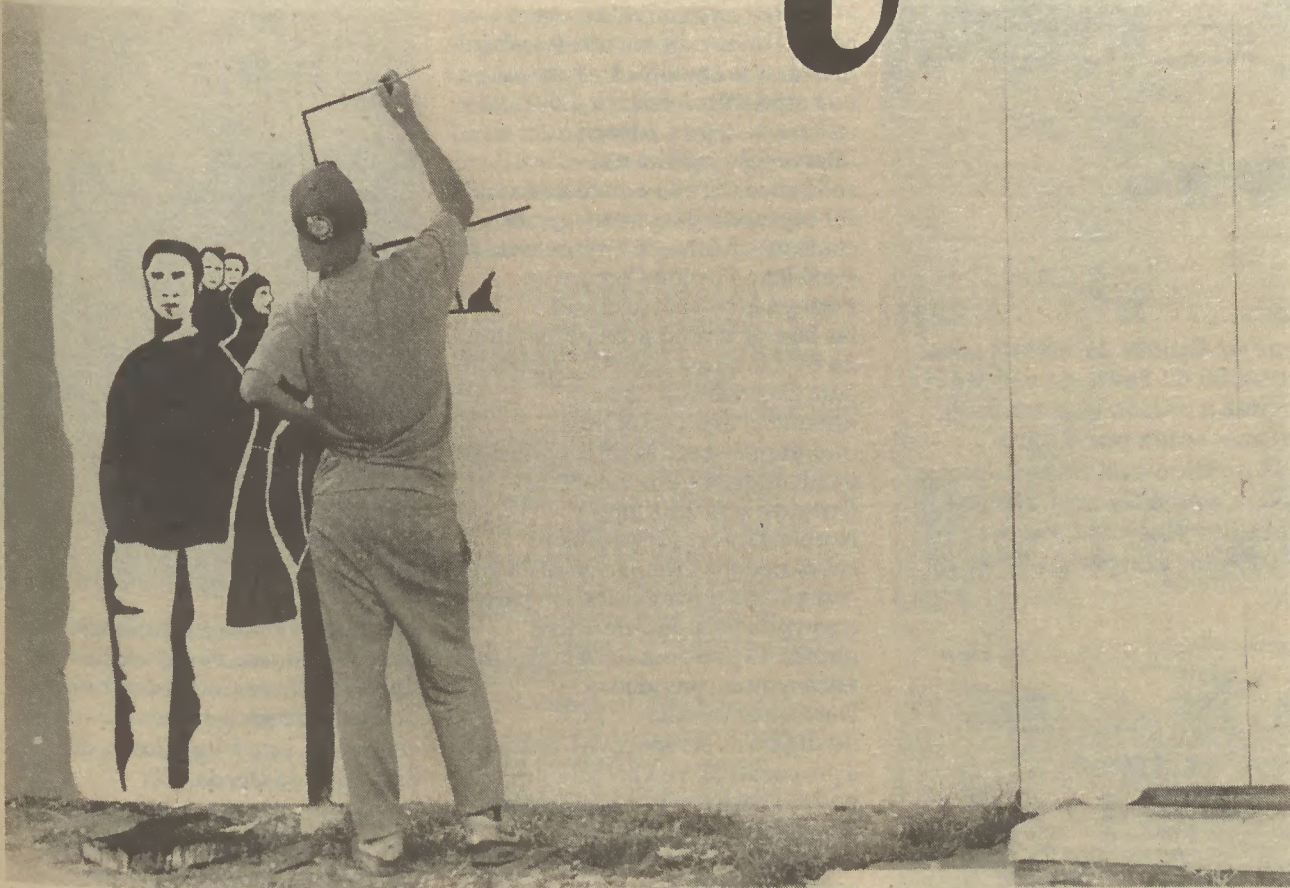
O ano lectivo 92/93 inicia-se nos Açores entre 14 e 21 de Setembro. Envolve cerca de 52 mil alunos e 486 estabelecimentos de ensino.

da festa!

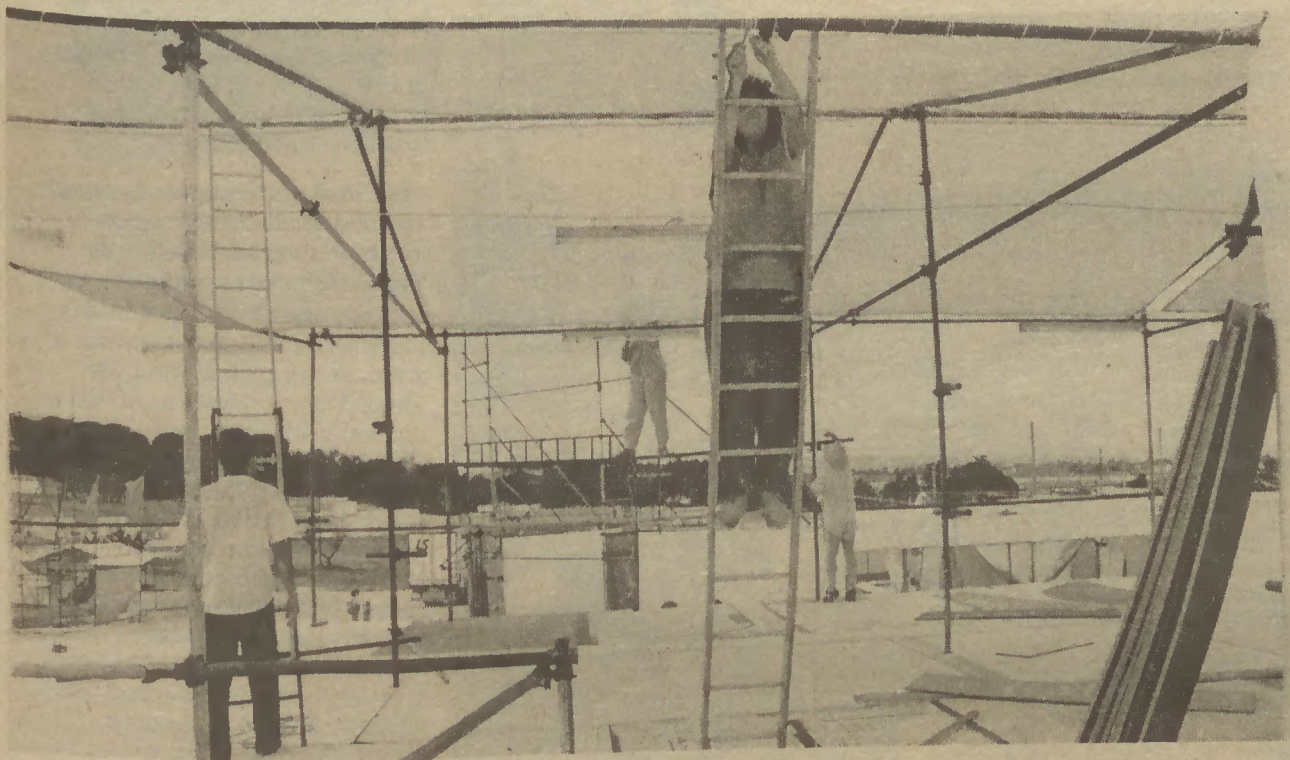
AMORA-SEIXAL • 4, 5 e 6 SETEMBRO

Avante!

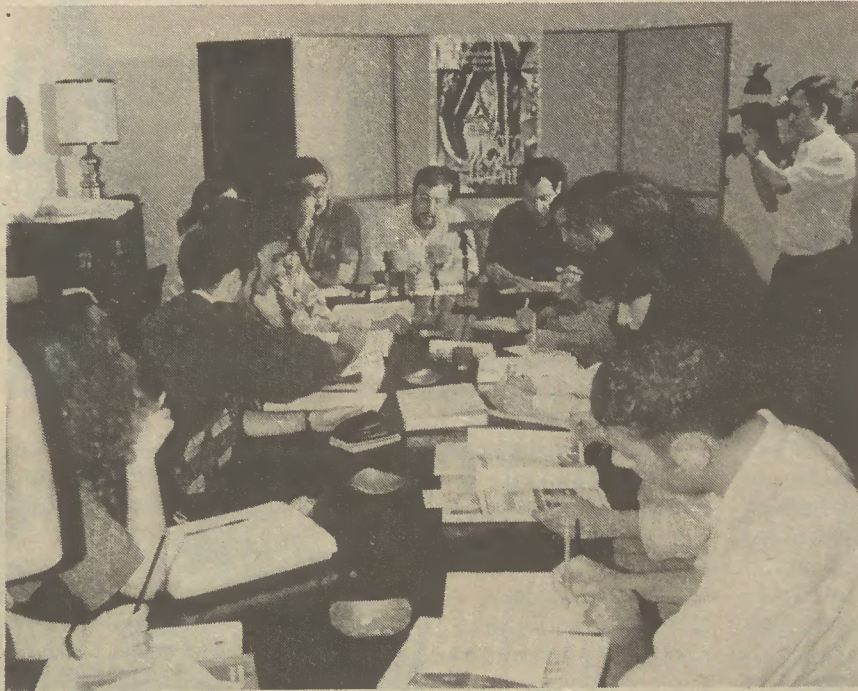
Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 6
3 de Setembro de 1992
Não pode ser vendido
separadamente



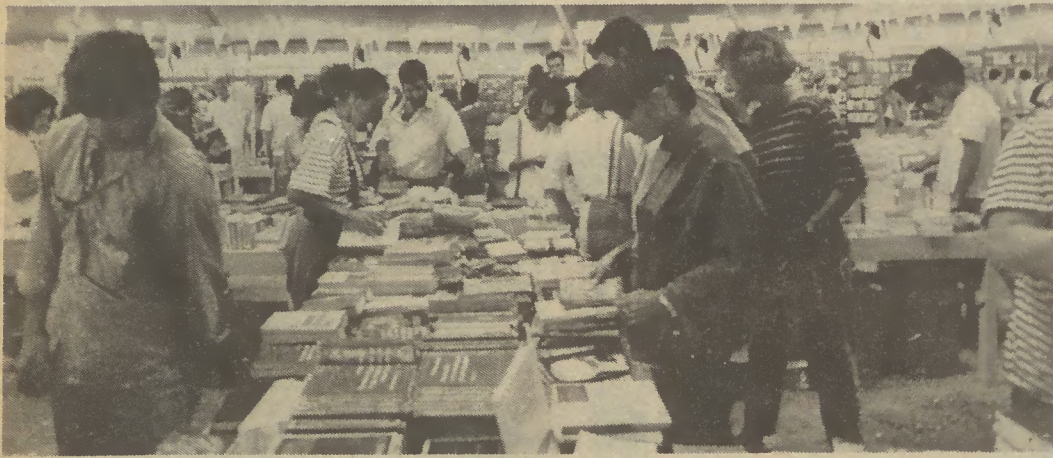
Trabalho até amanhã



Festa até domingo



Na passada segunda-feira realizou-se na Quinta da Atalaia uma conferência de imprensa de apresentação da Festa do «Avante!» onde todas as informações respeitantes à edição que amanhã começa foram dadas aos jornalistas presentes por quatro membros da direcção desta iniciativa político-cultural: Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central; Ruben de Carvalho, membro da Comissão Executiva Nacional; Fernando Vicente, membro do Comité Central; e ainda Margarida Silva, da Direcção da Festa.



No Centro do Livro e do Disco – onde a grande novidade editorial da Caminho vai ser a *Obra Completa de Soeiro Pereira Gomes* –, vários autores portugueses vão estar presentes para autografarem as suas obras, o que é sempre um bom pretexto para o convívio com os leitores. Entre outros, passarão por ali *Manuel da Fonseca* (sexta-feira, às 19 horas, sábado e domingo, às 18), *José Saramago* (sábado, 15 horas), *Ana Maria Magalhães* (sábado, 16 horas), *Luís Sá* (sábado, 18.30 horas) e *Modesto Navarro* (sábado e domingo, 15 horas)

Não há

Começa amanhã a festa do «Avante!», sem dúvida o maior acontecimento político-cultural de massas que anualmente se realiza no nosso país. A festa, o diálogo, a cultura, a alegria, o lazer, a intervenção política e a solidariedade vão acontecer e vão ser expressão de uma renovada confirmação do que é, representa e significa o Partido Comunista Português na vida nacional. Na fase de arranque da preparação do 14º Congresso do PCP, marcado para Dezembro, a festa do «Avante!» expressará uma importante abordagem do projecto, da identidade e dos valores do Partido e será uma forte manifestação e afirmação de solidariedade internacionalista dos comunistas portugueses, em parte traduzida pela significativa e numerosa presença de delegações estrangeiras convidadas. Durante os três dias, o PCP divulgará as perspectivas, análises e propostas sobre a actualidade política nacional e os problemas mais graves com que nos defrontamos, em particular a agressão aos direitos dos trabalhadores por parte do Governo, que tenta na sua acção subverter aspectos do regime democrático.

Também as gravosas consequências do Tratado de Maastricht, para o nosso país, serão especificadas e divulgadas pelo PCP, no seguimento da jornada nacional de esclarecimento realizada em Junho. Entre os momentos altos desta 16ª edição da Festa do «Avante!» destaca-se o comício, no domingo, pelas 17 horas, com a intervenção do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, e o acto de abertura, na sexta-feira, pelas 19 horas, com a intervenção do secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas.



No comício como já foi anunciado haverá ainda intervenções de Carlos Brito, da Comissão Política do PCP e director do jornal «Avante!», e de Filipe Rosas, do Executivo da DN da JCP.

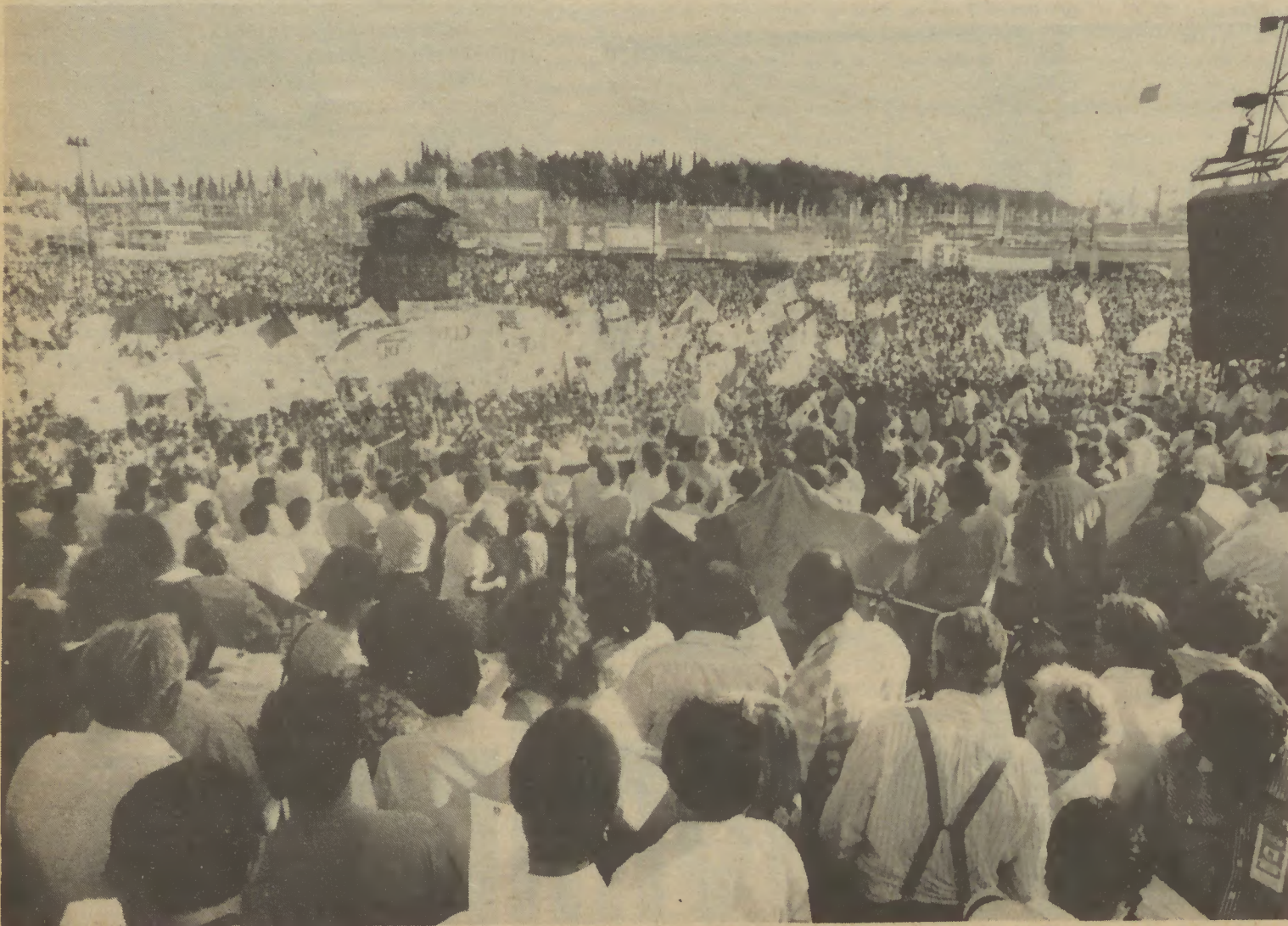
Local obrigatório de passagem é o Pavilhão Central onde o visitante poderá familiarizar-se com as análises e propostas políticas do PCP. «Os Caminhos da Alternativa no Limiar do Século XXI» e «Viver Melhor nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto» são os temas das duas exposições patentes neste espaço e que irão ser completadas com a realização de diversos colóquios e debates no Forum e no Espaço da Área Metropolitana. Participam nestes colóquios dirigentes, deputados, sindicalistas, autarcas e eleitos do PCP.

No colóquio sobre «Maastricht: que projecto para a Europa, que futuro para Portugal?» além de dirigentes e deputados do PCP, participam representantes de partidos de países membros da CEE. Na Praça Central, com o café da Amizade e na zona adjacente à Casa das Artes, realizam-se diversas iniciativas de animação cultural, desde a exibição de capoeira à pintura ao vivo por artistas plásticos.

Na Cidade Internacional, espaço de solidariedade internacional, estão presentes delegações de países de todos os continentes que trazem para a Festa aspectos das lutas que os seus povos travam, a sua cultura e gastronomia. De Timor-Leste à Palestina, da África Austral à América Central, da China a Cuba, à Europa. Momentos de solidariedade com Timor-Leste, Cuba, El Salvador e Palestina, entre outros, irão traduzir a solidariedade do PCP com os povos destes países. No Pavilhão da Solidariedade Internacional realizam-se também dois debates sobre a «Situação nos países da Europa de Leste» e «A Nova Ordem Mundial, as desigualdades no mundo e a defesa do Planeta».

Mas existem muitos outros motivos de interesse para o visitante.

O Centro do Livro e do Disco à semelhança dos anos anteriores irá ser certamente visitado por milhares de pessoas, que aí vão encontrar uma exposição sobre «A Vida e Obra de Soeiro Pereira Gomes», organizada em



Festa como esta!



destacados escritores, participam em sessões de autógrafos. Espelho do País real, as organizações do Partido trazem para a Festa todas as regiões do território nacional, proporcionando ao visitante uma oportunidade única de conhecer os vários aspectos que as caracterizam no plano económico, social e cultural.

A par de muitas exposições políticas, as organizações do PCP oferecem uma grande mostra de artesanato e gastronomia, valorizando o que de mais genuíno existe em cada região. A juventude tem também este ano um espaço próprio em que se realizam espectáculos, debates e muitas outras iniciativas. Merece ainda destaque especial a presença este ano na Festa de Comunidades Africanas residentes em Portugal.

Como nota final, é de referir que este é o terceiro ano que a Festa se realiza na Quinta da Atalaia. Facilmente os visitantes poderão constatar sensíveis melhorias no seu funcionamento, fruto dos múltiplos investimentos em infra-estruturas que de ano para ano se têm vindo a fazer. Amanhã lá estaremos!

colaboração com o Museu de Neo-realismo de Vila Franca de Xira. No espaço dedicado a Soeiro Pereira Gomes salientamos ainda o lançamento, com a chancela da Editorial Caminho, de uma nova edição revista da obra do escritor e que inclui a versão inédita do romance «Engrenagem», a partir de um original corrigido pelo autor. José Saramago, Manuel da Fonseca, Ana Maria Magalhães, entre outros



A festa da comida

As comidas e as bebidas. O bom gosto degustado a preceito a partir duma oferta que abrange o essencial da gastronomia regional portuguesa e se completa com as originalidades vindas de fora, seduzindo o palato e despertando a licenciosidade do apetite. Falemos, pois, do que na Festa se pode consumir ao abrigo dessa também significativa arte, que é a de comer.

De Portugal, as comidas e os petiscos onde o vinho é rei, os cocktails e bebidas finas, os doces e os bolos, as sandes e o pão, as sopas tão nossas. Por partes, e sem enfatar logo à partida, digamos pois. De arroz, estamos conversados: nove-maneyras-nove de o combinar, de Norte a Sul do País, com pitéus criados em terra ou pescados no mar, mais açordas e o sortilégio do bacalhau, esse igualmente organizado no prato até ao infinito. Depois (e arbitrária é esta ordem de chamar para a mesa) temos as cabidelas e as cacholeiras, as caldeiradas e as chanfanas, os churrascos e as dobradas, as febras e as espetadas e as mil e uma maneiras como em Portugal se utiliza o feijão, quer dizer o porco, ou seja o pescado, mais gaspachos e leitões e outras tripas e rojões. Petiscos? Alheiras, chouriços e



queijos, pipis, mariscos e moelas, mais a infinita sabedoria, na Lusitânia acumulada, em lidar com absoluta democracia gastronómica com todos os bichos da criação. Sempre com vinho, dos verdes aos generosos, brancos e tintos e muito mistério em pipas portuguesas acumulado, com doces e bolos para os gulosos, e as infinitas maneiras de fazer e consumir pão. Isto só para dar uma ideia do que, de Portugal, na Festa se oferece. Mas não fica por aqui, porque também lá vão estar os mariscos e cocketeis de Cuba, um restaurante chinês para mais de 1000 pessoas, o sassate de Timor-Leste e, de Cabo Verde, a cachupa e o modjo, o midje e outros fabulosos nomes para ainda mais fabulosos petiscos. Bom apetite!

Em que ano foi?



Construir a Festa!

Rebuscámos no nosso arquivo fotográfico e descobrimos esta imagem. Mudariam as roupas, mudariam seguramente as caras, mas esta fotografia poderia ter sido feita no último fim de semana na Atalaia. A vontade é a mesma. Mas resolvemos fazer um pequeno concurso: temos 10 serigrafias da Festa do «Avante!», numeradas e assinadas, para oferecer aos primeiros dez leitores que nos escrevam a dizer em que ano foi tirada esta fotografia! As respostas devem ser enviadas para

Redacção do «Avante!»
Rua Soeiro Pereira Gomes, 1
1699 LISBOA CODEX

E só faltam duas semanas para a Festa!

Afinal, para além das 36 respostas que o número do «Avante!» da semana passada anunciava ter recebido para o «concurso» que abrimos há duas semanas sobre uma fotografia de construção da Festa, recebemos ainda cartas de leitores com carimbos de correio com data anterior ao dia em que essa edição «saiu para rua». São mais seis respostas, duas delas certas: a pergunta solicitava aos «concorrentes» que dissessem o ano a que respeitava a fotografia de um grupo de trabalho na Festa e a resposta era o ano da primeira Festa do «Avante!» realizada no Vale do Jamor - 1977. O prémio era uma serigrafia da Festa, devidamente rubricada. Podem ir levá-la na Redacção do «Avante!» os seguintes leitores:

Clarinda Maria P. Nogueira
Vítor Rui H. Mendes Reis
Maria Claro Franco Sousa
João Viana
Francisco Teles Passinha

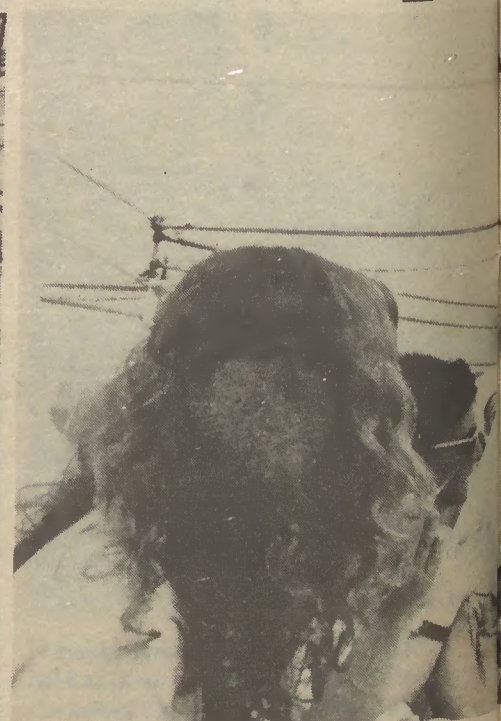
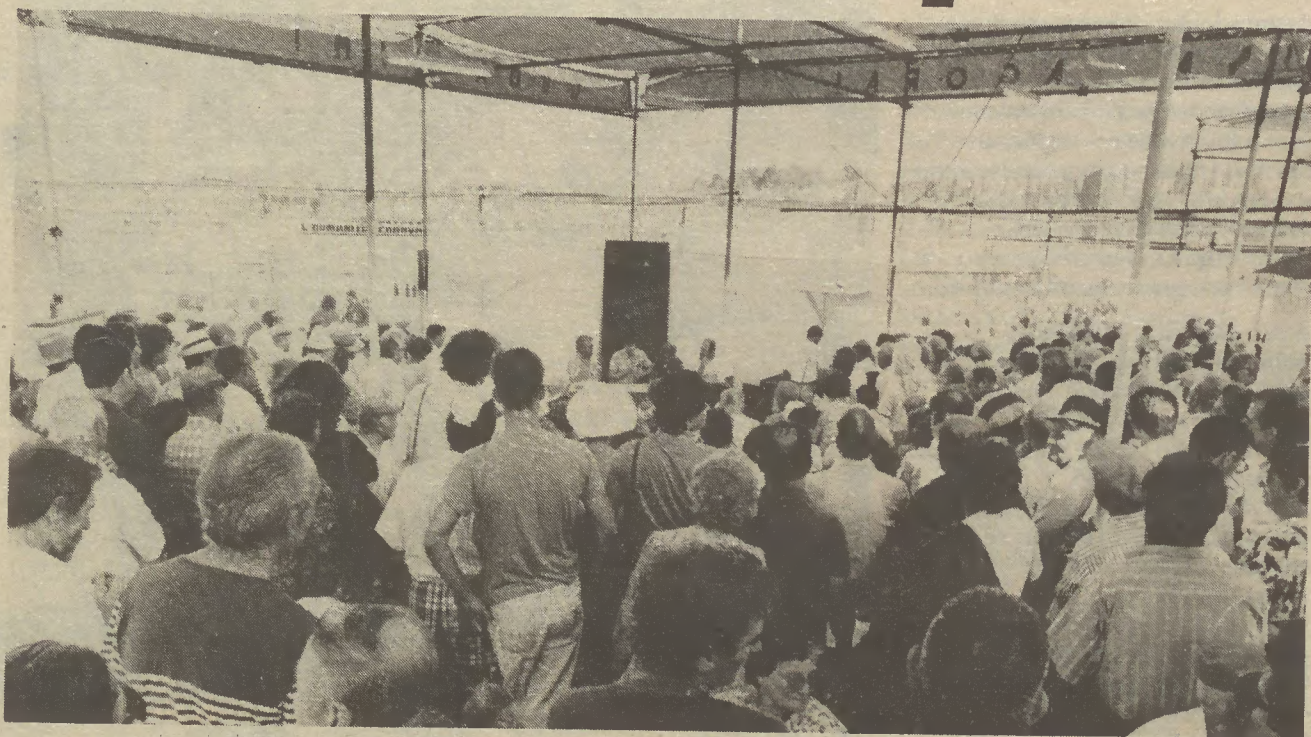
José Manuel Carvalho Antunes
Fernanda Maria Teixeira
José António Dias
Dionísio de Oliveira
Jorge Campaniço

Reencontrar amigos

Beneficiando do elevado grau de profissionalismo que unanimemente lhe é reconhecido, o público do Palco 25 de Abril vai poder reencontrar alguém que já desde há alguns anos tem assegurado o trabalho de apresentação dos espectáculos que ao longo dos três dias da Festa ali vão desfilando: chama-se Cândido Mota e para muitos este será mais um dos tantos reencontros de amigos que anualmente acontecem na Festa do «Avante!».



Discutir o País, o mundo,



Áreas metropolitanas

De formação recente e contando com uma importante participação dos autarcas comunistas, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto motivam uma série de debates na 16ª Festa do «Avante!» e são tema de uma exposição.

Logo na sexta-feira à noite, a partir das 21.30 horas, Jorge Cordeiro, Daniel Branco (presidente da Junta Metropolitana de Lisboa), Eufrazio Filipe, Helder Madeira, Lusitano Correia e Ilda Figueiredo estarão no Forum para falar sobre problemas e perspectivas das áreas metropolitanas. Sábado, no espaço da exposição (igualmente no Pavilhão Central), vão estar em debate o desenvolvimento do País

e a vida nas áreas metropolitanas (às 16 horas, com Demétrio Alves e Maria Emília de Sousa), ordenamento territorial, urbanização e habitação (às 19 horas, com Daniel Branco e José Luís Pereira) e ambiente e saneamento básico (às 22 horas, com Eufrazio Filipe e Rui Godinho).

Ainda no espaço da exposição vão ter lugar mais dois colóquios, no domingo, sobre cultura, lazer e tempos livres (às 11.30, com Orlando Almeida, Modesto Navarro e Alfredo Monteiro) e desburocratização e participação popular nas autarquias (às 14.30, com Carlos Arrojado e Fátima Mourinho).

Pedrouços Campanha de fundos para novo centro de trabalho tem quatro sorteios na Aitalaia

A Comissão Concelhia da Maia lançou uma campanha de fundos que terá grande divulgação na Festa para a compra de um novo centro de trabalho na freguesia de Pedrouços, por seis mil contos. A campanha decorrerá até Agosto do próximo ano e tem base num esquema de compromissos mensais na passagem de títulos com o valor mínimo de mil escudos e a abertura de uma conta de solidariedade de campanha: é a conta número 7200006373 do Montepio Geral na Areosa, para onde podem ser canalizadas todas as ajudas em dinheiro.

Na Festa do «Avante!», a Comissão Concelhia da Maia vai

estar representada com os seus famosos bolinhos de bacalhau e no espaço da Exposição Política do Porto irá apresentar um stand de solidariedade para a compra deste novo centro de trabalho onde se vão realizar quatro sorteios para quatro vídeos e a venda de títulos de participação de solidariedade e a venda de tabaco para todos os gostos.

O executivo da freguesia de Pedrouços é de maioria CDU e ali os comunistas desenvolvem um trabalho considerado exemplar na gestão da autarquia, inserida num concelho de maioria absoluta PSD.

Maastricht e Europa

Tema da maior actualidade, o Tratado de Maastricht motiva um debate no Forum do Pavilhão Central da Festa, a partir das 15 horas de sábado. Tendo por mote a interrogação «Que projecto para a Europa, que futuro para Portugal», na iniciativa participam os camaradas Albano Nunes, Octávio Teixeira, João Amaral e Joaquim Miranda, bem como representantes

na Festa de partidos de países membros da Comunidade Europeia.

No Pavilhão da Mulher Comunista vai-se debater, a partir das 16 horas, as consequências do Tratado de Maastricht para as mulheres portuguesas. Intervêm Sérgio Ribeiro, Ilda Figueiredo e Rosa Catita.

«Portugal e a CEE» em distribuição na Festa

O número referente a Agosto/Setembro da revista «Portugal e a CEE» vai ser distribuído gratuitamente no próximo fim-de-semana na Festa do «Avante!» e é inteiramente dedicado ao Tratado de Maastricht.

A presente edição da revista, que é da responsabilidade do Grupo de Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, foi ontem apresentada aos jornalistas no decorrer de uma conferência de imprensa, realizada na sede da Rua Soeiro Pereira Gomes, em que participaram Sérgio Ribeiro e Octávio Teixeira.

O número insere-se num conjunto de ini-

ciativas que têm vindo a ser levadas a cabo para promover o esclarecimento e o debate sobre o Tratado e as posições do PCP.

A revista aborda variados temas relacionados com o conteúdo e as implicações do Tratado de Maastricht como sejam a União Económica Monetária, a Política Externa e de Segurança Comum, a cidadania, o quadro institucional, o Pacote Delors II, entre outros. Destaque ainda para uma mesa-redonda sobre a problemática com os deputados europeus Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Rogério de Brito.



A imprensa do PCP

No Pavilhão Central da Festa vai estar montada uma pequena Redacção do «Avante!» e uma exposição sobre a actividade do órgão central do Partido e do boletim de organização, «O Militante». Num auditório terão lugar encontros informais com camaradas ligados ao trabalho de informação (ver página 11).

a vida, o Partido

Solidariedade internacionalista



A situação mundial e a solidariedade para com povos em luta têm um lugar privilegiado na Cidade Internacional da Festa. Aqui vai ter lugar, a partir das 21.30 horas de sexta-feira, um debate sobre a situação nos países da Europa de Leste, com o camarada Carlos Aboim Inglês. Domingos Lopes será o moderador do debate sobre a nova ordem mundial, as desigualdades no Mundo e a defesa do Planeta, no domingo, às 18.30 horas.

No café-concerto da Organização Regional de Lisboa realiza-se, a partir das 22 horas de sexta-feira, uma iniciativa de solidariedade com Cuba.

No Pavilhão da Mulher Comunista tem lugar, com início às 17 horas de sábado, um momento de solidariedade para com os povos de Timor-Leste e da Palestina. Domingo, às 15 horas, idêntica iniciativa é dirigida aos povos da África do Sul e de El Salvador.

Mulheres e Partido

Não se conhecem estatísticas, nem se vê necessidade delas: basta visitar a Atalaia neste fim-de-semana para verificar a grande participação das mulheres nas sucessivas edições da Festa do «Avante!». Os seus problemas específicos, as suas lutas e as propostas e intervenção do PCP têm um ponto de encontro: o Pavilhão da Mulher Comunista.

Aqui vão ter lugar debates sobre a situação das mulheres portuguesas (sábado, às 15 horas, com Fernanda Mateus, Odete Filipe e Apolónia Teixeira) e sobre o papel do Partido nos órgãos de poder como defesa e garante dos direitos das mulheres (com Odete Santos, Manuela Antunes da Silva e Fátima Amaral, domingo, às 16 horas).



Actualidade política no Forum

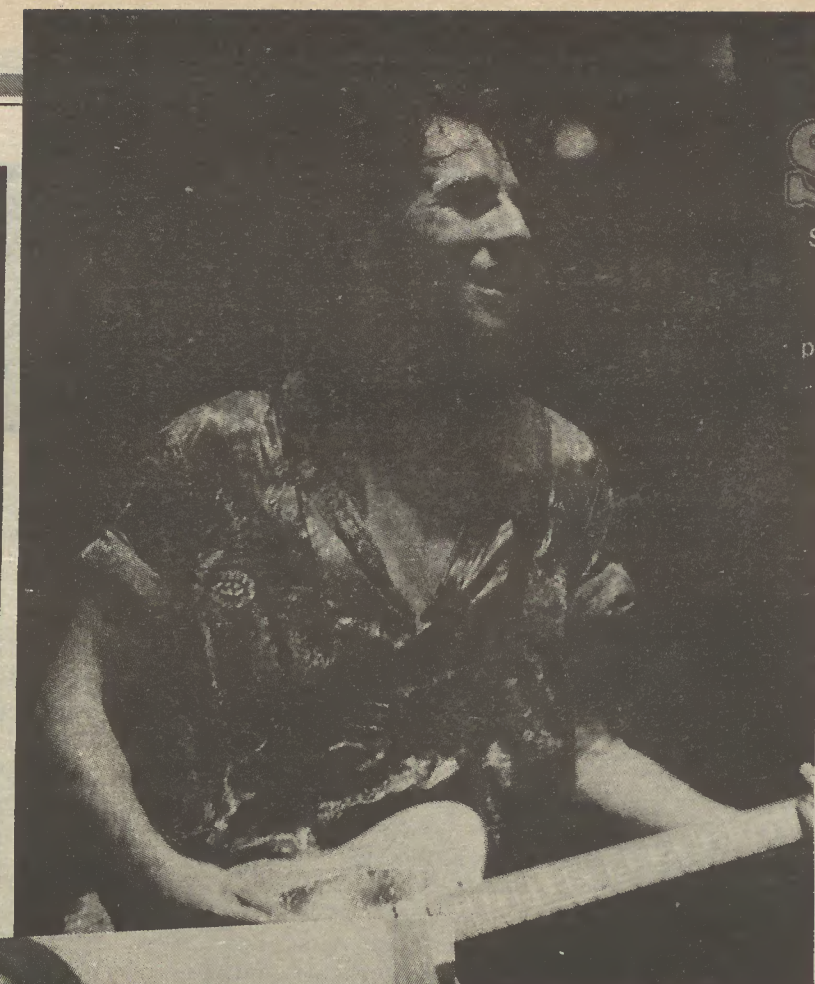
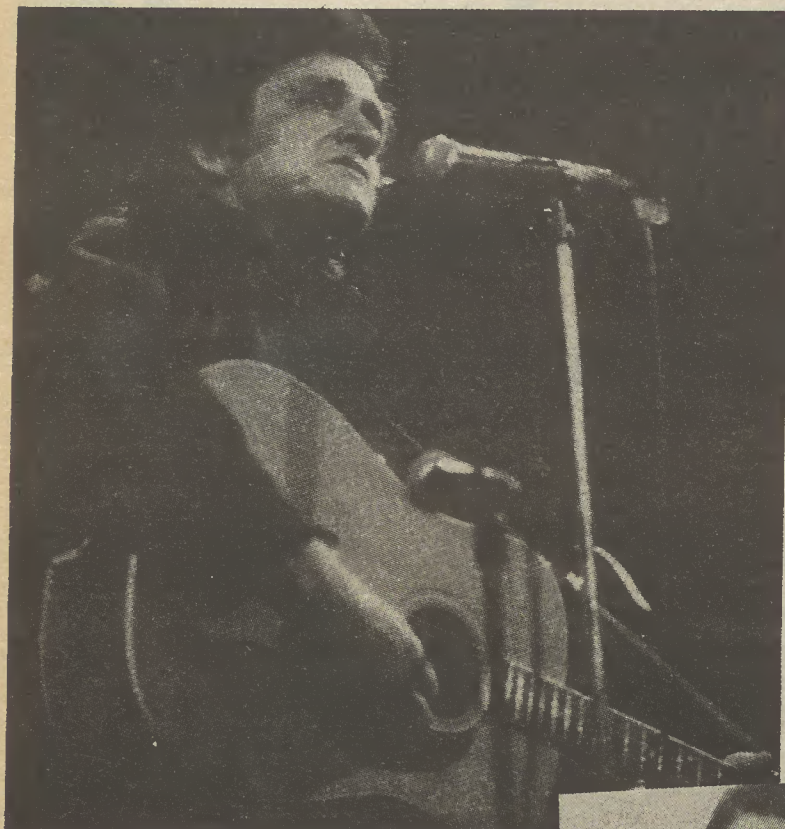
No Forum do Pavilhão Central vão realizar-se durante os três dias da Festa vários debates e colóquios sobre os grandes temas da actualidade política nacional. Com a participação de Agostinho Lopes, Vítor Dias, José Casanova e Blanqui Teixeira, debate-se no sábado, a partir das 18 horas, «O 14º Congresso do PCP: o Partido, os valores, o projecto». Às 21 horas o tema será «As liberdades e a

democracia, as ameaças do presente e a resposta dos democratas», com intervenções de Luís Sá, José Soeiro, António Abreu e António Filipe. Direito à greve, direitos dos trabalhadores e a resposta destes à ofensiva do capital vão ser debatidos no domingo, a partir das 15 horas, com Domingos Abrantes, Jerónimo de Sousa, Odete Filipe e José Ernesto Cartaxo.



E ainda...

Sexta-feira, a partir das 20.30 horas, Manuel Guimarães e outros convidados animam, no café-concerto de Lisboa, uma conversa sobre os paladares de Lisboa. Para este local está marcado, às 17 horas de sábado, um convívio com jovens intelectuais.



Johnny Cash: com Willie Nelson, um dos raros músicos que reúne o consenso dos apaixonados da country e dos incondicionais da folk



Alguém disse: O rock tem futuro e eu vi-o. Chama-se Bruce Springsteen

Joan Baez: a diva do revival folk dos anos 60, continua a ser uma figura incontornável da música popular dos Estados Unidos. Hoje uma cantora amadurecida por uma carreira de impecável profissionalismo, mantém a mesma posição que há três décadas fazem dela uma imagem da luta e da solidariedade

Vídeo Festa

Iniciada o ano passado, a VÍDEO FESTA no video wall do Auditório «1.º de Maio» prossegue este ano com um programa de que se apresentam aqui alguns destaques



Os Chieftains: poderemos vê-los ao vivo no Sábado, recordá-los em vídeo no Domingo

A selecção de José Duarte

Da sua colecção pessoal de vídeo de jazz, o crítico José Duarte seleccionou, especialmente para a Festa, 2 horas com temas dos seguintes músicos:

- ★ Orquestra de Dizzy Gillespie (1947)
- ★ Orquestra de Dizzy Gillespie e a cantora Helen Humes (1947)
- ★ Henry «Red» Allen and the All-Stars
- ★ Billie Holiday and the Mal Waldron All-Stars
- ★ Count Basie All-Stars
- ★ Jimmy Giuffre Trio
- ★ Thelonious Monk Trio
- ★ Orquestra de Duke Ellington
- ★ Orquestra de Lionel Hampton
- ★ Sarah Vaughan
- ★ Nat «King» Cole Quarteto
- ★ Keith Jarrett, Gary Peacock e Jack DeJohnette (1986)
- ★ Miles Davis Quinteto (1959)
- ★ Miles Davis e orquestra de Gil Evans (1959)

Dizzy Gillespie



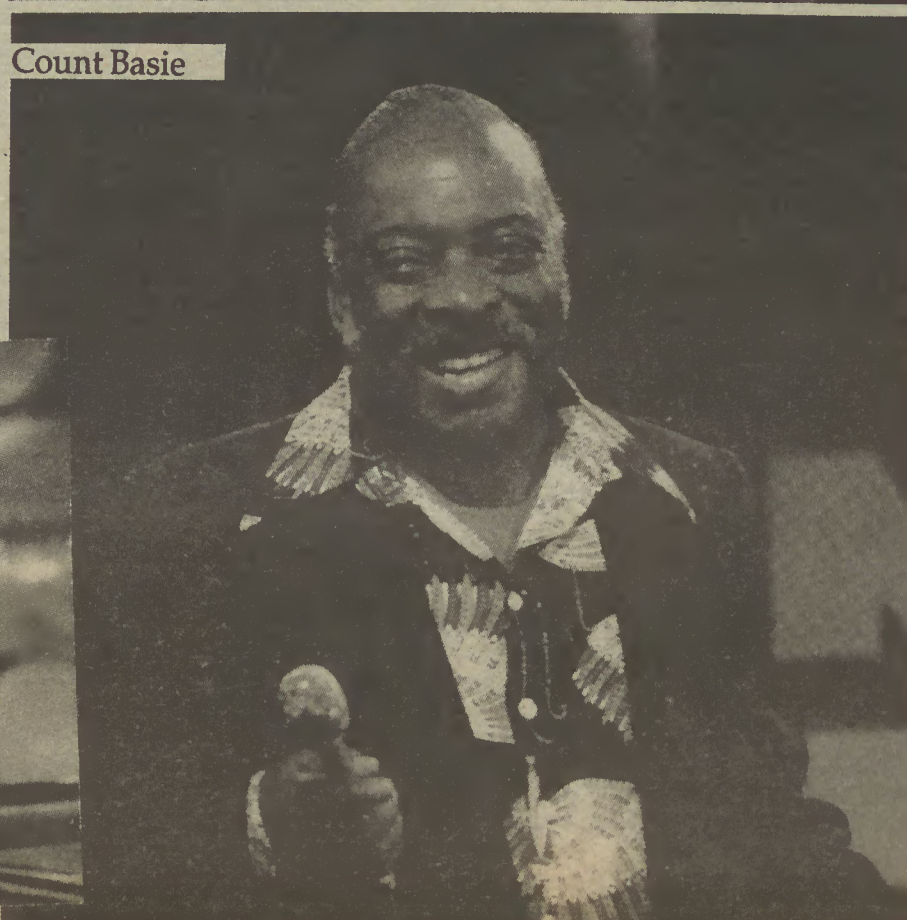
Keith Jarrett



Miles Davis



Count Basie



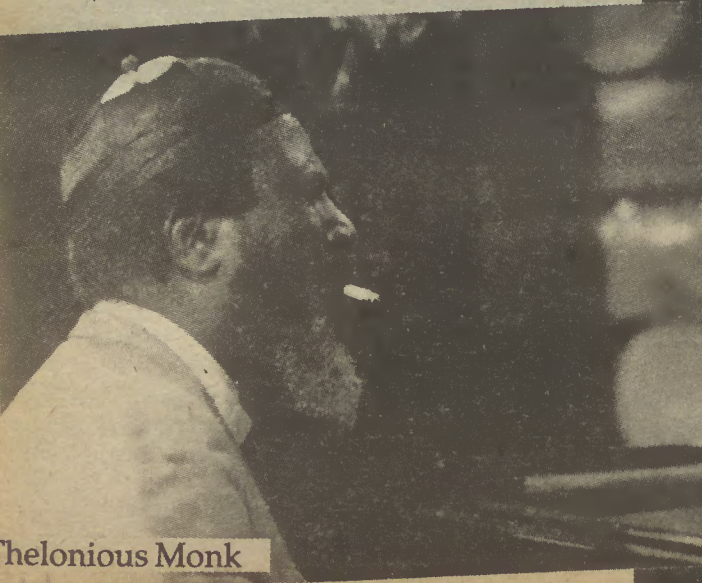
Duke Ellington



Quando subiram para o palco da Festa em 1977, no Jamor, os Fairport Convention assinaram um espectáculo que marcaria época em Portugal. Hoje, o grupo de Dave Swarbrick continua na primeira linha da folk britânica

Foi em 1985. Um grupo lendário do folk-rock norte-americano passou pela Ajuda: os The Band. Foi o último concerto da formação, um dos seus membros desapareceria poucos meses depois do concerto de Lisboa. A lenda do grupo-companheiro de Dylan foi ajudada por filmes e vídeo

Thelonious Monk





À beira do rio, no Seixal

Cicloturismo uma aventura na Festa!

Mais de trezentos desportistas participaram no passado domingo na prova de Cicloturismo promovida pela Festa do «Avante!», num percurso de cerca de meia centena de quilómetros atravessando os concelhos de Almada e Seixal.

Muito antes do momento da partida — que se registou às 9,30 dessa manhã —, já se aglomeravam várias equipas e corredores junto aos portões da Medideira.

As cores profusas animavam o lugar, vendo-se nas camisolas os dizeres dos clubes, das colectividades e das empresas que apoiavam e organizavam as diversas equipas. Carros de apoio, carros de som iam chegando, ao mesmo tempo que muitas pessoas se aglomeravam por ali e muitos camaradas e amigos se aproximavam dos portões a fim de participar na jornada de trabalho. Os desportistas, como é vulgar nas provas de cicloturismo em que não se corre para ganhar mas pelo prazer de pedalar pela paisagem, eram de todas as idades e sexos. Quando foi dada a partida, já trinta e duas equipas haviam confirmado as suas inscrições. Foi o camarada Manuel Sobral, da Comissão Executiva Nacional do Comité Central e responsável da DORS,

quem saudou os desportistas à partida, agradecendo a numerosa participação e sublinhando a alegria e a fraternidade — «o espírito da Festa», como lhe chamou — e fazendo votos para que a prova corresse bem. O que aconteceu, como as imagens mostram.



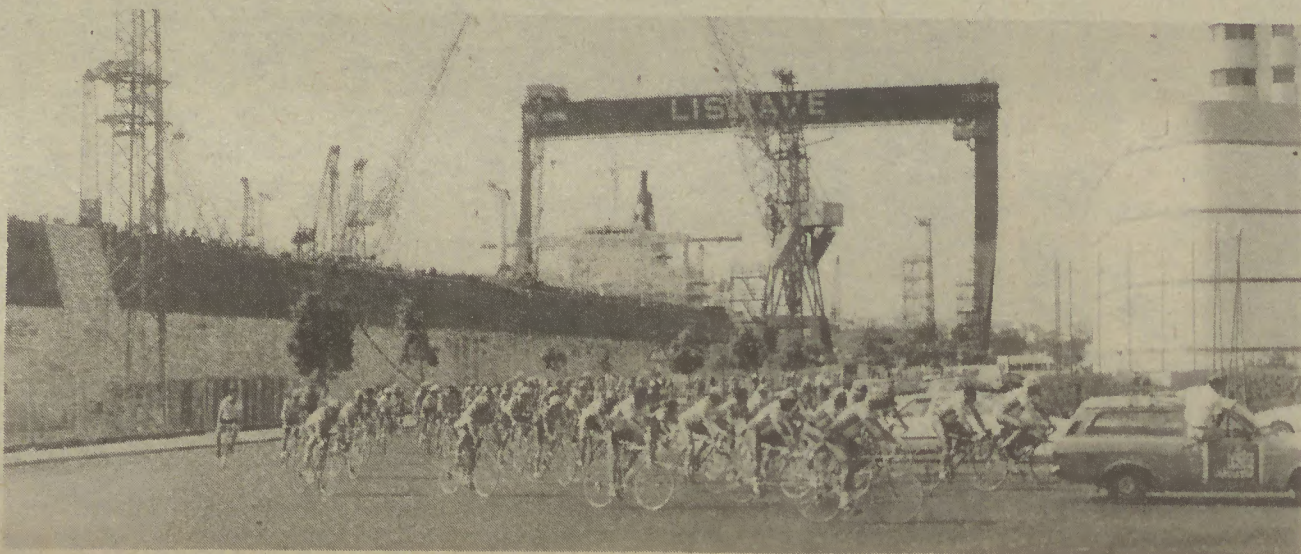
À espera da partida



Manuel Sobral, da CEN do CC, saúda os participantes



Fernando Vicente, da Direcção da Festa, cumprimenta os participantes, no final da prova



Com a Lisnave em fundo, em Almada

Mais de 1500 atletas inscritos



Carlos Lopes

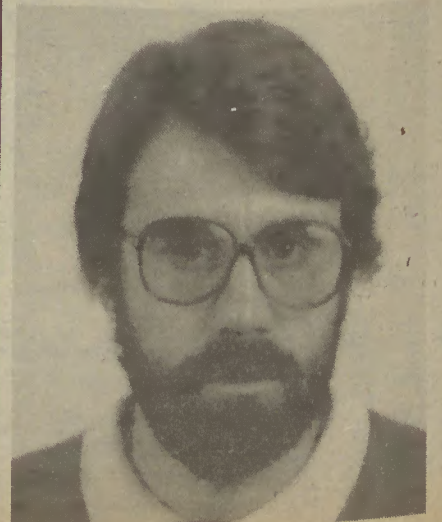
Campeão olímpico da maratona em Los Angeles, 1984

«Vou estar presente nesta edição da Corrida da Festa do «Avante!». Penso que é uma prova sempre bem-vinda, embora muitos atletas estejam em altura de defeso mas, por outro lado, muitos outros iniciem agora a época. A Corrida da Festa do «Avante!» é uma prova prestigiante porque nela têm participado ao longo destas últimas quatro edições alguns dos nomes mais sonantes da modalidade. É importante que jovens atletas, menos preparados, também participem e faço votos para que esta prova se continue a realizar no futuro.»

Bernardino Pereira

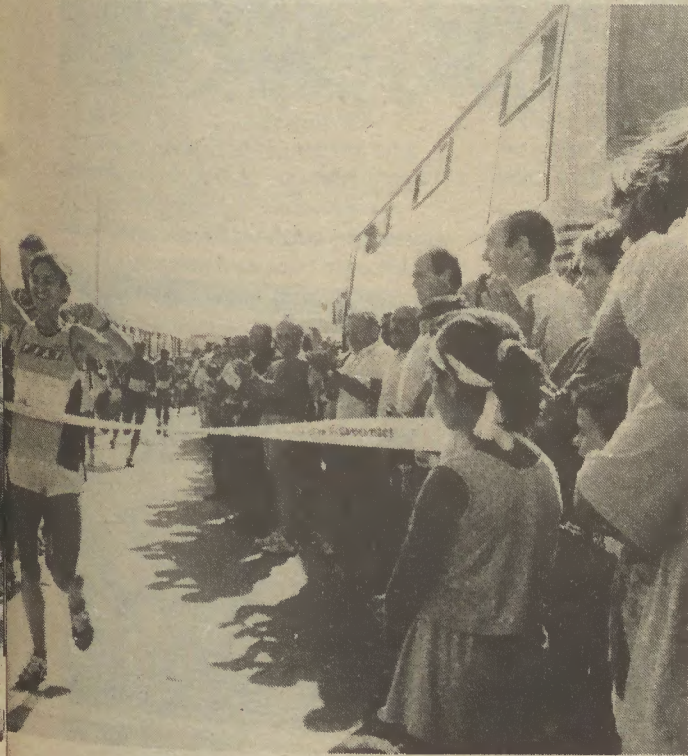
Treinador de atletas de alta competição como Filbertina Dias ou Rosa Oliveira

«Mais uma vez vai realizar-se a Corrida da Festa, congratulando-me por estar presente, dando assim o meu apoio. É com este tipo de manifestações que podem aparecer novos valores, pois a corrida é aberta a todos os atletas, desde a alta competição até grupos de empresa, podendo assim todos confraternizar, o que é bom para a modalidade. Espero que a corrida seja mais uma vez um êxito.»



Carlos Lopes, Albertina Dias, José Pinto e Carla Sacramento

Com a Corrida da Festa!



Mais de milhar e meio de atletas representando 120 equipas vão participar na Corrida da Festa do «Avante!». Nomes de atletas de alta competição como Albertina Dias, Rosa Oliveira ou José Pinto vão correr ao lado de milhares de outros atletas como o veterano Armando Aldegalega ou José Soldado (vencedor da terceira edição da prova) e José Dias (vencedor de três edições). O tiro de partida será dado pela recordista nacional dos 800 e 1500 metros, Carla Sacramento. Entretanto continuam a chegar significativas manifestações de apoio a esta organização, expressas em depoimentos ao nosso jornal, que aqui transcrevemos.

Albertina Dias e Rosa Oliveira cortam a meta simultaneamente na Corrida da Festa do «Avante!» do ano passado



Albertina Dias

Atleta do Maratona Club de Maia

«Gostei da minha primeira participação e por isso, com a minha presença, vou dar mais uma vez o meu apoio a esta maravilhosa manifestação desportiva que é a Corrida da Festa do «Avante!»»



José Dias, estudante da Faculdade de Motricidade Humana (ex-ISEF), vencedor de três edições da Corrida da Festa do «Avante!» e que este ano estará presente representando o Clube da Xistarca

Professor Pompilio Ferreira

Treinador do atleta Fernando Coato e praticante de atletismo

«Quando participamos ao lado de centenas de atletas numa corrida de estrada aberta a todos, é já uma vitória vivermos o ambiente de magia-libertação-fraternidade. Correr a meia-maratona da Nazaré, os Sinos de Mafra, a Festa do «Avante!», significa estar presente nos pontos altos do calendário nacional de provas populares, que os amigos da corrida não esquecem, pois estão garantidas boas organizações e um clima de grande confraternização. Mas, companheiros, participar nesta corrida é viver a Festa do «Avante!», uma grande manifestação cultural, onde podem assistir a espectáculos musicais de qualidade, visitas, exposições, provar os bons petiscos, reencontrar velhos amigos, discutir os grandes problemas nacionais, sentir verdadeiramente o significado das palavras Dignidade e Solidariedade. Participa para viver e disfrutar a grande realização cultural que é a Festa do «Avante!»»

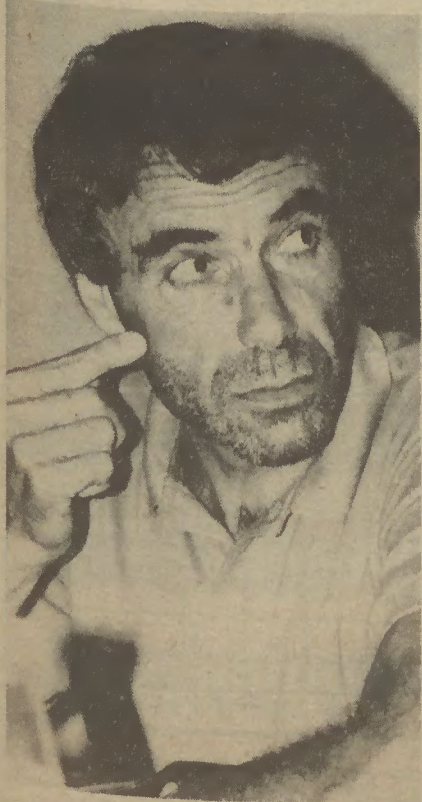
Alfredo Monteiro

Vereador do Pelouro do Desporto e da Cultura da Câmara Municipal do Seixal

«A Corrida da Festa do «Avante!» é já inegavelmente um cartaz do calendário das provas de estrada que se realizam no país e constitui mesmo a prova mais conceituada de abertura da época. O prestígio adquirido ao longo das edições realizadas assenta, na minha opinião, no bom nível organizativo alcançado e nas suas características de prova aberta e de carácter popular - sempre com grande adesão - ao mesmo tempo que tem registado o apoio e a participação de muitas figuras do atletismo português - dirigentes, técnicos e atletas. Estou convicto que a prova deste ano - terceira a ter lugar no Seixal - irá mais uma vez constituir uma grande manifestação desportiva, uma festa do Desporto, com a adesão e carinho da população, tal como nos anos anteriores. Na qualidade de autarca do Concelho do Seixal, não poderei deixar de registar o significado desta iniciativa desportiva, num município onde o desporto e o atletismo em especial assumem



uma crescente importância no quotidiano dos seus habitantes e na elevação da sua qualidade de vida - uma aposta assente na profunda cooperação e conjugação de esforços das autarquias, escolas e movimento associativo local. A pista de atletismo com que proximamente o concelho irá ser dotado, por iniciativa da Câmara Municipal, permitirá melhorar significativamente as condições de prática da modalidade, alargar o número de praticantes e, com certeza, o despontar de mais atletas do nível da «nossa» Carla Sacramento».

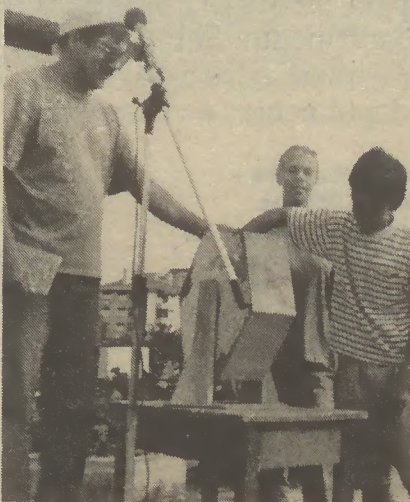


Sorteio da EP a culminar uma jornada de trabalho voluntário

Perante numerosa assistência — composta por muitos dos camaradas e amigos que faziam uma pausa na jornada de trabalho do passado domingo —, realizou-se na Quinta da Atalaia o Sorteio da EP da Festa de 1992. Eram cerca das 17 horas quando a camarada Madalena Santos chamou aos microfones os que iam apresentar e participar no Sorteio — os camaradas José Catalino e Licínio Carvalho, da Direcção da Festa, Jorge Teixeira, dos Serviços Administrativos, a pioneira Patrícia, e mais outra criança, o Jorge, que estava presente no recinto do Bar de Apoio.

Em breves palavras, o camarada Licínio Carvalho salientou o significado da compra antecipada da EP, que tem contribuído para o êxito financeiro da Festa e revelou que este ano foram vendidas mais alguns milhares de EP's, antecipadamente, em comparação com o ano anterior. Sublinhou também o apoio militante ao trabalho da Festa, revelando que se tem registado este ano uma participação superior no trabalho voluntário. Licínio Carvalho falou ainda da preocupação que o Partido tem em fazer melhor, lembrando a maior qualidade do que se tem vindo a construir no terreno para que a Festa seja cada vez melhor e mais bela.

Depois foi o sorteio. Foram as crianças a retirar, à vez, os talões da caixa, anunciando-se os números atribuídos a cada um dos três prémios. O 1º prémio coube ao número 243 631; o 2º prémio ao nº 210 582; o 3º ao nº 49 328. Os prémios — uma viagem à Tunísia para duas pessoas; uma câmara de vídeo; 50 contos em livros, respectivamente, podem ser reclamados contra a apresentação da EP respectiva, nas instalações da Avenida António Serpa, 26, 2º, esq., em Lisboa, durante as horas de expediente. Os premiados deverão apresentar-se munidos de documento de identificação pessoal.



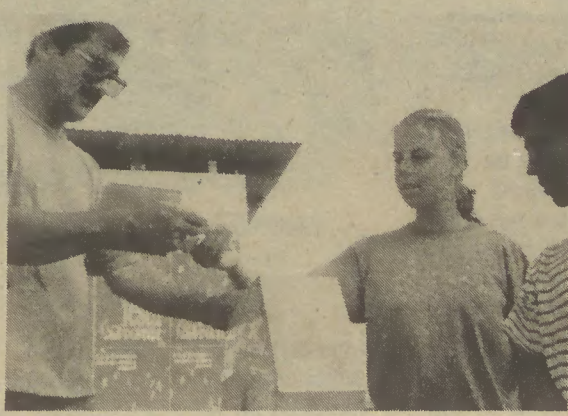
Venda da EP — os números desta semana

No início da semana era este o ponto da situação em relação à venda antecipada da EP pelas diversas organizações, no que respeita às metas definidas

SECTORES	0%	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	110%	120%	130%
AÇORES										100			
AVEIRO											112		
BEJA			28										
BRAGA						57.5							
BRAGANÇA									90				
COIMBRA							74.5						
CASTELO BRANCO							68						
ÉVORA				44									
FARO									88				
GUARDA						55							
LEIRIA					53								
LISBOA						56							
MADEIRA										100			
PORTALEGRE								70					
PORTO									76				
SANTARÉM			35.5										
SETÚBAL								63					
VIANA DO CASTELO				37									
VILA REAL										85			
VEISEU													164
EMIGRAÇÃO						53							
MULHERES						51							
JCP						53							
CÉLULA FESTA			36										
S. SINDICAL					45								
«O MILITANTE»										84			

Sorteio da EP

- 1º Prémio — 243 631
- 2º Prémio — 210 582
- 3º Prémio — 49 328



E também há bilhetes...

Para quem não deseje comprar a EP — e de novo salientamos as vantagens de adquirir a Entrada Permanente na Festa, que dá direito a visitá-la durante os três dias — pode adquirir, para Sábado ou para Domingo, o bilhete, à venda nas bilheteiras das entradas da Quinta da Princesa ou da Medideira. Cada bilhete é vendido ao preço de 1000\$00 — mil escudos — e só dá direito a uma entrada, não dando direito a senha de saída.

O pavilhão de «O Militante»

O pavilhão de «O Militante», situado como habitualmente no pavilhão Central, pretende este ano realizar uma sua maior promoção e leitura; registando-se a coincidência de a publicação deste órgão da imprensa do Partido atingir, nas vésperas da Festa, o n.º 200 da IV série. É um número especial contendo um conjunto de artigos que procuram, como sempre tem sido objectivo de «O Militante», levar aos membros do Partido e aos democratas em geral uma informação objectiva e esclarecedora, ajudá-los a melhor prepararem-se para a intensa luta ideológica que se trava actualmente.

Na visita ao Pavilhão, procure adquirir o n.º 200 de «O Militante». Para além da evocação do seu percurso desde 1933, este número contém um caderno «Especial Congresso» referente à preparação do XIV Congresso do PCP, uma separata sobre a Festa do «Avante!» com as suas iniciativas principais, e também

diferentes artigos de reflexão sobre questões da actualidade que tratam, por exemplo, do «Afeganistão esquecido» ou da «Problemática feminina», da «Aliança sagrada» (entre Reagan e o Papa) ou das «Lutas dos trabalhadores portugueses» e tantos outros temas que preenchem as 80 páginas deste número especial. A sua aquisição dá ainda direito aos seguintes prémios:

- 1.º Viagem à Madeira de seis dias para uma pessoa;
- 2.º Fim-de-semana na Praia da Rocha (Algarve) para duas pessoas;
- 3.º Livros das Edições «Avante!» no valor de 15 contos.

Os números contemplados serão anunciados em «O Militante» de Novembro-Dezembro.

Visite também o pavilhão de «O Militante» porque nele irá encontrar: um prelo usado no tempo do fascismo em que é editada uma folha em papel-bíblia, como nos tempos da clandestinidade; a passagem de

filmes em vídeo, nomeadamente «A Fuga» e os «60 Anos do Partido», entre outros mais actuais; uma banca com publicações das Edições «Avante!» sobre os Congressos após o 25 de Abril e todos os exemplares de «O Militante» da IV série; um atendimento político para inscrição no Partido ou para tratar de qualquer assunto referente às questões da organização; uma exposição evocativa de «O Militante», de questões de organização e um mapa assinalando os Centros de Trabalho; e um espaço de conversa e debate com camaradas da direcção do PCP, sobre o Partido e a sua imprensa.



«O Militante» (cujo número 200 será distribuído na Festa) e o «Avante!» vão ter espaços próprios no Pavilhão Central. Ali os visitantes poderão ver a feitura de um pequeno jornal, uma folha a sair em cinco edições (uma sexta, duas sábados e duas domingos) a contar o dia-a-dia desta Festa do «Avante!» de 1992

O Partido e a sua Imprensa

A imprensa do Partido ocupa um lugar importante no Pavilhão Central da Festa do «Avante!» de 1992. Num pequeno auditório incluído nesse espaço, decorrerão diálogos com dirigentes do PCP sobre a importância da batalha da informação e o papel do «Avante!» e «Militante», no presente e no passado. «O Partido e a sua Imprensa» será o tema genérico dessas conversas, que serão

realizadas nos seguintes horários e com os seguintes dirigentes do PCP:

Sexta-feira, às 22 horas, Carlos Brito.

Sábado, às 15 horas, Blanqui Teixeira; às 18 horas, Aurélio Santos; às 21 horas, Dias Lourenço.



Avanteatro

O Centro Dramático de Évora com os seus Bonecos de Santo Aleixo e a peça «Esganarelo ou o Cornudo Imaginário», o grupo da Meia Preta com a peça de Dario Fo «A História do Tigre», o Teatro da Malaposta (CDIAG) com «Kikerikiste», o Grupo de Teatro «Intervalo» com «Cabaré do Prazer... e da Memória» e o grupo de Teatro d'«O Semeador» (Portalegre) com o «Auto da Índia e das Fadas» são os grupos que irão fazer a festa do teatro que chamamos «Avanteatro», que é também o nome do recinto que todos os anos se ergue para acolher as peças, actores e público que fazem este um dos momentos altos de todas as edições da Festa do «Avante!».



Transportes de Lisboa todos os quartos de hora

Ir à Festa... e voltar

Se mora em Lisboa saiba que pode apanhar o barco, com frequência de 15 a 20 minutos, do Terreiro do Paço para Cacilhas onde terá, de quarto em quarto de hora, autocarros directos para a Quinta da Princesa, contígua ao terreno da Festa. É o percurso rodoviário mais rápido, já que utiliza a estrada do Talaminho.

Note-se que o regresso da Quinta da Princesa para Cacilhas está assegurado durante a Festa por carreiras da RN, com a frequência necessária ao escoamento de todos os passageiros, aproximadamente todos os 15 minutos, até às 2.00h, na sexta-feira e sábado e até à 1.30h, no domingo.

O regresso de Cacilhas para o Cais do Sodré, na sexta-feira e no sábado, efectua-se até às 02,45h, e no domingo até às 2.00h, com frequência de 20 minutos, das 24.00h às 2.00h.

Outras carreiras podem ser utilizadas como Cacilhas-Paio-Pires (via Seixal), carreira 7113, que tem o terminal no bairro da Medideira, junto ao Campo da Amora. Estes autocarros circularão também de 15 em 15 minutos, sexta-feira e sábado até às 2.00h, e, no domingo até à 1.30h. Pode ainda, se necessário, apanhar o autocarro Cacilhas/Seixal (directo), carreiras 7112/7114. A paragem deve ser feita na Cruz de Pau.

Os preços de Cacilhas-Quinta da

Atalaia, Medideira ou Cruz de Pau são idênticos: 4 módulos pré-comprados (136 escudos cada), a bordo 210 escudos, podendo ser utilizados os passes 123 ou o 12 + 2 módulos, ou, é claro, o L 123 ou L 12 + 2 módulos, que são igualmente válidos para o barco.

Se mora na Baixa da Banheira pode utilizar os autocarros da RN cujo terminal é no bairro da Medideira, junto ao campo da Amora. Os horários são os seguintes: sexta-feira, ida: 18.00h, 19.00h, 20.00h, 21.00h, 21.30h. Regresso: 23.00h, 00.00h, 00.30h, 01.00h, 01.30h, 02.00h. Sábado e Domingo ida: 10.30h, 11.30h, 12.30h, 13.30h, 15.00h, 16.00h, 18.00h, 19.00h, 19.30h, 20.00h, 21.00h. Regresso: 18.00h, 19.00h, 20.00h, 21.00h, 22.00h, 22.30h, 23.30h, 00.00h, 00.30h, 01.00h, 01.30h, 02.00h.

Os preços praticados nestas carreiras são os seguintes, segundo os locais de partida e, respectivamente, quando comprados a bordo, pré-comprado inteiro, pré-comprado meio: Baixa da Banheira, 365 escudos, 306 escudos, 272 escudos, 136 escudos; Lavradio, 340 escudos, 272 escudos, 136 escudos; Barreiro, 320 escudos, 272 escudos, 136 escudos; Quinta da Lomba, 300 escudos, 230 escudos, 136 escudos; Palhais Stº António da Charneca, 280 escudos, 230 escudos, 136 escudos; Coina, 245 escudos, 204 escudos, 102 escudos; Paio

Pires/Palmeirinha, 180 escudos, 168 escudos, 136 escudos; Paio Pires/Torre Correr Água, 130 escudos, 130 escudos, 34 escudos.

Se mora na Amadora tem autocarros até ao bairro da Quinta da Princesa, na sexta-feira das 17.00h às 24.00h e sábado e domingo das 9.00h às 24.00h.

Coina, siga por Paio Pires e Amora ou pelo Casal do Marco, Torre da Marinha e guie-se pelas indicações locais.

Se vem de automóvel

De Lisboa, atravessa a Ponte 25 de Abril, segue pela auto-estrada do Sul, desvia no nó do Fogueteiro. Pode ainda seguir por Almada, tomando a EN 10 pelo Laranjeiro, Corroios, Cruz de Pau rumo aos parques de estacionamento. Do Norte do país, por Lisboa, deverá seguir as indicações anteriores. No entanto, aconselhamos a não o fazer, e nesse caso, será melhor ir a Vila Franca de Xira e depois seguir por Porto Alto, Infantado, Alcochete, Montijo, Coina, Paio Pires e Torre da Marinha ou nó do Fogueteiro. Do Sul, recomendamos a auto-estrada do Sul até ao nó do Fogueteiro e depois siga a sinalização pela Cruz de Pau e Amora.

Ou então, vindo também pela AE do Sul, saia via Barreiro, depois de

Parqueamento assegurado a todos os visitantes da Festa

Parque das excursões: vindo da Ponte da Fraternidade, pela marginal da Amora, à direita do Amora Futebol Clube, existe um grande espaço reservado às excursões originárias dos vários pontos do país. (Assinalado no mapa com a letra E)

Parque de serviços da Festa: está situado junto ao campo de treinos do Amora encontrando-se devidamente sinalizado. Destina-se a viaturas de serviço à Festa que deverão estar identificadas. (Assinalado no mapa com a letra S)

Visitantes da Festa: existem dois parques especialmente destinados aos visitantes: o parque nº 1 tem acesso pela avenida Afonso Costa e Rua Marcos Portugal; o parque nº 2 tem, acesso também pela avenida Afonso Costa. (Ver mapa, P1 e P2)

